

15° CADERNO

PAIC

2013
2014

**PROGRAMA DE APOIO À
INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

FAE



Núcleo de Pesquisa Acadêmica | 2013/2014

15^o PAIC

Caderno de Iniciação Científica

Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus

Frei Guido Moacir Scheidt, ofm

Presidente

Jorge Apóstolos Siarcos

Diretor-Geral

FAE Centro Universitário

Frei Nelson José Hillesheim, ofm

Reitor da FAE Centro Universitário
Diretor-Geral da Faculdade FAE São José dos Pinhais

André Luis Gontijo Resende

Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão
Diretor Acadêmico

Régis Ferreira Negrão

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Cleonice Bastos Pompermayer

Diretora de *Campus*

Elcio Douglas Joaquim

Diretor Acadêmico da Faculdade FAE São José dos Pinhais

Antoninho Caron

Diretor de Pós-Graduação

José Vicente B. de Mello Cordeiro

Vice-Diretor de Pós-Graduação

Samar Merheb Jordão

Ouvidoria

Paulo Roberto Araújo Cruz

Diretor de Relações Corporativas

Coordenadores de Cursos

Andréa dos Santos Rodrigues

Tecnologia em Sistemas para Internet

Andrea Regina H. C. Levek

Negócios Internacionais

Cristian Merli Finger

Psicologia

Érico Eleutério da Luz

Ciências Contábeis

Everton Drohomerski

Administração

Frei Jairo Ferrandin, ofm

Filosofia

Gilson Paula Lopes de Souza

Engenharia Ambiental e Sanitária; Engenharia Mecânica;
Engenharia de Produção

Karlo Messa Vettorazzi

Direito

Lucina Reitenbach Viana

Tecnologia em Marketing; Tecnologia em Produção Multimídia

Marco Antônio Regnier Pedroso

Design

Maristela Ferreira de Andrade Gomes da Silva

Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Gestão
Comercial

Randy Rachwal

Comunicação Social: Publicidade e Propaganda

Rogério Tomaz

Letras

Silvia Iuan Lozza

Pedagogia

Solidia Elizabeth dos Santos

Ciências Econômicas

Valter Pereira Francisco Filho

Tecnologia em Logística; Tecnologia em Gestão Financeira

Núcleos e Departamentos

André Luis Gontijo Resende

Coordenador do Núcleo de Legislação e Normas Educacionais

Areta Galat

Coordenadora do Núcleo de Relações Internacionais

Carlos Roberto de Oliveira Almeida Santos

Coordenador do Núcleo de Extensão Universitária

Cleonice Bastos Pompermayer

Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Acadêmica

Edith Dias

Biblioteca – *Campus* Centro e Faculdade FAE São José dos Pinhais

Elaine Cristina de Azevedo Pacheco

Coordenador do Núcleo de Empregabilidade

José Zenildo Vidal Staniszewski

Coordenador do Núcleo de Registro e Controle Acadêmico

Naiara Fernanda Johnsson

Coordenadora da CPA

Nacib Mattar Junior

Coordenador do Núcleo de Admissão

Nelcy Terezinha Lubi Finck

Coordenadora do Núcleo de Carreira Docente

Rita de Cássia Marques Kleinke

Coordenadora da Pastoral Universitária

Soraia Helena F. Almondes

Tatiana Novicki

Biblioteca – *Campus* Centro

Vera Fátima Dullius

Coordenadora do Núcleo de Educação a Distância

Coordenação Editorial

Cleonice Bastos Pompermayer

Editoração

Karina Quadrado (Revisão de Linguagem)

Luiz Henrique Bezerra (Revisão de Linguagem)

Marcos Fernando Justino da Silva (Revisão de Linguagem)

Nathasha Suelen Ramos de Saboredo (Revisão de Linguagem)

Edith Dias (Normalização)

Ana Maria Oleniki (Diagramação)

Braulio Maia Junior (Diagramação)

Débora Cristina Gipiela Kochani (Diagramação)

Jolcemir Sutil de Oliveira (Diagramação)

Thaís Suzue Ikuta (Diagramação)

Maristela Ferreira de Andrade Gomes da Silva (Coordenação)

Capa

Editorial Design

Caderno de iniciação científica, n 1, 2000-
Curitiba: FAE Centro Universitário. Núcleo de Pesquisa
Acadêmica. Programa de Apoio à Iniciação Científica, 2000 -
v. il. 25cm

ISSN 1679-9828

1. Pesquisa. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento.

I. FAE Centro universitário Franciscano. Núcleo de Pesquisa Acadêmica. Programa
de Apoio à Iniciação Científica

CDD - 001
001.4

APRESENTAÇÃO

O Caderno do PAIC é uma publicação anual do Núcleo de Pesquisa Acadêmica da FAE Centro Universitário, que reúne os trabalhos resultantes do Programa de Apoio à Iniciação Científica – PAIC – desta instituição.

Em 2014, chegamos ao 15º número deste periódico, cujo objetivo é, principalmente, apresentar uma contribuição à sociedade e à comunidade acadêmica por meio da pesquisa.

Acreditamos que a pesquisa possibilita a aplicação efetiva do conhecimento, além de funcionar como um importante diferencial na formação acadêmica e profissional dos discentes, assim, para a FAE Centro Universitário, dar continuidade a esta trajetória de sucesso é sinônimo de credibilidade na educação e no desenvolvimento social.

Nossa proposta é promover o debate entre as mais diversas áreas do saber – Ciências Sociais, Exatas e Humanas, possibilitando criar interfaces possíveis para o enriquecimento intelectual dos graduandos.

Por fim, convidamos a todos para compartilharem dos trabalhos desenvolvidos durante o PAIC 2013/2014, e esperamos que desta leitura surjam boas respostas, mas também novas reflexões e questionamentos, mantendo sempre aceso o espírito do pesquisador.

Uma boa leitura!

Prof.^a Dr.^a Cleonice Bastos Pompermayer
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Acadêmica

SUMÁRIO

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO NO CHÃO DE FÁBRICA NO SETOR DE AUTOPEÇAS _____ 9

Lilian Nunes Wzorek

José Vicente Bandeira de Mello Cordeiro

SISTEMA PARA COLETA E APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM RESIDÊNCIAS LOCALIZADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA _____ 17

Fabricio Maíra Zocolotti

Tiago Luis Haus

SUSTAINABLE PRACTICES ASSESSED BY THE AUTOMOTIVE INDUSTRY AND THEIR IMPACT ON THE ORGANIZATION'S MANAGEMENT _____ 25

João Bruno Mansor Soares

Everton Drohomeretski

ESTUDO DE FERRAMENTAS DE SOFTWARE LIVRE NA CONSTRUÇÃO DE REDES DE TELEFONIA IP _____ 33

Fabio Tybucheski

Marcos Aurélio Carrero

ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS: O CASO DE UMA EMPRESA PARANAENSE _____ 39

Pedro Luis Muschitz

Antoninho Caron

ORGANIZAÇÕES E COMPETITIVIDADE: MECANISMOS DE APOIO À INOVAÇÃO ____ 43

Thainá Vecentin Becker

Antoninho Caron

**A SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR _____ 47**

Gilmara Ferreira da Costa

Ricardo Lemes da Rosa

**ECOFILOSOFIA EMPRESARIAL (ECOFE): FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DOS
ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL NO AMBIENTE
ORGANIZACIONAL _____ 53**

Deborah Holzmann Morris

Léo Peruzzo Junior

FORMULAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRATÉGIAS POR EMPRESAS PARANAENSES __ 59

Dayane Gabrielle Alves

Carlos Borges Machado

**OS IMPACTOS DOS GARGALOS DA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA NAS
EXPORTAÇÕES DE SOJA DO ESTADO DO PARANÁ _____ 65**

Giuliana Giovanna dos Santos Carvalho

Joaquim de Almeida Brasileiro

**PROJETO BÁSICO AMBIENTAL (PBA): UM LEVANTAMENTO DOS INVESTIMENTOS
PROMOVIDOS PELA CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO PERÍODO DE
2008 A 2012 _____ 71**

Bárbara Lorena Ançay

Richer de Andrade Matos

GESTÃO FISCAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO NO VALE DO RIBEIRA _____ 79

Tayana de Mello Rabêlo

Gustavo Nunes Mourão

**TECNOLOGIA SOCIAL E COOPERATIVISMO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE
TRÊS COOPERATIVAS DE MEL E ABELHA _____ 85**

Aline Carinhas da Silva Kamiji

Heloísa de Puppi e Silva

**O GRANDE DESAFIO DAS EMPRESAS É APRENDER A LIDAR COM A AVALANCHE DE
DADOS _____ 93**

Joice Cristina Amaral

Admir Roque Teló

TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA EM VESTIDO DE NOIVA: DO TEATRO PARA O CINEMA	99
<i>Felipe Krul Bettiol</i> <i>Charlott Eloize Leviski</i>	
A FLOR, A ÁGUA E O VINHO NA ÓTICA NEOCLÁSSICA DE RICARDO REIS	105
<i>Wagner Rafael Rodrigues</i> <i>Luiz Rogério de Camargo</i>	
O GRANDE GATSBY E A DICOTOMIA LESTE-OESTE NORTE-AMERICANO	111
<i>Bruno Luiz da Rocha Scheletz</i> <i>Andrea Scuissiatto Mares de Souza</i>	
COOPERAÇÃO CORPORIFICADA: UM ESTUDO DA LINGUAGEM EM USO	117
<i>Leandro Horn</i> <i>Maurício Fernandes Neves Benfatti</i>	
POBREZA, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO SUPERIOR: PROUNI	121
<i>Anielly Aparecida Kops Galetto</i> <i>Ana Maria Coelho Pereira Mendes</i>	
POBREZA, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO SUPERIOR: PROUNI	127
<i>João Antonio da Costa Junior</i> <i>Ana Maria Coelho Pereira Mendes</i>	
FORMAÇÃO DOCENTE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ATRAENTES E EFICAZES	133
<i>Bárbara Skalski Bilek</i> <i>Silvia Iuan Lozza</i>	
OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCADORES DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO À REDE DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR DO HOSPITAL DO TRABALHADOR	137
<i>Camila Catori Chagas</i> <i>Cinthya Vernizi Adachi de Menezes</i>	
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR CONTEMPORÂNEO E SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA – USO DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	145
<i>Karla Stachera Rohrich</i> <i>Giullia Paula Rinaldi</i>	

**A INTERVENÇÃO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA BUSCA PELA EFETIVAÇÃO
DOS DIREITOS HUMANOS E O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO _____ 153**

Thais de Sá Nunes

Karlo Messa Vettorazzi

**FUNÇÃO SIMBÓLICA DO DIREITO PENAL E O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO
MÍNIMA _____ 161**

Daniel Rogério de Carvalho Veiga

Marion Bach

**IMPACTOS DA LEGISLAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE
EM EMPRESAS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR _____ 167**

Amanda Montanarin

Amanda Sawaya Novak

**IMPACTOS DA LEGISLAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE
EM EMPRESAS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR _____ 173**

Francielle Scheffer dos Santos

Amanda Sawaya Novak

**AUTOESTIMA EM PORTADORES DE HANSENÍASE E DIABETES: VARIÁVEIS DAS ESCALAS
SALSA E PARTICIPAÇÃO COM O APOIO DAS REDES BAYESIANAS _____ 179**

Aline Lago Takahara

Dennys Robson Girardi

**DIABETES E HANSENÍASE: ESTÍGMA E CURA, ANÁLISE POR MEIO DE REDES
BAYESIANAS _____ 187**

Maiqui Christopher Melinski

Dennys Robson Girardi

MÉTODO DE ANÁLISE DE USABILIDADE APLICADA EM BENS DE CONSUMO ____ 195

Hermano Augusto de Oliveira Filho

Marco Antonio Régner Pedroso

**RESILIÊNCIA PSICOLÓGICA: IMPACTOS DAS EMOÇÕES EM PROFISSIONAIS DA
GERAÇÃO Y _____ 201**

Luana Cristina Ribeiro Duvaresh

Dori Luiz Tibre Santos

**RESILIÊNCIA PSICOLÓGICA: IMPACTO DA GESTÃO ORGANIZACIONAL EM
PROFISSIONAIS DA GERAÇÃO Y _____ 207**

Aline Graziely Lemos

Dori Luiz Tibre Santos

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO NO CHÃO DE FÁBRICA NO SETOR DE AUTOPEÇAS

Lilian Nunes Wzorek¹

José Vicente Bandeira de Mello Cordeiro²

INTRODUÇÃO

Desde o sucesso das empresas japonesas no ocidente e o estudo das principais motivações do setor a partir da década de 1980, a participação do nível operacional na resolução de problemas e proposição de melhorias nos ambientes produtivos vem sendo vista como algo desejável na maior parte das empresas. Autores como Muniz et al. (2011) e Cordeiro et al. (2012) vêm denominando **gestão do conhecimento no chão de fábrica** o real envolvimento dos operadores nas atividades de análise e solução de problemas em operações produtivas.

O conhecimento dos resultados (especialmente financeiros) obtidos pela Toyota a partir da primeira metade da década de 2000 e a interrupção do desenvolvimento dos grupos semiautônomos na Volvo, com a venda de sua divisão de automóveis para a Ford no final da década de 1990, vêm fazendo com que grande parte do meio empresarial associe o sucesso de iniciativas de trabalho em equipe no chão de fábrica ao modelo japonês de grupos enriquecidos (CORDEIRO, 2007; CORDEIRO et al., 2012). Por outro lado, em grande parte do meio acadêmico, o modelo japonês de trabalho em equipe continua sendo visto como inferior ao modelo sociotécnico dos grupos semiautônomos, principalmente em função de sua autonomia estar limitada às questões de gestão da produção (MARX, 2010).

¹ Aluna do 3º ano do curso de Engenharia de Produção da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: lilian.nw@gmail.com.

² Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Vice-diretor de Pós-graduação e Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: josec@fae.edu.

Partindo do pressuposto de que são as questões contextuais que devem nortear a definição do tipo mais adequado de equipe de trabalho no chão de fábrica, visando maximizar os resultados da gestão do conhecimento, este trabalho propõe um modelo teórico conceitual e o aplica em três empresas do setor de autopeças da Região Metropolitana de Curitiba, buscando caracterizar suas equipes de trabalho e relacionar diferentes parâmetros do seu projeto e operacionalização com a efetividade da gestão do conhecimento no chão de fábrica.

1 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral caracterizar as equipes de trabalho no chão de fábrica em empresas do setor de autopeças, identificando os fatores contextuais e parâmetros organizacionais críticos para a efetividade da gestão do conhecimento no ambiente em questão.

Para atingir o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos devem ser desenvolvidos:

- a) Referenciar conceitualmente e historicamente as propostas teóricas a respeito do tema estudado, assim identificando parâmetros organizacionais de projeto das equipes e as atividades de gestão do conhecimento no chão de fábrica;
- b) Descrever os contextos das empresas pesquisadas por meio das variáveis previamente identificadas no modelo de análise proposto;
- c) Caracterizar as equipes de trabalho no chão de fábrica das empresas pesquisadas;
- d) Descrever as principais atividades de gestão do conhecimento no chão de fábrica nas empresas pesquisadas, avaliando sua efetividade em função dos resultados obtidos e relacionando-as com seus parâmetros organizacionais e variáveis contextuais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa em questão apresenta-se como predominantemente descritiva e de abordagem qualitativa.

O presente trabalho delinea-se como um estudo multicase, visto que esta análise permite conhecimento amplo e detalhado sobre o fenômeno estudado, possibilitando

ainda a geração de teoria (CAUCHICK MIGUEL et al., 2012). A abordagem multicase foi utilizada devido ao fato de terem sido identificadas lacunas na literatura da área pesquisada. Diversos trabalhos aprofundam o tema “organização do trabalho” e outros o tema “gestão do conhecimento”, mas não foi encontrado trabalho científico que aborde as duas variáveis simultaneamente de forma a responder os objetivos propostos por esta pesquisa. A adoção dessa metodologia permite ainda uma maior generalização dos resultados, evitando o risco de julgamento inadequado (mais provável de ocorrer no estudo de caso único).

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas direcionadas aos gerentes de produção de cada uma das organizações, análise documental e observação *in loco*. A utilização de diversas fontes de evidência permitem uma iteração entre estas fontes para sustentar as proposições ou hipóteses, visando analisar a concordância (ou discordância) entre essas fontes (CAUCHICK MIGUEL et al., 2012).

Com base nas lacunas identificadas na teoria e nos modelos de Muniz et al. (2011) e Cordeiro et al. (2012) para a gestão do conhecimento no chão de fábrica, bem como na tipologia de equipes de trabalho no chão de fábrica proposta por Marx (2010), foi desenvolvido um modelo teórico-conceitual visando à consecução dos objetivos específicos deste trabalho. A FIG. 1 apresenta o modelo em questão.

FIGURA 1 – Modelo teórico-conceitual de análise



FONTE: Os autores (2014)

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se na Empresa A um desenho clássico de GRUPO ENRIQUECIDO DE NÍVEL I, sendo que, de forma geral, percebe-se que o tipo de trabalho em equipe e a autonomia praticados pela Empresa A são bastante adequados a sua prática de gestão do conhecimento do nível operacional. Por um lado, pode-se perceber uma evolução ao longo dos últimos três anos, com o nível de HII (High Involvement Innovation) passando do nível 1/2 para o nível 2 em termos de práticas e resultados financeiros, mas, por outro, percebe-se uma estagnação do modelo na atualidade, não existindo qualquer evidência de que a organização pretenda avançar para o nível 3.

Quanto à Empresa B, os resultados obtidos são típicos de um GRUPO ENRIQUECIDO DE NÍVEL II, no que se refere ao grau de autonomia, porém com um desenho organizacional com muitos elementos ainda próximos ao de um GRUPO ENRIQUECIDO DE NÍVEL I. Esse fato denota uma tendência a uma maior autonomia independente do desenho organizacional, ou seja, a autonomia parece ser algo bastante ligado à cultura empresarial. De forma geral, a existência de alguns processos mais complexos parece demandar um maior grau de autonomia de forma a garantir o envolvimento dos operadores na resolução de problemas e na estabilização desses processos. O grau de autonomia das equipes no chão de fábrica vem aumentando recentemente, assim como as práticas de gestão do conhecimento no chão de fábrica, sem ser suficiente para mudar o nível de HII, que continua estabilizado no nível II nos últimos 3 anos.

As equipes de trabalho no chão de fábrica da Empresa C podem ser caracterizadas como GRUPOS ENRIQUECIDOS NÍVEL II em função da sua autonomia. Entretanto, o que chama a atenção neste aspecto é o fato de que esta autonomia vem decrescendo nos últimos anos, sendo que há pouco mais de 3 anos o sistema da Empresa C poderia ser classificado como GRUPOS SEMIAUTÔNOMOS DE NÍVEL I. Chama a atenção no caso da Empresa C o significativo aumento no desempenho dos KPIs e na quantidade de melhorias e ganho financeiro, proveniente das melhorias, ocorridos de forma simultânea a dois processos recentes de redução da autonomia dos grupos. De acordo com os entrevistados na empresa, este fato ainda não é suficiente para conduzir a empresa para o Nível III de HII de Bessant (2003). O fato de os valores da empresa enfatizarem participação e respeito pelas pessoas parece ser confundido com tolerância ao erro e falta de responsabilidade pelos seus atos. Este fato evidencia a necessidade de que a introdução da autonomia é mais efetiva quando feita de forma gradual, à medida que os operadores tornam-se mais conscientes, responsáveis pelo seus atos e capacitados para analisarem problemas e proporem soluções.

CONCLUSÕES

O presente trabalho conseguiu alcançar o seu objetivo de caracterizar as equipes de trabalho no chão de fábrica em três empresas do setor de autopeças do Paraná, identificando os fatores contextuais e parâmetros organizacionais críticos para a efetividade da gestão do conhecimento no ambiente em questão.

Entre as principais relações entre as características das equipes de trabalho e os resultados obtidos na gestão do conhecimento no chão de fábrica, chamam atenção os seguintes:

- a) O aumento da autonomia por si só não parece conduzir a melhores resultados em termos de gestão do conhecimento;
- b) Parece existir uma lacuna entre a autonomia nominal e autonomia real das equipes, sendo a primeira relacionada às atividades que se espera que os operadores executem e a segunda relacionada às atividades que os operadores executam de forma efetiva;
- c) A autonomia real depende da maturidade, formação, capacitação e motivação dos operadores, ou seja, uma organização pode desejar implementar um elevado grau de autonomia (autonomia nominal), mas ela não se efetiva (autonomia real) em função da falta de maturidade, formação, capacitação e motivação;
- d) Ao contrário das conclusões obtidas por Marx (2010), um retrocesso no grau de autonomia nominal (como o verificado na Empresa C) pode ser benéfico no sentido de preencher a lacuna entre a autonomia real e a autonomia nominal e gerar melhores resultados em termos de gestão do conhecimento no chão de fábrica, medidos em termos de HII.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES JUNIOR, J. A. V. et al. Os processos de aprendizagem organizacional e a inovação: um estudo de caso longitudinal (1986-1995) em uma empresa do setor petrolífero brasileiro. **Revista Produção Online**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 526-564, abr./jun. 2011.
- ARGYRIS, C. Aprendizado de duas voltas. **HSM Management**, São Paulo, v. 3, n. 17, p. 12-20, nov./dez. 1999.
- ARAUJO, R. P., MOTTIN, A. P., REZENDE, J. F.C. Gestão do conhecimento e do capital intelectual: mapeamento da produção acadêmica brasileira de 1997 a 2001 nos Encontros da ANPAD. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 20, n. 65, p. 283-301, abr./jun., 2013.
- BARTON, H.; DELBRIDGE, R. Delivering the learning factory? Evidence on HR roles in contemporary manufacturing. **Journal of European Industrial Training**, Bingley, v. 30, n. 5, p. 385-95, 2006.
- BESSANT, J. **High involvement innovation: building and sustaining competitive advantage through continuous change**. West Sussex: J. Willey, 2003.
- CAUCHICK MIGUEL, P. A. Estudo de caso na engenharia de produção: estruturação e recomendações para sua condução. **Revista Produção**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 216-229, jan./abr. 2007.
- CAUCHICK MIGUEL, P. A. et al. **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. 6. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CLIFFORD, G. P.; SOHAL, A. S. Developing self-directed work teams. **Management Decision**, Bradford, v. 36, n. 2, p. 77-84, 1998.
- CORDEIRO, J. V. B. M. Sistema Toyota de Produção: novo paradigma produtivo ou estratégia de operações. In: XXVII ENEGEP, ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 27., 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ABEPRO, 2007.
- CORDEIRO, J. V. B. M.; PELEGRINO, A. N.; MULLER, A. V. Proposta e aplicação de um modelo de análise para a gestão do conhecimento em programas de produção enxuta. In: XXVII ENEGEP, ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 32., Bento Gonçalves, 2012. **Anais...** Bento Gonçalves: ABEPRO, 2012.
- DAVENPORT, T. H., PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, v. 14, n. 4, p. 532- 550, 1989.
- FERRARI FILHO, C. A.; ANTUNES JUNIOR, J. A. V.; KLIPPEL, M. A perspectiva do enriquecimento mútuo entre o Sistema Toyota de Produção e os Sistemas Sociotécnicos: o desenvolvimento de práticas semiautônomas em célula de manufatura com o uso de elementos psicanalíticos. In: XXIV ENEGEP, ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 24., Florianópolis, 2004. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ABEPRO, 2004.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. **Aprendizagem e inovação organizacional**: as experiências de Japão, Coreia e Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONZALEZ, R. V. D.; MARTINS, M. F. Melhoria contínua e aprendizagem organizacional: múltiplos casos em empresas do setor automobilístico. **Revista Gestão e Produção**, São Carlos, v. 18, n. 3, p. 473-486, 2011.

LIKER, J. K., MEIER, D. A. **Toyota talent**: developing your people the Toyota Way. Boston: McGraw-Hill, 2007.

MARX, R. Organização do trabalho na indústria automobilística sueca. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 91-97. jan./mar. 1994.

_____. **Trabalho em grupo e autonomia como instrumentos de competição**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORO, F. B. P. **Investigação do efeito de características individuais na organização**: uma abordagem sistêmica. 1997. 160f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MUNIZ, J.; BATISTA JR., E. D.; LOUREIRO, G. Knowledge-based integrated production management model. **Journal of knowledge management**, Bradford, v. 14, n. 6, p. 858-871, 2010.

MUNIZ, J.; SOUSA, H.; FARIA, A. Conhecimento, trabalho e produção: Estudo do ambiente operário em uma montadora automotiva. SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 14., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011.

MUNIZ, J., TRZESNIAK, P.; BATISTA JR., E. D. Um enunciado definitivo para o conceito de gestão do conhecimento: necessidade para o avanço da ciência e para a aplicação eficaz. In: OLIVEIRA, V. F.; CAVENAGUI, V.; MÁSCULO, F. S. (Org.). **Tópicos emergentes e desafios metodológicos em engenharia de produção**: casos, experiências e proposições Rio de Janeiro: Associação Nacional de Engenharia de Produção, 2009. v. 2.

NILSSON, L. The Uddevalla plant: why did it succeed with a holistic approach and why did it come to an end? In: **Enriching production**: perspectives on Volvo's Uddevalla plant as an alternative to lean production. Stockolm: Avebury, 2007.

NONAKA, I. A dynamic theory of organizational knowledge creation. **Organization Science**, New York: v. 5, n. 1, p. 14-37, 1994.

NONAKA, I.; KROGH, G. V.; ICHIJIO, K. **Facilitando a criação de conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do conhecimento na empresa**: como as empresas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SANDBERG, T. Volvo Kalmar: twice a pioneer. In: **Enriching production**: perspectives on Volvo's Uddevalla plant as an alternative to lean production. Stockolm: Avebury, 2007.

SIMON, H. A. **Administrative behavior**. 4th. ed. New York: The Free Press, 1997.

SHIMIZU, K. Humanization of the production system and work at Toyota Motor Co and Toyota Motor Kyushu. In: **Enriching production: perspectives on Volvo's Uddevalla plant as an alternative to lean production**. Stockholm: Avebury, 2007.

_____. **Transforming Kaizen at Toyota**. Tokyo: Okayama University, 2000. (Working Paper).

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

STEWART, T. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TAYLOR, F. W. **Princípios da administração científica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TRIST, E. The evolution of sociotechnical systems: a conceptual framework and an action research program. In: VAN DE VEN, A.; JOYCE, W. **Perspectives on organization design and behavior**. New York: Wiley Interscience. 1981.

WATANABE, R. M. Getting ready for kaizen: organizational and knowledge management enablers. **VINE: the journal of information and knowledge management systems**, Tokyo, v. 41, n. 4, p. 428-448, 2011.

WOMACK, J. P.; JONES, D. T.; ROOS, D. **A máquina que mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

WOOD, T. JR. Fordismo, toyotismo e volvismo: Os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 6-18, set./out. 1992.

SISTEMA PARA COLETA E APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM RESIDÊNCIAS LOCALIZADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Fabricio Mafra Zocolotti¹

Tiago Luis Haus²

INTRODUÇÃO

No contexto do crescimento populacional das grandes metrópoles brasileiras, o fomento ao desenvolvimento urbano desencadeado pelo Governo é viabilizado por meio do engajamento de instituições financeiras que podem contribuir com o crescimento municipal urbano planejado, um exemplo é a Caixa (2007, p. 01), com loteamentos regularizados dotados de infraestrutura básica: saneamento, energia elétrica, arruamento e equipamentos sociais necessários ao desenvolvimento da comunidade face ao êxodo rural, segundo a Lei Ordinária nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. A importância da disponibilidade hídrica às necessidades das pessoas, desde o princípio de um processo de uso e ocupação do solo, é um fator primordial para a prosperidade do homem (SCHUSTER, 1994, p. 25), contudo vale ratificar nesse contexto, para o desenvolvimento da sociedade em uma região, o abastecimento público de água potável é de vital importância e o processo de ocupação de áreas no entorno dos grandes centros urbanos por muitas vezes tendem a comprometer a qualidade da água disponível no manancial ou comprometer o volume hídrico necessário para atender à demanda do consumo (MAZUCHOWSKI; TOSIN, 1997; DALARMI, 1995).

¹ Aluno do 4º ano do curso de Engenharia Ambiental da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013 - 2014). *E-mail*: fabriciomafra@gmail.com.

² Mestre em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: tiago.haus@fae.edu.

Diante deste cenário, a preocupação com a qualidade e disponibilidade hídrica do manancial, associada à sustentabilidade ambiental, tem favorecido as ações cujo objetivo está voltado para incentivar o uso de tecnologias em residências que contribuam com o desenvolvimento local mais sustentável, sobremaneira se destaca a utilização de sistemas de captação de águas pluviais para complementar o abastecimento de água potável visto a demanda de consumo familiar.

A relevância deste tema vem de encontro com os resultados amostrados ao longo dos anos pela Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (Snis) cujos índices apontam a redução dos mananciais em longo horizonte e a necessidade da implantação de medidas de gestão para o alívio da pressão sobre o sistema de abastecimento público.

1 OBJETIVOS

O presente estudo tem o objetivo geral de analisar a viabilidade de um projeto destinado a captar e tratar águas pluviais dentro dos padrões dispostos na legislação aplicável de modo que venha a atender uma residência simulada à localidade da RMC, no padrão construtivo da Caixa Econômica Federal (CAIXA, 2007, p. 7), composta de número de moradores e renda familiar pré-definida. Pretende-se também: (a) apresentar um projeto para coleta e aproveitamento de água pluvial com a melhor relação custo x benefício, (b) analisar a viabilidade financeira de implantação de um sistema para coleta e aproveitamento de água pluvial e (c) apresentar amortização à demanda da rede de abastecimento local por meio do modelo consumo de água x precipitação local.

2 METODOLOGIA

Utilizou-se da revisão bibliográfica e documental relacionada à gestão de recursos hídricos como também da simulação por meio de *software* computacional validado cientificamente, segundo GHISI (2009), denominada Netuno versão 3.0, desenvolvido pelo Laboratório de Eficiência Energética em Edificações (LabEEE) da Universidade Federal de Santa Catarina. O cenário de simulação considerou o padrão construtivo da unidade familiar composta por quatro habitantes com renda média familiar de até três salários mínimos, para duas situações de tarifação da Sanepar: tarifa social e tarifa normal, respeitando-se o limite de consumo *per capita* restritivo da tarifação.

O projeto com o sistema encontra-se atualmente disponível no mercado, pronto para instalação do consumidor e a determinação pela marca baseou-se na pesquisa de mercado dentre os produtos concorrentes cujos requisitos normatizados e resoluções ambientais pertinentes fossem atendidos integralmente, oferecendo a melhor relação custo/benefício escolhida para a análise proposta no estudo.

Para a análise da demanda e abastecimento familiar, considerou-se uma residência composta por quatro moradores como base da análise, contudo dois cenários foram estabelecidos. O primeiro leva em consideração uma família cadastrada na companhia de saneamento para usufruir o direito à tarifa social, assim o consumo em litros por morador foi limitado a 83,34 l/hab/dia, visto o limite máximo de consumo imposto pela empresa. Outro cenário idealizado foi o de uma família categorizada na tarifa normal com o consumo médio diário de 120 l/hab/dia.

No que diz respeito à análise da viabilidade financeira, considerou-se a renda média familiar comparada ao custo de abastecimento proporcionado pela Companhia de Saneamento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das simulações de cenários estão melhores representados por meio dos QUADROS 1 e 2 em que se representam tanto as informações referentes ao abastecimento de água e sua substituição pelo sistema proposto quanto o tempo de retorno do investimento e disponibilidade financeira familiar.

QUADRO 1 – Atendimento à demanda de consumo familiar

Informações avaliadas	Tarifa Normal	Tarifa Social
Dias de análise	365	365
Área de captação (m ²)	56	56
Demanda fixa de água potável (litros/hab/dia)	120	83,34
Demanda familiar de água potável (litros/mês)	14400	10000
Número de moradores	4	4
Porcentagem de água potável substituída (%)	50	50
Coef. de aproveitamento (%)	80	80
Reservatório superior (L)	2000	2000
Potencial de economia	38,31%	47,81%
Volume extravasado (litros/ano)	0	7150,89
Dias no período de análise em que a demanda de água pluvial é atendida completamente (%)	31,23	82,47
Dias no período de análise em que a demanda de água pluvial é atendida parcialmente (%)	68,77	17,53

FONTE: Os autores (2014)

QUADRO 2 – Apresentação dos resultados financeiros analisados

Informações avaliadas	Tarifa Normal	Tarifa Social
Tarifas		
Água abaixo de 10 (por m ³)	R\$ 46,51	R\$ 9,90
Água acima de 10 (por m ³)	R\$ 6,97	R\$ 0,99
Tarifa de esgoto (% da tarifa de água)	85%	85%
Inflação (% mês – ref. média 2014)	0,78	0,78
Período aumento tarifa energia (meses)	12	12
Período de análise (anos)	5	5
Taxa mínima de atratividade (% ano mês)	1,0	1,0
Custos iniciais		
Reservatório superior	R\$ 585,00	R\$ 585,00
Tubulações	R\$ 1.468,00	R\$ 1.468,00
Mão de obra	R\$ 200,00	R\$ 200,00
Acessórios	R\$ 300,00	R\$ 300,00
Custos operacionais		
Limpeza dos reservatórios (24 meses)	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Valor Presente Líquido (VPL)	R\$ 237,52	-R\$ 2.667,03
Tempo de retorno do investimento (meses)	54	0
Taxa Interna de Retorno (TIR) em 5 anos	1,32%	-60,69%

FONTE: Os autores (2014)

Os dados obtidos revelam sob a ótica financeira que há viabilidade de implantação do sistema de captação e aproveitamento de águas pluviais para uma família enquadrada na tarifação normal e o tempo de retorno do investimento é de 54 meses. Entretanto para uma família cadastrada na tarifa social o sistema não tem viabilidade financeira. Sob a ótica da demanda hídrica ambas famílias seriam atendidas com potencial de economia de água potável.

CONCLUSÕES

A análise financeira não deve ser apontada exclusivamente como fator determinante na escolha da implantação do projeto, visto a preocupação com a sustentabilidade global, difundido amplamente pelo conceito “triple Button line” em que os fatores econômicos, ambientais e sociais devem ser levados em consideração simultaneamente no processo de análise de viabilidade de projetos.

No tocante ao setor ambiental, a amortização no volume da drenagem superficial no município vem positivamente contribuir para a redução das áreas de alagamentos e inundações. Associado a este aspecto, observa-se também a substituição no consumo da água potável por água captada e tratada nas atividades residenciais, como lavagem de roupas, descargas nos sanitários, limpezas externas e jardim, pontos esses responsáveis pela maior proporção de consumo de água em imóveis residenciais.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Regiões hidrográficas e a disponibilidade de água**. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/default.aspx>>. Acesso em: 25 fev. 2014.
- BARRETO, D. **Perfil do consumo residencial e usos finais da água**. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/5358>>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em: 8 mar. 2014.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano. 2007. **Cadernos CAIXA para projeto padrão de casas populares com 42m²**. Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/banco_projetos/projetos_his/casa_42m2.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2014.
- CARMO, R. L. do; TAGNIN, R. Uso múltiplo da água e múltiplos conflitos em contextos urbanos: o caso do reservatório Billings. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., Rio de Janeiro, 2001. **Anais...**, v. 9, 11p. 2001.
- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR.). **Relatório de administração e demonstrações contábeis de 2012**. Disponível em: <http://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/relatorio_demonstraco-es_contabeis_2012_b.pdf>. Acesso em: 01 maio 2014.
- _____. **Sanepar em números 2014**. Disponível em: <<http://site.sanepar.com.br/a-sanepar/sanepar-em-numeros>>. Acesso em: 01 mai. 2014.
- COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC). **Dados dos municípios da RMC 2010**. Disponível em: <http://www.comec.pr.gov.br/arqui-vos/File/RMC/Populacao_Total_Urbana_Rural_2012.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2014.
- _____. **Manancial de abastecimento da RMC 2012**. Disponível em: <http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/Mapas2013/RMC_2013_Mananciais.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2014.
- CURITIBA .Prefeitura Municipal. **Boletim PMC**. Curitiba, 1943. 95p. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/default.php>>. Acesso em: 17 mar. 2014.
- DALARMI, O. Utilização futura dos recursos hídricos da Região Metropolitana de Curitiba. **Sanare**. Curitiba, v. 4, n. 4, p. 31-43, 1995.
- GHISI, E.; CORDOVA, M. M.; ROCHA, V. L. Netuno 2.1. **Programa computacional**. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Engenharia Civil. Disponível em: <<http://www.labeee.ufsc.br/>>. Acesso em: 17 mar. 2014.
- GNADLINGER, J. Coleta de água de chuva em áreas rurais. In: FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, 2., Haia, Holanda, 2000. **Anais do 2º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA**. Disponível em: <irpaa.org.br/colheita/indexb.htm>. Acesso em: 19 abr. 2014.

HAGEMANN, S. E. **Avaliação da qualidade da água da chuva e da viabilidade de sua captação e uso**. 2009. 141f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2009.

IBGE. **Contagem da população em 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/caracteristicas/brtab2.shtm>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

_____. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=892&z=p&o=8&i=P>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. **População recenseada e estimada, segundo os municípios**: Paraná – 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_21.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ (IAPAR). **Médias históricas em estações do IAPAR**: estação meteorológica de Pinhais. Disponível em: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1070>>. Acesso em: 02 maio 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Base demográfica e social 2010**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_demografica_social/densidade_demografica_2010.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2014.

IPEA. **Relatório de atividades**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_pobreza_distribui-cao_desigualdade_renda.html>. Acesso em: 12 mar. 2014.

MAZUCHOWSKI, J. Z.; TOSIN, P. C. **Curso de gestão ambiental municipal**. COPATI – Consórcio do Rio Tibagi. Curitiba, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório do consumo de água humano**. Disponível em: <http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2014.

PACHECO, M. R. et al. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. In: **Espaço e debates**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 4-20, 1992.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU). **Base de dados**: municípios do Paraná. Disponível em: <<http://www.paranacidade.org.br/municipios/municipios.php>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

POLIDORO, G. F. B. **Karst na bacia do Alto Iguaçu, Região Metropolitana de Curitiba**: aspectos geológicos para a gestão da ocupação do solo e do uso do aquífero na sub-bacia hidrográfica do rio Pacatuba em Almirante Tamandaré-PR. 2005. 122f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SCHUSTER, Z. L. L. **Sanepar ano 30**: resgate da memória do saneamento básico do Paraná. 1. ed. Curitiba: Sanepar, 1994.

SETTI, A. A. Diagnóstico sobre a situação dos mananciais dos 20 municípios selecionados dos Estados do Acre, Pará, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás e Proposta de Estruturação do Programa de Preservação e Conservação de Mananciais. **Relatório Técnico**: PNMA, Contrato n. 96/9596, 1998.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE O SANEAMENTO (SNIS). **Série histórica de água e esgoto**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/serieHistorica/#>>. Acesso em: 01 maio 2014.

TOMAZ, P. **Aproveitamento de água de chuva em áreas urbanas para fins não potáveis**. 2009. Disponível em: <http://www.pliniotomaz.com.br/downloads/livros/Livro_aprov_aguadechuva/capitulo109.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.

SUSTAINABLE PRACTICES ASSESSED BY THE AUTOMOTIVE INDUSTRY AND THEIR IMPACT ON THE ORGANIZATION'S MANAGEMENT

João Bruno Mansor Soares¹
Everton Drohomeretski²

INTRODUCTION

The automobile industry has been making remarkable contributions to the world's economy and people's mobility with production continuing at the same rate. There will be two billion cars on the road by 2050 (TOYOTA, 2007a; NUNES, B. 2010, p. 400). The ecological impact has increased daily as well. Hence, all firms are looking to enhance their sustainable performances assessed by their Environmental Operations Management. They cannot rely any further solely on the benefits of lean production; as rules have changed, the costs are down, as well as the margins (Ibdem, p. 400).

Sustainability is no longer the simple act of not being harmful to the environment or not depleting natural resources for a long-term ecological balance (Dictionary.com). Each company has adopted new interpretations and forms of presenting their environmental practices and initiatives (NUNES, 2010, p. 406). It is as a strategy, in order to be able to stay in the market and still be profitable. In this paper analysis, sustainability is strictly related to the management's behavior, more specifically in the automotive industry. Its applications are tied to competition, production strategy and the positioning of their products.

Therefore, among all the initiatives required by the industry, which one is "the key area for improvement" that "gathers the environmental requirement needs and the company's goal for profitability?" This is a very common feeling in the midst of management boards.

¹ Aluno do 4º ano do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: joabruno.ms@gmail.com.

² Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas pela PUCPR. Coordenador do curso de Administração e Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: everton.drohomeretski@fae.edu.

[...] Indeed, it is not always that environmental management initiatives will return a profit for an individual initiative or provide a match with all corporate objectives. There will be conflicts, mainly when the initiatives are taken under an opportunity cost analysis. However, the more that businesses consider the importance of managing intangibles, the more environmental issues will become better commended and prove valuable; even starting with an economic or financial analysis” (IBDEM, p.397)

There has also been a growing interest of publications related to the cause and effect of such practices. Thus, to answer the proposed questions this article has one main objective: To identify the sustainable practices of the biggest auto makers in the industry and its impact on the Supply Chain Management (SCM). Through a web survey, in a qualitative exploratory manner that organizes these practices and how they are measured in the industry; based on a bibliographical research and a formulary application.

1 OBJECTIVES

Primarily identify the main practices of environmental sustainability in the automotive industry. Secondly, collect updated data from academic papers and scientific journals regarding the main research topics recently developed. Then, based on this theoretical data, create a formulary and apply it on the web sites of the main automotive makers throughout the world, evaluating their “self-declaration” of sustainable practices. Finally, compare and analyze the implementation of these practices as a strategic management performance of the automotive industry.

2 METHODOLOGY

This is a qualitative exploratory web-survey research that happened with the partnership between FAE University in PR, Brazil and Siena College NY, USA. In addition to all logistics courses that took place in both countries, this article is based on a bibliographical research and, a formulary application. For the first collection of information there were journals/papers from renown academic databases; like *Applied Science Tech Full Text (Wilson)*, *Cambridge Journals Online*, *Emerald Fulltext*, *Environmental Engineering Abstracts (CSA)*. Scientific Journals were also used for instance the *Engineering Management Journal*, for example. Gathering academic and also peer reviewed journals on the desired field of studies, such as: Supply-Chain (SC), SCM, Green Logistics; querying their databases through the combination of the keywords: sustainable, environmental and social with automotive and automobile.

The sample size of journals was 14 papers, based on the classification of CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil), which means Coordination for the Improvement of Higher Learning Personnel in Brazil. This principle was applied to meet the criteria for validity and data reliability. Then, as all concepts were analyzed and a ratio of comprehension and comparison were also created. Working as a basing point of the second part, the formulary application.

The companies were selected based on criteria published in the article in the Forbes Magazine “The World’s Biggest Public Companies” – In the Global 2000 report; Volkswagen, Toyota, Daimler, and Ford. For the web-site, a global or group web-site was preferred instead of local pages. Each web-site had a completely different format, so most of the time the required information was only found in issued reports and publications.

The formula for analysis is divided into seven parts and was created in order to be applied to the websites of the companies. It is a compound of the main aspects found in the literature that could briefly describe the activities and implementations of the practices in regards to sustainability, its characteristics and its influence in the SCM. It considers the possibilities for implementation internally, externally and the triple bottom line of sustainability. The decisions taken by a sustainable SCM involves all the stages of manufacturing effectiveness. According to Wheelwright & Hayes (1985, p.4): Capacity, Facilities, Equipment and Process Technologies, Vertical Integration, Human Resources and Quality Systems. Finally, it worked as a metric for an evaluation of the companies throughout exploration of the web-sites and published reports.

3 RESULTS AND DISCUSSION

The first aspects evaluated considered if the company was publishing its green achievements, controlling, and results in a global way. All aspects were weighted in the stages of manufacturing effectiveness according to Wheelwright & Hayes (1985). Starting as a brief check-list about the location and destination of the activities implemented throughout the firm. Then, the tables recreated a simplified SC flow from *Raw Material and Resources* → *Manufacturing*; to the final *Reverse Logistics*; each step distributed the practices in their actual order and related areas of the entire company. In that way it guided the assessment to the real efforts and investments in which the firms are making, in comparison to the practices listed by the literature.

Along with the SC several internal and external practices were found and sorted by the triple bottom line of sustainability – Ecological, Social and Economic (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987) identifying activities

developed throughout the globe in several different countries and plants. All these efforts are usually based on the objectives and own metrics established by the company or requested by international standards, like the ISO's (ISO14001, ISO26000) These certifications are held among the awards achieved in order to strengthen the equity and to generate a competitive advantage.

CONCLUSION

This survey was an intense discovery that all variables are really deep and complex. For example; they vary from chemicals, minerals and gases, to the happiness index of the employees and all the people involved. Such complexity is exposed in each tab of the web sites. So, there will always be gaps and opportunities for identifying flaws in the reports and web-pages analyzed. Summing up, this complexity is definitely present inside the corporations since the beginning, as mentioned above these initiatives are "fuzzy" (HALL, 2000, apud NUNES, 2010, p. 397). The same investment could, in one hand, leverage the results and benefits from certain actions, but in turn, be also understood as an opportunistic initiative for marketing and sales, with no commitment to sustainability. Sometimes, everything starts to be seen as the minimum in which big corporations can do to relieve their massive environmental impact.

Besides any pessimistic outlook, there is an outstanding evolution and a constant effort towards more and more effectiveness. Many of these impressive achievements are due to the expenditure of Information Technology and Environmental Technology, towards the way to run a business in an more Eco Friendly way.

There is a visible implementation, by the SCM of the "4Rs" in production: Reduce, reuse, remanufacture and recycle diminish the risks throughout the SC with a better social and economic performance on reduction of waste and therefore, costs.

Finally, the 4 industries fulfill all the aspects covered in the literature. Despite the fact that there are more environmental than social certifications, the presence of really high standards as a guidance for social applications are widely spread. Like the ISO 26000 or even their own standards that are set really high.

Overall the predictions made at the beginning of the project were met. At the end they give us a better understanding that the automotive industry is definitely a reference for others in the scope of environmental practices, especially when it comes to the sustainable management of the supply chain and all its surroundings.

REFERENCES

- ANGELL, L.C.; KLARSSSEN, R.D. Integrating environmental issues into the mainstream: an agenda for research in operations management. **Journal of Operations Management**, Amsterdam, v. 17, n. 5, p. 575-98, Aug.1999.
- BOKS, C. The soft side of ecodesign. **Journal of Cleaner Production**, Oxford, v.14, n.15/16, p. 1346-1356, 2006.
- BOWERSOX, D. J. **Supply chain logistics management**. New York: McGraw-Hill, 2013.
- BRITO, M.P. de. **Managing reverse logistics or reversing logistics management**. 2003. (Doctoral Dissertation) – Erasmus University Rotterdam, Rotterdam, 2003.
- CHAHARBAGHI, K., & WILLIS, R. The study and practice of sustainable development. **Engineering Management Journal**, v.9, n. 1, p. 41-48,1999.
- CONCEPT of environmental management systems. Disponível em: <www.tankonyvtar.hu/hu/tartalom/tamop425/0032.../ch06.html>. Acesso em 28 set. 2013.
- DAIMLER GROUP INSTITUTIONAL WEB-SITE. Disponível em: <<http://www.daimler.com/sustainability>>. Acesso em: 28 set. 2013.
- DROHOMERETSKI, E. et al. The Application of sustainable practices and performance measures in the automotive industry: a systematic literature review. **Engineering Management Journal**, v. 25, n. 3-4, 2014.
- ELLIOT, B. Operations management: a key player in achieving a sustainable future. **Management Services**, v. 45, n. 7, p. 14-19, 2001.
- ELMQUIST, M.; SEGRESTIN, B. Sustainable development through innovative design: lessons from the KCP method experimented with an automotive firm. **Int. J. of automotive technology and management**, v. 9, n. 2, p. 229-244, 2009.
- FLEISCHMANN, M. M. et al. Quantitative methods for reverse logistics: a review. **European journal of operational research**, v.103, p. 1-17, 1997.
- FLORIDA, R. Lean and green: the move to environmentally conscious manufacturing, California **Management review**, v. 39, n. 1, p. 80-105, 1996.
- FORD GROUP INSTITUTIONAL WEB-SITE. Disponível em: <<http://corporate.ford.com/microsites/sustainability-report-2012-13/default>>. Acesso em: 20 dez. 2014.
- FREYSSENET, M. Three possible scenarios for cleaner automobiles. **International Journal Automotive Technology and Management**, v. 11, n. 4, p. 300–311, 2011.
- GERRARD, J.;KANDLIKAR, M. European end-of-life vehicle legislation living up to expectations? Assessing the impact of the ELV Directive on ‘green’ innovation and vehicle recovery. **Journal of cleaner production**, v. 15, p. 17-27, 2007.

GILBERT, S. **Greening supply chain**: enhancing competitiveness through green productivity. TAIPEI: Asian Productivity Association, 2001.

GONZÁLEZ, P.; SARKIS, J.; ADENSO-DÍAZ, B. Environmental management system certification and its influence on corporate practices: Evidence from the automotive industry. **International journal of operations & production management**, v. 28, n. 11, p. 1.021-1.041, 2008.

HALL, J. Environmental supply chain dynamics. **Journal of cleaner Production**, v. 8, n. 6, p. 455-71, 2000.

ISO 14000 – Concept and explanations at the ISO (International Organization for Standardization). Disponível em: <<http://www.iso.org/iso/home/standards/management-standards/iso14000.htm>>: Acesso em: set. 2013.

JUST-IN-TIME – definition and basic concepts at. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/o-que-e-just-in-time/21936/>>. Acesso em: set. 2013.

KARLSSON, C. The development of industrial networks. **Journal of operations and production management**, Bradford, v. 23, n.1, p. 44-61, 2003.

KLEINDORFER, P. R.; SINGHAL, K.; VAN WASSENHOVE, L. N. Sustainable operations management. **Production and operations management**, Muncie, v. 14, n. 4, p. 482-492, 2005.

MILDENGERGER, U.; KHARE, A. Planning for an environment-friendly car. **Technovation: An international journal of technical innovation and entrepreneurship**, v. 20, n.4, p. 205-214, 2000.

NUNES, B.; BENNETT, D. Green operations initiatives in the automotive industry: an environmental reports analysis and benchmarking study. **Benchmarking: an international journal**, Bradford, v. 17, n. 3, p. 396-420, 2010.

OPPORTUNITIES INDUSTRIALIZATION CENTERS OF AMERICA (OICA). Production statistics. Disponível em:<http://oica.net/category/production-statistics>. Acesso em: jan. 2013.

ORSATO, R. J. Competitive environmental strategies: when does it pay to be green? **California management review**, Berkeley, v. 48, n. 2, p. 127-43, 2006.

PAUMGARTTEN, P. V. The business case for high-performance green buildings: sustainability and its financial impact. **Journal of facilities management**, London, v. 2, n. 1, p. 26-34, 2003.

PORTER, M. E. ;VAN LINDE, C. V. D. Toward a new conception of environment – competitiveness relationship. **Journal of economics perspectives**, Nashville, v. 9, n. 4, p. 97-118, 1995.

RIES, R. et al. The economic benefits of green buildings: a comprehensive case study. **The engineering economist**, Norcross, v. 51, p. 259-95, 2006.

SARKIS, J. Evaluating environmentally conscious business practices. **European journal of operational research**, Amsterdam, v. 107, n. 1, p. 159-74, 1998.

SEURING, S. Supply chain management for sustainable. **Business strategy and the environment**, New York, v. 20, n. 7,p. 471- 484, Nov. 2011. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/bse.702/>>. Acesso: maio 2014.

SHRIVASTAVA, P. Environmental technologies and competitive advantage, **Strategic Management Journal**, v. 16, n. 5, p. 183-200, 1995.

SUSTAINABILITY concept. Disponível em: <<http://dictionary.reference.com/browse/sustainability?s=t>>. Acesso em: 17 set. 2013.

TOYOTA Challenge, commitment, progress: 2007 North America Environmental Report, Toyota Motor North America, Washington. Disponível em: <<https://emeraldinsight.com/journals.htm?>>. Acesso em: Apr./May, 2014.

TOYOTA GROUP INSTITUTIONAL WEB-SITE. Disponível em: <<http://www.toyota-global.com/>>. Acesso em: abr./maio, 2014.

VOLKSWAGEN GROUP INSTITUTIONAL WEB-SITE. Disponível em: <<http://en.volkswagen.com/en.html>>. Acesso em: abr./maio, 2014.

WHEELWRIGHT, S. C.; HAYES, R. H. Competing through manufacturing. **Harvard business review**, Boston, v. 20, n. 7, p. 99-109, Jan./Feb., 1985.; retrieved March 1, 2014. Disponível em: <<http://hbr.org/1985/01/competing-through-manufacturing/ar/9>>.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Our common future. Oxford, New York: Oxford University, 1987.

THE WORLD'S biggest public companies – Global 2000. Forbes. **Forbes Magazine**, 2014. Disponível em: <<http://www.Forbes.com/global2000/>>. Acesso em: abr./maio, 2014.

ZHU, Q.; SARKIS, J.; LAI, K. H. Green supply chain management: pressures, practices and performance within the Chinese automobile industry, **Journal of cleaner production**, v. 15, n. 11/12, p. 1.041-1.052, 2007.

ESTUDO DE FERRAMENTAS DE *SOFTWARE* LIVRE NA CONSTRUÇÃO DE REDES DE TELEFONIA IP

Fabio Tybuchski¹
Marcos Aurélio Carrero²

INTRODUÇÃO

A evolução das redes de computadores e da internet possibilitaram novas funcionalidades além das que estamos habitualmente acostumados. Os computadores em rede possibilitaram que máquinas possam estar interconectadas de forma a compartilhar recursos. A internet viabilizou que redes de diferentes partes do mundo pudessem estar interconectadas, formando uma única rede.

A infraestrutura da internet foi criada a partir do uso de padrões livres definidos por órgãos regulamentadores independentes, que são adotados pela indústria. Essa padronização possibilitou a evolução da internet, fazendo com que cada fabricante de *hardware* ou de *software* desenvolva soluções seguindo este padrão. Estes padrões incluem protocolos de comunicação de rede, muitos deles desenvolvidos a partir de soluções em *software* livre.

A consolidação de redes e da internet possibilitou que novos serviços fossem agregados aos que já são utilizados. Por exemplo, além do uso de *e-mail*, das redes sociais e outros serviços, esta rede é utilizada para fornecer serviços de dados, vídeo e telefonia. Ou seja, é possível utilizar as redes existentes para prover aos seus usuários a possibilidade de realizar ligações telefônicas, sejam elas ligações locais ou de longa distância em vez de uma linha telefônica comum. A este tipo de telefonia dá-se o nome de telefonia IP, também chamada de Voz sobre IP (VoIP).

¹ Aluno do 3º ano do curso de Tecnologia em Redes de Computadores da FAE São José dos Pinhais. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: fabio@vinisul.com.br.

² Mestre em Informática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: marcos.carrero@fae.edu.

Diante deste cenário há uma enorme área para o estudo de tecnologias, padrões e ferramentas desenvolvidas em *software* livre que podem ser utilizadas na construção de uma rede de telefonia IP. Pretende-se evidenciar, dentre as diversas abordagens levantadas pelo referencial teórico, quais as características fundamentais para a construção de um sistema real.

1 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é o estudo de padrões e de ferramentas para construção de redes de telefonia IP em *software* livre. Os objetivos específicos verificados são: (1) estado da arte: levantamento bibliográfico sobre os aspectos teórico-práticos de sistemas de telefonia IP; (2) identificar soluções já implementadas na literatura, por meio de revistas, artigos, dissertações etc.; (3) a partir do estudo das soluções, descrever como os projetos foram elaborados na prática.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho é de caráter exploratório, focada no levantamento bibliográfico sobre os aspectos teórico-práticos necessários para o desenvolvimento de uma rede de telefonia IP.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão discutidos alguns exemplos de projetos de implantação de sistemas de telefonia IP usando *software* livre. Foi realizado um levantamento de projetos descritos na literatura que usaram ferramentas de *software* livre para a implantação de projetos de telefonia IP, mostrando diferentes alternativas para cada necessidade.

No trabalho de Harff (2008), foi elaborada uma proposta para a implantação de um serviço de telefonia IP, descrevendo a possibilidade da inclusão em uma rede existente até sua integração com a telefonia convencional. Nesse projeto o *software* Asterisk foi utilizado como meio de interligação entre a matriz e suas filiais por meio da internet, gerando comunicação a custo zero. A autora comenta que o processo de desenvolvimento de uma solução é trabalhosa, pois necessita de conhecimentos técnicos, dos protocolos de comunicação e sobre os impactos que poderão ocorrer após a implantação.

No projeto elaborado por Bianchini (2006), foi apresentada a implantação de um sistema VoIP na Universidade Federal de Lavras utilizando *softwares* livres. Esse sistema utiliza os *softwares* descritos anteriormente, como o Asterisk, o GnuGK, o SER e o banco de dados PostgreSQL. Esses *softwares* são os responsáveis pelas chamadas utilizando os protocolos H.323 e SIP. A ideia é compartilhar o uso da infraestrutura da rede de dados com o uso do serviço de VoIP pela universidade. O autor observou que, segundo dados da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), grande parte dos gastos em ligações telefônicas são para celulares locais, algo em torno de 60%. Nesse contexto, esse modelo proporciona redução de gastos nas ligações telefônicas realizadas pelo modelo de telefonia tradicional.

Para o Instituto Politécnico de Bragança, em Portugal, Rodrigues e Alves (2006) desenvolveram um projeto VoIP após identificarem que a rede atual de voz estava saturada. Por outro lado, a rede de dados era tecnologicamente avançada, o que possibilitaria o desenvolvimento de novos serviços. Para usar as potencialidades da rede de dados, foi desenvolvido o projeto chamado VoIP@IPB. Os autores concluíram que com a finalização do projeto espera-se uma melhoria significativa nos serviços de telefonia e uma redução de custos a médio prazo nas ligações telefônicas.

No trabalho elaborado por Sant'Anna (2010), foi proposta uma solução de baixo custo para a expansão de ramais telefônicos do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro com o objetivo de eliminar a demanda reprimida. Foi elaborado um estudo sobre as tecnologias, os equipamentos e um protótipo de projeto VoIP para a implantação da solução.

CONCLUSÕES

O presente trabalho apresentou um levantamento bibliográfico sobre ferramentas de *software* livre utilizados na elaboração de sistemas de telefonia VoIP. Foram descritos os aspectos teóricos necessários para a compreensão desta tecnologia bem como quais são as principais ferramentas discutidas pela literatura que possibilitam a aplicação prática desta abordagem.

Para exemplificar o uso de sistemas VoIP de maneira prática, buscou-se na literatura diferentes projetos desenvolvidos que possibilitaram um melhor entendimento sobre a aplicabilidade dos conceitos. Observou-se que os projetos de sistemas VoIP são desenvolvidos de maneira específica para cada cenário, dependendo de conhecimento técnico, dos protocolos envolvidos e da infraestrutura de rede do local onde o projeto será implantado.

Por fim verifica-se que, apesar das dificuldades inerentes ao processo, as soluções VoIP em *software* livre são viáveis, pois podem ajudar na redução de custos em ligações telefônicas. Isso possibilita menor dependência das soluções proprietárias existentes no mercado, provendo maior autonomia e escalabilidade necessárias para a manutenção e expansão da rede de infraestrutura de telefonia.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, R. L. **Implantação de sistema VoIP na Universidade Federal de Lavras utilizando softwares livres**. 2006. 66p. Monografia de graduação (Curso de Ciência da Computação) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

FERNANDES, N. L. L. **Relação entre a qualidade das respostas das recomendações G.723.1 e G.729, e o comportamento da rede IP de suporte**. 2003. 161 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro. 2003.

FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION – FCC. **Voice over Internet Protocol**. Disponível em: <<http://www.fcc.gov/voip>>. Acesso em: 5 de mar. 2014.

GONÇALVES, F. E. de A. **Asterisk PBX – guia de configuração: como construir e configurar um pabx com software livre**. Florianópolis, 2005.

GNU GATEKEEPER: manual do usuário. Disponível em: <<http://www.gnugk.org/gnugk-manual-pt.html>>. Acesso em: 10 maio 2014.

HARFF, S. **Requisitos e proposta para Implantação de um servidor VoIP**. 2008. 80p. Trabalho de Conclusão (Curso de Especialização em Tecnologias, Gerência e Segurança em Redes de Computadores) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. **Recomendação ITU-T H.323: Packet-based Multimedia Communications Systems**. Disponível em: <<http://www.itu.int/rec/T-REC-H.323/en>>. Acesso em: 5 de mar. 2014.

KAPARANTAZIS, S.; PAVLIDOU, F. VoIP: a comprehensive survey on a promising technology. **Computer Networks**, Oxford, v. 53, n. 12, p. 2050-2090, 2009.

MEGGELEN, J. van; MADSEN, L.; SMITH, J. **Asterisk: the future of telephony**. 2nd. ed. Beijing: Farnham, O'Reilly, 2007.

RODRIGUES, N. G.; ALVES, A. Implementação de serviços de telefonia IP numa Instituição de Ensino Superior. In: WORD CONGRESS ON COMPUTER SCIENCE ENGINEERING AND TECHNOLOGY EDUCATION, 2006, Santos. **Anais...** Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2006. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1279/1/nrodrigues.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2014.

ROSENBER, J. et al. **SIP: Session Initiation Protocol – RFC 3261**. Internet Engineering Task Force. Disponível em: <<http://www.ietf.org/rfc/rfc3261.txt>>. Acesso em: 05 de mar. 2014.

SANT'ANNA, I. P. **Implantação de telefonia VoIP no Centro de Tecnologia da UFRJ**. 2010. 43f. Projeto de Graduação (Curso de Engenharia Eletrônica e de Computação) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, D. G. da. **Implementação de um sistema SIP para o sistema operacional Linux**. 2003. 127f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.

SINGH, H. P.; SINGH, J.; KHAN, S.A. VoIP: state of art for global connectivity – a critical review. **Journal of network and computer applications**, London, v. 37, p. 365-379, 2014.

THE SIP ROUTER PROJECT. Disponível em: <<http://sip-router.org/>>. Acesso em: 10 de abr. 2014.

TELECO – Inteligência em telecomunicações. **Seção:** tutoriais VoIP. Disponível em: <http://www.teleco.com.br/tutoriais/tutorialmondesvoip/pagina_3.asp>. Acesso em: 14 abr. 2014.

YOSHIOKA, Y. **Protocolos para Telefonia IP**. 2003. 60p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Instituto de Computação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.

ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS: O CASO DE UMA EMPRESA PARANAENSE

Pedro Luis Muschitz¹

Antoninho Caron²

INTRODUÇÃO

A temática da economia global tem se tornado cada vez mais objeto de discussões e análises ao redor do mundo. Atrai desde curiosos interessados apenas em descobrir novidades de cunho informativo a gestores de negócios buscando novas alternativas de mercado. Desta forma, homens de negócio se concentram num esforço constante e intenso de identificar novas estratégias de competição, visando conquistar espaço no mercado internacional.

De acordo com Caron (2009, p. 6), a conquista do mercado internacional e a abertura de uma economia permitem que uma empresa local participe de um cenário de competição mundial capitalista com rápidas, frequentes e intensas inovações tecnológicas ocasionadas pelas invenções no modo de produzir e organizar-se, cenário que exige melhoria constante da qualidade e da produtividade.

O desafio estratégico do crescimento e da sobrevivência com sucesso das empresas diante das novas economias se inicia na diligência em conhecer o cenário inexplorado, na conquista de vantagem competitiva dentro de diferentes regiões, na busca de alternativas de interdependência e cooperação na inovação tecnológica, no desenvolvimento de projetos de pesquisa de inovação de produtos e processos, na composição da estratégia financeira, no desenvolvimento, manutenção e conquista de novos mercados para produtos e serviços. Considerando as transformações e mudanças em andamento, pergunta-se: **quais as estratégias para que as empresas de pequeno e médio porte atuem com sucesso em economias abertas, competitivas e globalizadas?**

¹ Aluno do 3º ano do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: pedromuschitz@hotmail.com.

² Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Diretor de Pós-graduação e Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: acaron@fae.edu.

1 OBJETIVOS

Este artigo tem como objetivo principal identificar as principais estratégias para que empresas de pequeno e médio porte atuem com sucesso em economias globalizadas e competitivas. Os objetivos secundários são: identificar os benefícios das estratégias competitivas de internacionalização e avaliar os riscos do processo de internacionalização em ambientes de acirramento da competição internacional para as Pequenas e Médias Empresas (PME).

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos foram de realizar uma revisão teórica da compreensão das estratégias de atuação no mercado nacional e internacional. O trabalho de pesquisa está orientado por um estudo de caso visando reunir informações estratégicas, analisá-las e oferecer alternativas de orientação na área de internacionalização.

Após a seleção da empresa, utilizou-se como procedimentos metodológicos: a) coleta de dados, documentação e registros em arquivos; b) observação direta na visita à empresa e c) realização de entrevistas a partir de uma pesquisa qualitativa com roteiro semiaberto, executando uma abordagem em profundidade, contendo questões semiestruturadas em busca de respostas da problemática de pesquisa e dos objetivos a serem atingidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo desta pesquisa foi identificar as estratégias de internacionalização adotadas por uma empresa paranaense visando conquistar a capacidade competitiva e espaço no mercado internacional. Pretende-se com isso estabelecer comparações e aferir constatações entre o que propõem os conhecimentos teóricos sobre diversas estratégias empresariais e o que realmente pode-se observar no estudo do caso. O QUADRO 1 apresenta o roteiro de entrevista realizado com a empresa.

QUADRO 1 – Opinião da empresa pesquisada sobre as estratégias estudadas

ESTRATÉGIAS	MAKSIWA
Buscar vantagem competitiva global	Entender que o mercado global demanda tempo e trabalho. Agredir o mercado internacional exige entender como seus concorrentes globais irão atuar. Muitas vezes, por estarmos no Brasil, nossa tecnologia pode ser ultrapassada e obsoleta quando comparada com players mundiais. Atuar no cenário global te impulsiona naturalmente a andar na frente.
Inovar constantemente	Criar rapidamente e lançar de forma agressiva faz parte da estratégia de inovação. Produz impacto no mercado.
Reduzir custos com alianças estratégicas	Conhecer o fornecedor, mesmo que esse não seja o mais barato economicamente, mas que garanta qualidade e excelência em seus serviços é essencial.
Conhecer regulamentação e falhas de mercado	Estudar bem a regulamentação, o mercado e o produto antes de produzir é muito importante. O mercado sempre abre espaços e, onde ele conseguir entrar, fará crescer novos nichos específicos. O que precisa é estar atento e aproveitar a oportunidade.
Cooperar para competir	Buscar satisfação de sua base de fornecedores e da mão de obra interna, motiva a cooperação necessária para competir de forma sustentável.

FONTE: Os autores (2014)

Os dados obtidos a partir da entrevista e visita técnica à empresa e sua posterior análise, compilação e interpretação, resultaram na percepção das oportunidades, riscos e desafios enfrentados pelas empresas que desejam competir no mercado global, bem como na identificação das cinco principais estratégias de mercado adotadas no processo de internacionalização de empresas, com a compreensão de que globalizar-se pode ser entendido como atua no mercado internacional ou como possibilidade de a empresa produzir localmente com padrões internacionais.

CONCLUSÕES

Partindo das reflexões e conhecimentos da base teórica e considerando o estudo de caso realizado, chega-se à conclusão de que as principais estratégias para que as empresas de pequeno e médio porte atuem com sucesso em economias abertas, competitivas e globalizadas devem ser: I) buscar vantagem competitiva global; II) inovar os produtos constantemente; III) estabelecer alianças estratégicas; IV) conhecer as falhas de mercado, os riscos e as políticas governamentais; V) pesquisar fomentos do governo; e VI) cooperar para competir.

Pode-se concluir que, embora o estudo tenha sido realizado com o foco nas PME paranaenses, toda empresa que venha fazer uso das estratégias propostas neste estudo de caso irá obter resultados benéficos, independentemente da sua região de atuação ou tamanho.

REFERÊNCIAS

CARON, A. **Estratégias de cooperação empresarial internacional**: um estudo de caso sobre as empresas industriais da região metropolitana de Curitiba. 1997.

253f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

_____. **Globalização, organizações e estratégias empresariais**. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, C. E. A reforma tributária do governo Lula: continuísmo e injustiça fiscal, **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 44-53, jan./jun. 2007.

COSTA CAMPI, M. T. La cooperación entre empresas, nueva estrategia competitiva. **Economía Industrial**, p. 27-35, mar./abr. 1989.

COX, J. R. W.; MANN, L.; SAMSON, D. Benchmarking as a mixed metaphor: disentangling assumptions of competition and collaboration. **Journal of Management Studies**, Oxford, v. 34, n. 2, p. 285-314, mar. 1997.

DIBELLA, A. J.; NEVIS, E. C.; GOULD, J. M. Understanding organizational learning capability. **Journal of Management Studies**, Oxford, v. 33, n. 3, p. 361-379, 1996.

GHEMAWAT, P. **Como alcançar a prosperidade global**: mundo 3.0. Porto Alegre: Bookman, 2012.

GOLDIN, I. **Globalization and risks for business**: Implications of an Increasingly Internconnected World. A, Lloyd's 360º Risk Insight In: Depth Report 2010. Disponível em: <<http://www.lloyds.com/News-and-Insight/360-Risk-Insight/Research-and-Reports/Globalisation/Globalisation>>.

JARILLO, J. C. Ventaja competitiva y ventaja cooperativa. **Economía Industrial**, Madrid, p. 69-96, mar./abr. 1989.

KOTLER, P. **O marketing das nações**. São Paulo, Futura, 1997.

LYNCH, R. P. **Alianças de negócios, a arma secreta competitiva**: como planejar, negociar e gerenciar alianças estratégicas competitivas. São Paulo: Makron Books, 1994.

MAITAL S. **Economia para executivos**: Dez ferramentas essenciais para empresários e gerentes. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____. **Empresas mais competitivas serão aquelas que encontram meios inovadores de cooperar e colaborar muitas vezes até com seus rivais mais impiedosos**. [S.l:s.n], p. 213-214, 1986.

_____. **A sobrevivência do mais competente agora significa sobreviver com o mais competente**. [S.l: s.n], p. 218-220, 1996.

MARITI, P.; SMILEY, S. H. Cooperative agreements and the organization of industry, **The Journal of Industrial Economics**. Oxford, v. 31, n. 4, jun. 1983.

MONTGOMERY, C.; PORTER, Michael E. (Org.). **Estratégia**: a busca da vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PORTER, M. **Estratégia competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

_____. **A vantagem competitiva das nações**. In: MONTGOMERY, C.; PORTER, Michael E. (Org.). **Estratégia**: a busca da vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Campus, p. 145-179, 1989.

ORGANIZAÇÕES E COMPETITIVIDADE: MECANISMOS DE APOIO À INOVAÇÃO

Thainá Vecentin Becker¹

Antoninho Caron²

INTRODUÇÃO

Com a globalização, o mercado exige cada vez mais competitividade entre as empresas, que precisam desenvolver estratégias a fim de competir. Uma das formas de obter vantagens competitivas é por meio da inovação, que proporciona mecanismos para que a empresa adapte-se às novas exigências de mercado. Por sua vez, a inovação depende de uma série de fatores, entre eles: a maneira como as competências organizacionais são delineadas, incluindo o importante papel das competências individuais. Isso faz com que o conceito de competência protagonize cada vez mais esse cenário em transformação que possui como premissa de sucesso a inovação.

¹ Aluna do 3º ano do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014) *E-mail*: thainavbecker@gmail.com.

² Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Diretor de Pós-graduação e Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: acaron@fae.edu.

1 OBJETIVOS

Dessa forma, o objetivo principal deste estudo é identificar competências individuais e coletivas para inovar, bem como mecanismos de apoio a inovações. Para isso serão identificados os tipos de inovação, além do papel das competências. Em um segundo momento será verificado como um ambiente organizacional pode ser favorável à inovação e por fim, por meio de um estudo de caso, será identificado mecanismos e instrumentos de apoio à inovação, existentes na empresa analisada.

2 METODOLOGIA

Para tanto, foi realizada uma pesquisa explicativa, lançando mão de técnicas bibliográficas e documentais. A pesquisa explicativa consiste na identificação dos fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade. Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, o bibliográfico baseia-se em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Por sua vez, o documental caracteriza-se por fontes documentais, que no presente estudo trouxe relevantes informações acerca da empresa analisada.

3 RESULTADO E DISCUSSÕES

A inovação é movida pela capacidade de estabelecer relações, perceber oportunidades e aproveitar-se delas. Além disso, pode assumir diversas formas, sendo que as principais são: produto (mudança no produto ou serviço final), processo (mudança na forma de concepção do produto ou serviço), posição (mudança no contexto onde o produto ou serviço é introduzido) e paradigma (mudança do modelo mental da organização).

A novidade pode ser gerada e incentivada por meio de competências organizacionais, que nada mais são do que a expressão de práticas coletivas que se transformam em hábitos, que resultam em competências organizacionais. Essas, por sua vez, são de difícil imitação, visto que dependem de um processo coletivo de aprendizagem. Indivíduos dotados de competências individuais – um conjunto de conhecimento, habilidades, atitudes e valores – as mobilizam e as aplicam dentro do contexto profissional, agregando valor à organização e a si mesmo.

Esse processo auxilia na manutenção das empresas no atual contexto mundial, no qual é necessário que se adaptem a mudanças e que a inovação, junto às competências individuais e organizacionais, protagonize cada vez mais esse cenário. Para tanto, a fim de realizar um estudo sobre a dinâmica entre a inovação e competências, uma empresa brasileira foi escolhida como objeto de estudo.

Ao longo do estudo levantou-se que as principais competências individuais dos funcionários da empresa são capacidade de execução, domínio técnico e capacidade analítica. Fica claro que, para a empresa analisada, os funcionários devem saber realizar suas atividades, otimizando recursos e cumprindo prazos; adquirindo conhecimentos técnicos acerca da área em que atuam; e em sua maioria perceber racionalmente as informações que recebem, sabendo detectar oportunidade e ameaças.

CONCLUSÕES

Com o objetivo de identificar competências individuais e organizacionais para inovar, assim como os mecanismos de apoio a inovações, foram identificados os principais tipos de inovação, o papel das competências individuais e coletivas, por meio da pesquisa explicativa, bem como o ambiente organizacional poder tornar-se favorável à inovação, além dos mecanismos de apoio necessários para isso.

REFERÊNCIAS

FERIGOTTI, C. M. S. **Aprendizagem e acumulação de competências inovadoras em produtos na Electrolux do Brasil (1980-2003)**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_627.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

FERNANDES, B. R. **Gestão estratégica de pessoas com foco em competências**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. **Aprendizagem e inovação organizacional: as experiências do Japão, Coréia e Brasil**. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Estratégias empresariais e formação de competências**. São Paulo: Atlas, 2000.

FOWLER, S. W.; KING, A. W.; ZEITHAML, C. P. Competências organizacionais e vantagem competitiva: o desafio da gerência intermediária. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 36-49, jan./mar. 2002.

GARCIA, L. A. M. **Competências e habilidades: você sabe lidar com isso?** Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0023e.html>>. Acesso em: 15 set. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MICHAUX, V. Articular as competências individual, coletiva, organizacional e estratégica: esclarecendo a teoria dos recursos e do capital social. In: RETOUR et al. **Competências coletivas: no limiar da estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2011.p. 1-21.

SCHLINK, G. **Firm's competences in evolutionary theory: how does creativity fit in?** Disponível em: <http://www.druid.dk/uploads/tx_picturedb/dw2005-1623.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2014.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da inovação**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ZARIFFIAN, P. **Objective competence**. Paris: Liasion, 1999.

A SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR

Gilmara Ferreira da Costa¹

Ricardo Lemes da Rosa²

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é um tema cada vez mais recorrente nas discussões e debates promovidos pela sociedade em geral acerca do impacto no meio ambiente. Um exemplo de programa que promove a sustentabilidade como eixo central de sua proposta é o programa “Economia Solidária” (ES), desenvolvido em alguns estados e municípios, visando ao desenvolvimento da atividade econômica pautado na cooperação e a autogestão, priorizando o consumo de produtos saudáveis que afetem o mínimo possível o meio ambiente, além de valorizar as pessoas promovendo a solidariedade, a democracia, a preservação ambiental e os direitos humanos (CNES, 2006). Questiona-se, então: como a sustentabilidade vem sendo compreendida e desenvolvida pelos participantes do programa economia solidária no município de São José dos Pinhais/PR?

¹ Aluna do 3º ano do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: gilmarafcosta@hotmail.com.

² Mestre em Políticas Públicas para o Esporte e Lazer pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: Ricardo.rosa@bomjesus.br.

1 OBJETIVOS

O objetivo geral do estudo é analisar como o conceito de sustentabilidade é compreendido e desenvolvido pelos participantes do programa Economia Solidária no município de São José dos Pinhais. Então, para atingir tal proposta, foram apontados os seguintes objetivos específicos: (a) apresentar o foco principal do conceito sustentabilidade desenvolvido pelo programa; (b) identificar o perfil dos participantes envolvidos no referido programa; (c) abordar as principais barreiras e facilitadores na relação **conceito e aplicabilidade** do tema sustentabilidade percebido pelos participantes do programa.

2 METODOLOGIA

Este trabalho se caracterizou como uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, utilizando-se da abordagem qualitativa de análise. Elegeu-se esta opção de modalidade, pois nos permitiu investigar o tema proposto, buscando um aprofundamento e compreensão da temática sustentabilidade na sua relação conceito e aplicabilidade inseridos no programa economia solidária em São José dos Pinhais, estabelecendo uma análise significativa e detalhada dos fenômenos que compõem este cenário social. A fase seguinte foi a pesquisa de levantamento de dados por meio de questionário com questões abertas e fechadas e entrevistas semiestruturadas.

O questionário foi utilizado na primeira fase do estudo que visava mapear junto à Secretaria Municipal de Trabalho os participantes envolvidos no referido programa e que atendessem aos critérios para a entrevista. Após a análise dos questionários, passamos para a segunda parte deste estudo no qual optamos pela seleção dos participantes que já atuam pelo menos há um ano na atividade proposta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Algumas variáveis surgiram ao longo do projeto, como a dificuldade de reunir todos os participantes para um debate devido aos eventos do mês de abril que tomaram muito tempo dos artesãos, reduzindo a abrangência da amostra para a coleta dos dados da pesquisa em questão.

Encontrou-se relação sobre o que foi pesquisado junto ao *site* do Ministério do Trabalho e Emprego que classifica como ES: “Produção de bens; Prestação de serviços; Finanças solidárias; Comércio justo; Trocas e Consumo solidário”; ao que foi exposto pelos participantes do programa economia solidária de São José dos Pinhais.

Quando tratamos dos benefícios gerados pelo programa, todos os entrevistados demonstraram que uma alternativa de comercializar seu produto sem custo nenhum é um dos principais ganhos que se tem em participar da economia solidária.

Dentre as políticas mencionadas nas entrevistas e no levantamento bibliográfico destacamos: fortalecimento institucional; agentes de desenvolvimento local; incubação de empreendimentos solidários; espaço de comercialização solidária; formação, qualificação social e profissional; finanças solidárias e crédito; assessoria técnica e organizativa, ambas relatadas pelos entrevistados.

Destacam-se nos resultados a dificuldade de relacionamento entre os artesãos e a falta de local fixo para todos estes profissionais exporem seus produtos, assim como a pequena quantidade de feiras ao longo do ano.

CONCLUSÕES

Constatou-se de forma geral que existem políticas efetivas da Secretaria de Emprego, Trabalho e Economia Solidária no município voltadas às ações de empregabilidade para os artesãos, que estimulam o reconhecimento dos produtores e promovem uma integração entre a população e os artesãos, divulgando assim seus produtos e sua arte.

Como contribuição deste trabalho, constatamos que há a necessidade de inclusão de normas mais rígidas de controle dos eventos a fim de melhorar todo o processo e o relacionamento entre todos do grupo.

Destacamos também a importância de maior investimento da esfera federal e municipal no aporte de mais verbas para a promoção de mais feiras de comercialização ao longo do ano; a construção de um local fixo para que os artesãos exporem seus produtos para venda, pois até o momento existe apenas um espaço denominado de quiosque localizado na Rua XV de novembro, região central da cidade, no qual os produtos são dispostos em pequenas quantidades, existindo uma rotatividade desses trabalhadores, com isto não são expostos os produtos de todos os artesãos ao mesmo tempo.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001.

AMADO NETO, J. **Sustentabilidade e produção:** teoria e prática para uma gestão sustentável. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Decreto n. 7.358, de 17 de novembro de 2010. Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (SCJS), cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa** do Brasil, Brasília, 17 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm>. Acesso em: 27 ago. 2014.

CARDOSO, R. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 42-48, abr./jun. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a05v18n2.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

CHAVES, D. F.; PINTO, I. M. de J. Economia solidária como alternativa de desenvolvimento regional. **T&C Amazônia**, v. 5, n. 10, fev. 2007. Disponível em: <www.unisul.br/wps/wcm/connect/05ce92d5-1574-47bb-a15e-ed0cfc3094fb/economia-solidaria_mulheres-empendedorasprojetos-extensao-tb.pdf?mod=ajperes>. Acesso em: 15 ago. 2014.

COHEN, M. **Ética, sustentabilidade e sociedade:** desafios da nossa era. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

EES e Economia solidária. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

FALEIRO, A. et al. **O desafio da sustentabilidade:** um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

FERREIRA, Y. N. Metrópole sustentável? Não é uma questão urbana. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, out. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2014.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <www3.ethos.org.br/conteudo/mobilizando-as-empresas-por-uma-sociedade-justa-e-sustentavel/cultura/#.UoN-dbt8McA>. Acesso em: 20 nov. 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

REIS, T. A.; FRANÇA FILHO, G. de C. **Economia solidária e sustentabilidade plural:** o caso da COOPAED. In: III ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 3., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://sites.poli.usp.br/p/agosto.neiva/nesol/Publicacoes/Anais%20-%20Grava%C3%A7%C3%A3o/arquivos%20III%20Encontro/Rel-17.htm>>. Acesso em: 15 out. 2013.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Secretaria de Trabalho, Emprego e Economia Solidária.** Disponível em: <[www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-trabalho-emprego-e-economia-solidaria/](http://www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-trabalho-emprego-e-economia-solidaria/programa-de-economia-solidaria/)>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SUSTENTABILIDADE. Disponível em: <www.suapesquisa.com/ecologiasaude/sustentabilidade.htm>. Acesso em: 20 out. 2013.

TAKEDA, Tatiana. **A preocupação com o meio ambiente nas últimas décadas**. Disponível em: <www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1762>. Acesso em: 15 ago. 2014.

TORRESI, S. I. C. de; PARDINI, V. L.; FERREIRA, V. F. Química sustentável. **Química Nova**, São Paulo, v. 33, n. 7, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422010000700001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. de 2013.

TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VECCHIATTI, K. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, set. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2014.

ECOFILOSOFIA EMPRESARIAL (ECOFE): FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DOS ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Deborah Holzmann Morris¹

Léo Peruzzo Junior²

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa avaliou os índices de sustentabilidade e responsabilidade corporativa a partir de uma ferramenta de avaliação própria intitulada “Ecofilosofia Empresarial (Ecofe)”. Também buscou encontrar dados que corroborem para a necessidade de institucionalizar um caminho consciente para atingir um nível de desenvolvimento sustentável. Foi possível observar, em pesquisa realizada em 30 organizações de Curitiba e região metropolitana, que o cenário atual das políticas de sustentabilidade e da responsabilidade social encontra-se em fase de implementação e desenvolvimento. Por isso, a partir dos dados encontrados, se faz necessária uma mudança no paradigma econômico, passando por uma reinvenção dos modelos de produção e consumo adotados pelo ser humano. Caso contrário, as consequências ao se negligenciar a gestão de valores nas organizações é o prejuízo, que pode ser fatal; é só “uma questão de tempo [...]”. O lucro passa a ser objetivo supremo, um deus exigente ao qual todos os valores subjugam-se. A competição ganha expressão predatória e todos os concorrentes devem ser eliminados” (MATOS, 2008, p. 21).

¹ Aluna do 3º ano do curso de Administração pela FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2012/2013). *E-mail*: deholzms@hotmail.com.

² Doutor em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor da FAE Centro Universitário e da Escola de Direito e da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). *E-mail*: leo.junior@bomjesus.br.

1 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é desenvolver e avaliar os índices de sustentabilidade e responsabilidade social no ambiente organizacional, apresentando o estado atual de tais ações nos diversos setores empresariais, por meio da ferramenta Ecofe. Para tal, foi preciso abordar o cenário atual da sustentabilidade e da responsabilidade social, desenvolver e apresentar ferramenta própria de avaliação dos índices de sustentabilidade e responsabilidade social no ambiente organizacional, mostrando que o desenvolvimento produtivo torna exigível políticas reguladoras que repensem os modelos de desenvolvimento econômico e as cadeias produtivas e, por fim, realizar análise a partir da ferramenta Ecofe, em 30 empresas de Curitiba e região metropolitana, com a finalidade de identificar o estado atual de arte e os modelos internos de gestão.

2 METODOLOGIA

A pesquisa objetivou conceituar a Ecofilosofia Empresarial, baseando-se nos estudos sobre sustentabilidade e responsabilidade social. Para o referencial teórico, analisaram-se diferentes perspectivas acerca dos temas na literatura especializada. Além disso, na pesquisa de campo, aplicou-se questionário próprio em 30 empresas de Curitiba e região metropolitana, em setores econômicos diversos. Como a área de pesquisa é muito recente, foi difícil encontrar trabalhos semelhantes, aos quais fosse possível traçar comparações e identificar semelhanças. Foram utilizadas referências para definir os conceitos principais de estudo, sustentabilidade e responsabilidade social, principalmente na formulação do questionário enviado as empresas, o ECOFE, visando encontrar requisitos e qualificações a serem alcançadas pela empresa em busca da sua Ecofilosofia Empresarial.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sustentabilidade é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ser sustentável requer uma profunda mudança de comportamento, que pode ser iniciada com cuidados quanto ao consumo dos bens mais importantes do planeta, que podem se tornar escassos nos próximos anos (JACOBI, 2003). A responsabilidade social parte de um senso comum em contribuir socialmente para um

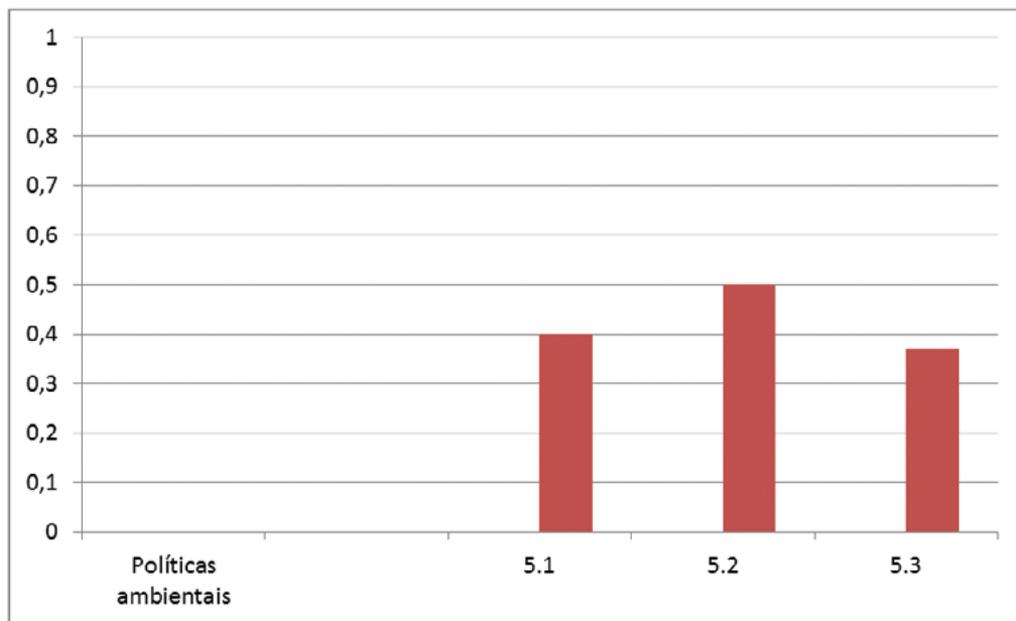
ambiente justo e aproveitável. A responsabilidade social empresarial está vinculada a uma gestão ética e transparente que a organização deve ter com suas partes interessadas, para minimizar seus impactos no meio ambiente e na sociedade.

No início, falava-se em responsabilidade social e não em responsabilidade social corporativa, possivelmente porque nessa época ainda não havia se desenvolvido as corporações modernas. Bowen foi um importante estudioso do tema responsabilidade social e seu livro *Social Responsibilities of the Businessman*, publicado em 1953 e traduzido no Brasil em 1957, pode ser considerado um marco. O autor formulou um primeiro conceito de responsabilidade social do homem de negócios, estabelecendo que tal conceito refere-se a obrigações do homem de negócios de perseguir políticas, tomar decisões e seguir cursos de ação compatíveis com os objetivos e valores da sociedade (TEIXEIRA; ZACCARELLI, 2008, p. 82).

Desta maneira, almejando novas definições e análises dos conceitos de sustentabilidade e responsabilidade social, nasce uma nova cultura organizacional para as empresas: a Ecofilosofia Empresarial, que prima pelo uso cada vez mais eficiente dos recursos naturais e humanos, garantindo então a perenidade dos negócios sem sacrificar o retorno financeiro necessário à manutenção da atividade econômica, a exemplo das discussões da ética da responsabilidade apresentadas por Hans Jonas (PERUZZO, 2013). Baseado nos conceitos descritos acima, foi criado um questionário para medir o índice das empresas, por uma abordagem qualitativa, dentro de cada setor e principalmente para fornecer dados, informações e análises que corroborem com a necessidade de institucionalizar o caminho para atingir um nível de desenvolvimento sustentável.

O questionário foi dividido em nove subitens. O primeiro traz uma abordagem sobre governança corporativa, seguido de público interno, fornecedores e consumidores. O quinto item se refere a políticas ambientais, em que a empresa pode se manifestar de acordo com recursos externos disponíveis e suas limitações no trabalho. Também é questionada a relação da empresa com o estado. Por fim, empresas respondem sobre a sociedade em geral e em seguida fala-se sobre programas de sustentabilidade e responsabilidade sociais internos e externos. Já com questões facultativas, pergunta-se a respeito de certificações nacionais e internacionais que podem trazer pontos extras à organização.

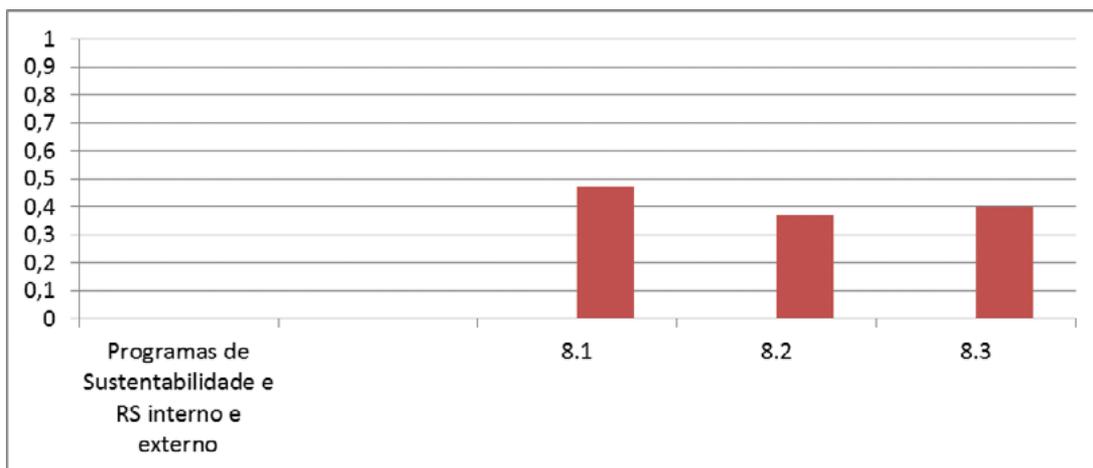
GRÁFICO 1 – Políticas ambientais aplicadas pela empresa (Ecofe)



FONTE: Os autores (2013)

Constatamos que 40% das empresas têm participação conjunta de outros setores da sociedade nos projetos ambientais da empresa, 50% têm divulgação desses projetos aos empregados e 37% têm incentivos à participação dos empregados e da comunidade onde a empresa projeta tais ações.

GRÁFICO 2 – Programas de sustentabilidade e responsabilidade social como políticas internas e externas da empresa (ECOFE)



FONTE: Os autores (2013)

É importante notarmos que 47% das empresas têm algum tipo de logística reversa em seus produtos/serviços. Já 37% das empresas fomenta pesquisa para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de projetos nessas áreas e 40% incentiva a participação do público interno e externo da companhia nesses projetos.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos indicam que, por meio de ações inovadoras unidas a um comportamento ético global, nasce a possibilidade de pensarmos em uma Ecofilosofia Empresarial que possa beneficiar inclusive as futuras gerações. Segundo Brown (2003), cria-se uma economia que não pode sustentar o progresso econômico, uma economia que não pode nos conduzir ao destino desejado. Cabe a nós transformar o comportamento empresarial agora, para um futuro melhor. Para o ambiente organizacional é preciso criar um caminho que una a ética e a Ecofilosofia, preservando o ambiente e mantendo a obtenção de riqueza, mas de forma cada vez mais consciente e sustentável, com responsabilidade social.

Espera-se, a partir destes resultados, criar um padrão de crescimento e desenvolvimento sustentável e responsável socialmente, para que as empresas tenham um parâmetro a seguir voltado para a Ecofilosofia Empresarial. Ações responsáveis e sustentáveis desenvolvidas pelas organizações garantirão eticamente melhores resultados para as futuras gerações. Apenas desta forma será possível evitar a antecipação de problemas nas práticas de gestão corporativa e organizacional.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, F. J. **A ética nas empresas**: maximizando resultados através de uma conduta ética nos negócios. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- ALBERTON, A. **Meio ambiente e desempenho econômico financeiro**: o impacto da ISO 14001 nas empresas brasileiras. 2003. 306f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.
- BELLIA, V. **Introdução à economia do meio ambiente**. Brasília: Ibama, 1996.
- GIACOMINI FILHO, G. **Ecopropaganda**. São Paulo: SENAC, 2004.
- GOMES, A.; MORETTI, S. **A responsabilidade e o social**: uma discussão sobre o papel das empresas. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GRANDO, G. L. B.; PERUZZO JÚNIOR, L. Sustentabilidade e responsabilidade social empresarial: uma nova proposta de ecofilosofia empresarial. **Caderno de Iniciação Científica**, Curitiba: FAE Centro Universitário, n. 14, p. 113-117, 2012/2013.
- GRAYSON, D.; HODGES, A. **Compromisso social e gestão empresarial**. São Paulo: Publifolha, 2002.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.
- JONES, G. R.; GEORGE, J. M. **Administração contemporânea**. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.
- KREITLON, M. P. M. Moral, política, cidadania wireless: reflexões para o ensino e pesquisa em RSE no Brasil. **Revista de Administração contemporânea**, Curitiba, v. 16, n. 2, p. 271-289, mar./abr. 2012.
- LYRA, M. G.; GOMES, R. C.; JACOVINE, L. A. G. O papel dos stakeholders na sustentabilidade da empresa: contribuições para construção de um modelo de análise. **Revista de Administração contemporânea**, Curitiba, v. 13, nº especial, p. 39-52, jun. 2009.
- MATOS, F. G. de. **Ética na gestão empresarial**: da conscientização à ação. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MILLER, G. T.; SPOOLMAN, S. E. **Ecologia e sustentabilidade**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- PERUZZO JÚNIOR, L. **Dinâmica das ideias filosóficas e sociais**. Curitiba: CRV, 2013.
- ROBBINS, S.; COULTER, M. **Responsabilidade social e ética da administração**. São Paulo: Prentice-Hall do Brasil, 1998.
- TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- TEIXEIRA, M. L. M.; ZACCARELLI, L. M. Os desafios da atuação socialmente responsável. In: HANASHIRO, D. M. M.; TEIXEIRA, M. L. M.; ZACCARELLI, L. M. (Org.). **Gestão do fator humano**: uma visão baseada em stakeholders. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- TREVISOL, M.; PERUZZO JÚNIOR, L. Ecofilosofia empresarial: fundamentos epistemológicos da sustentabilidade e da responsabilidade social. **Caderno de Iniciação Científica**, Curitiba: FAE Centro Universitário, n. 13, p. 609-622, 2012.

FORMULAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRATÉGIAS POR EMPRESAS PARANAENSES

Dayane Gabrielle Alves¹
Carlos Borges Machado²

INTRODUÇÃO

Para atingir melhor o desempenho das empresas, os gestores executam atividades de mudanças competitivas e abordagens comerciais, traçando um planejamento das ações que a empresa deverá seguir. Internamente, esse conjunto de fatores é denominado de **estratégia** e se refere às intenções centrais que irão conduzir a organização à satisfação dos clientes, ao aumento da competitividade da companhia, ao alcance dos seus objetivos ou outras questões consideradas importantes.

Ocorre que o simples fato de se estabelecer declarações de missão, visão e valores ou fazer planejamentos não significa que a empresa tem, de fato, uma estratégia.

Organizar reuniões com todo o *staff* a fim de analisar o ambiente – interno e externo – também não significa que o diagnóstico dos desafios da organização esteja sendo feito da maneira correta. Preencher formulários padronizados ou fazer votações nas quais a maioria é “vencedora” corresponde mais ao cumprimento de protocolos do que ao desenvolvimento de estratégias.

Trata-se, portanto, de algo simples em sua definição. Mais difícil, no entanto, é a sua execução, pois “o fracasso das estratégias de muitas empresas deve-se à incapacidade de traduzir uma estratégia competitiva geral em etapas de ação específicas necessárias para se obter vantagem competitiva” (PORTER, 1989).

¹ Aluna do 3º ano do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: dayane.alves@hotmail.com.br.

² Mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: carborma@gmail.com.

Tem-se, então, que não existe um conceito único e definitivo de estratégia. Entretanto, qualquer que seja a definição utilizada, algumas consequências do seu emprego deverão fazer parte das intenções organizacionais, como, por exemplo, mudança, competitividade, inovação, desempenho, missão, objetivos, resultados, posicionamento.

A questão fundamental da estratégia se refere ao que a empresa consegue entregar ao seu cliente de forma diferente – neste caso, considerado como “melhor” – dos seus concorrentes. Afinal, isso é o que lhe garantirá sucesso no longo prazo.

A intenção que permeia este trabalho reside na avaliação sobre se os clientes de uma empresa conseguem perceber uma vantagem competitiva da companhia em questão em relação às demais do mesmo segmento. Em outras palavras, o intento é avaliar se os clientes conseguem enxergar as declarações manifestadas pela empresa nos produtos que ela oferece.

Do contrário, a estratégia não passaria de material publicitário sem qualquer fundamentação na realidade.

1 OBJETIVOS

O objetivo geral deste projeto foi avaliar, por meio da percepção de clientes de uma empresa paranaense, se os produtos oferecidos por ela têm um diferencial em relação aos entregues pelos seus concorrentes, validando as suas estratégias.

A partir do objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos para o estudo: identificar as estratégias adotadas por uma empresa; identificar, nas estratégias adotadas por uma empresa paranaense, uma proposta de entrega de valor aos seus clientes; e verificar, na percepção dos clientes da empresa pesquisada, se os seus produtos atendem aos requisitos considerados mais importantes e, com isso, ela consegue efetivamente entregar um valor adicional aos seus consumidores.

2 METODOLOGIA

Para que fosse possível a elaboração do presente trabalho, tornou-se necessária uma revisão aprofundada sobre quais as estratégias usualmente utilizadas nas empresas. Observou-se questões sobre o planejamento e execução de tais estratégias, buscando compreender um vasto referencial teórico para que a pesquisa pudesse ser levada a campo.

Com o objetivo de mensurar dados estatísticos, realizou-se uma pesquisa de levantamento, quantitativa por meio da aplicação de um questionário para dois grupos

distintos. As hipóteses que foram levantadas nos questionários foram retiradas de uma adaptação da matriz de importância X desempenho, afim de que, ao concluir o projeto de pesquisa, fossem coletados dados suficientes para que esta matriz fosse montada.

Foram preenchidos 42 formulários manualmente a respeito do público específico de clientes do grupo O Boticário, e 45 questionários a respeito do público geral de consumidores de cosméticos, para facilitar a compreensão dos dados, estes foram repassados para uma ferramenta *on-line*, na qual foram gerados gráficos expressivos sobre os dados coletados, a estratégia de divulgação dos formulários foi a entrega por parte do professor orientador para seus alunos e para os colegas de classe da pesquisadora, as duas turmas estavam localizadas na FAE Centro Universitário. Conseguindo assim, alcançar um número muito perto do que foi estipulado para amostra, que era anteriormente de 60 questionários preenchidos, com isso não foi necessário ampliar a abordagem ao público-alvo.

A ferramenta utilizada foi escolhida pela facilidade encontrada entre o professor orientador e a orientanda para entrar em contato com os alunos. O questionário também foi divulgado para o gestor de uma empresa de Curitiba, o qual ainda não foi obtido resposta.

O formulário foi disponibilizado durante o período de uma aula no mês de maio de 2014 e serviu de base para o desenvolvimento dessa pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho teve como principal objetivo conseguir avaliar a percepção que os clientes consumidores de cosméticos e os clientes de uma empresa paranaense têm sobre a relação de valor oferecida por esta empresa, observando assim se as estratégias utilizadas pela empresa estão coerentes com o que seus consumidores esperam e se ela se sobressai em relação aos seus concorrentes.

Para responder a esta questão e aos objetivos específicos, foi necessário realizar uma limitação de estudo, portanto foi uma amostra intencional apenas de alunos da FAE Centro Universitário. Em relação ao questionário apresentado ao gestor de uma empresa de grande porte localizada na cidade de Curitiba, este foi disponibilizado apenas para este gestor específico.

Por meio dos questionários disponibilizados conseguimos concluir que a organização O Boticário consegue passar para seus consumidores a entrega de valor igual ou superior ao que estes caracterizaram como importantes para qualquer organização que trabalhe com cosméticos.

Em relação ao primeiro objetivo específico para a identificação das estratégias adotadas pela organização, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, pois a entrevista com o gestor não foi concluída, com isso pôde-se perceber que a estratégia do O Boticário é oferecer um produto de qualidade, estando cada vez mais perto de seus clientes e crescer de maneira ética.

A respeito do segundo objetivo específico, conseguimos observar uma comparação muito próxima entre o que os consumidores de cosméticos observaram como sendo muito importante em uma marca e entre o que estes consumidores assinalaram ter observado na empresa O Boticário. Mostrando que as estratégias utilizadas pela organização estão coerentes com o que os consumidores esperam da marca.

Para responder ao terceiro objetivo específico, analisando os questionários foi possível concluir que a empresa consegue entregar valor aos seus clientes, sendo que desta forma se mantém ativa no mercado, conseguindo superar as expectativas dos clientes em alguns aspectos que estes consideraram importantes para a efetivação de suas compras. E que seus produtos conseguem atender às necessidades para quais são adquiridos, foi mostrado na pesquisa também que os consumidores estão mais preocupados em encontrar um produto de qualidade, que seja de fácil acesso a um produto que não possua tais características, mas que possua um preço mais atrativo.

REFERÊNCIAS

- BELLO, W. **A importância da estratégia nas empresas**. São Paulo: SEBRAE, 2014.
- CAMPOS, V. F. **Controle da qualidade total** (no estilo japonês). Belo Horizonte: Fundação Chistiano Ottoni, 1992.
- DIAS, L. H.; NEVES, L. R. R. das. **Aplicação da matriz Importância**: desempenho de Slack na análise de mercado para empresas de pequeno porte: o caso dos bares da Mara da Praia – Vitória, ES. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Espírito Santo, Vitória. 2010.
- GRAVE, P.; MENDES, A. M. Pensamento estratégico contemporâneo: possíveis fundamentos antigos da estratégia como uma medida administrativa atual ou em busca ao elo perdido? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, 2001.
- KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação**. 11. ed. Rio de Janeiro. Campus, 1997.
- _____. **A estratégia em ação**: balanced scorecard. 26. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- _____. **Kaplan e Norton na prática** 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Excelência na administração estratégica**: a competitividade para administrar o futuro das empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- PORTER, M. E. **Estratégia** – A busca da vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.
- _____. **Vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1985.
- RUMELT, R. **Estratégia boa, estratégia ruim**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- SOUZA, H. Balanced scorecard BSC: uma ferramenta de gestão. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, Florianópolis, 2006. **Anais...** Florianópolis, 2006.
- SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. [1946]. **Administração da produção**. Tradução de Maria Teresa Correia de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- THOMPSON JR, A. A.; STRICKLAND III, A. J. **Planejamento estratégico**. São Paulo: Pioneira, 2000.

OS IMPACTOS DOS GARGALOS DA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA NAS EXPORTAÇÕES DE SOJA DO ESTADO DO PARANÁ

Giuliana Giovanna dos Santos Carvalho¹
Joaquim de Almeida Brasileiro²

INTRODUÇÃO

O cenário econômico positivo no Brasil provocou o aumento do consumo e gerou novos negócios, o que se refletiu em avanços significativos na infraestrutura do País. Porém os desafios logísticos continuam a exigir do empresariado brasileiro soluções para não comprometer a exportação em suas companhias.

Para Fleury (2000), o conceito mais moderno de logística é o conceito de logística integrada, que vai além da logística convencional habitual. A logística integrada entende que logística é uma ferramenta capaz de gerenciar e gerar valor por meio dos serviços, assim como um instrumento de marketing usado como diferencial no atual mercado competitivo.

¹ Aluna do 4º ano do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014) da FAE Centro Universitário. *E-mail*: giulicarvalho@gmail.com.

² Mestre em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Coordenador do Centro de Internacionalização de Empresas e Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: joaquim.brasileiro@fae.edu.

1 OBJETIVO

Neste estudo, pretende-se avaliar os impactos dos gargalos da infraestrutura logística nas exportações de soja do estado do Paraná, a partir de livros, revistas e periódicos eletrônicos, conforme disponibilidade de dados.

Neste contexto, o presente projeto de estudo tem como eixo central a pesquisa dos fatores impactantes dos gargalos de infraestrutura logística nas exportações de soja do estado do Paraná.

2 METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa utiliza as ferramentas das pesquisas quantitativa e qualitativa, com ênfase para esta última na coleta de dados de todos os atores integrantes do estudo por meio do tratamento dos dados, bem como a análise e avaliação dos seus respectivos impactos na cadeia de valor.

3 RESULTADOS DA DISCUSSÃO

Segundo Ballou (2006), por meio de organização, planejamento e controle a logística deve prover um melhor nível de rentabilidade nos serviços de distribuição a seus consumidores e clientes.

A soja é um dos principais itens do agronegócio na economia do país e do estado do Paraná, esse desenvolvimento se deve também ao avanço socioambiental que ocorreu desde meados da década 1970, gerando assim o desenvolvimento do setor.

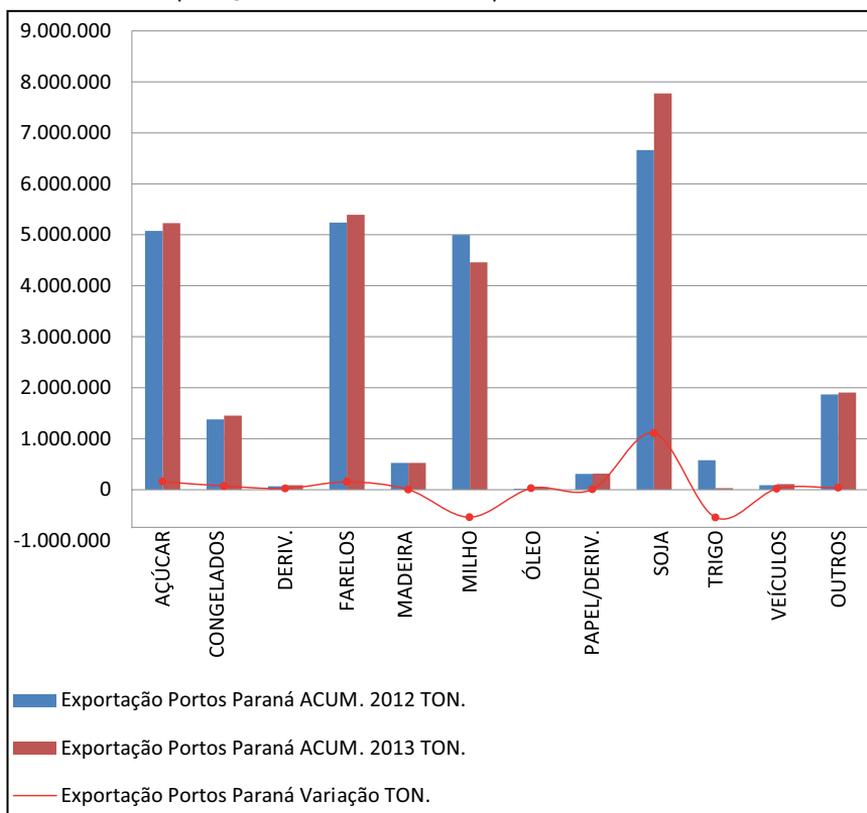
Segundo o IPARDES, o Paraná é o maior produtor nacional de grãos, com uma agricultura diversificada. Os itens que se destacam na agricultura do Paraná são a soja, o milho, feijão e a cana-de-açúcar.

Na exportação o Paraná exerce uma posição de destaque no cenário nacional, em 2013 o estado ficou na quinta posição entre os estados brasileiros com maior exportação, representando 7,5% do total de US\$ 242 Bilhões das exportações nacionais.

Há algum tempo a infraestrutura logística no Brasil tem sido tratada com descaso pelos governos estaduais e federais. Segundo dados da Confederação Nacional dos Transportes, a malha rodoviária está em estado de precariedade e tem uma frota de quase 2 milhões de veículos com a idade média de 18 anos, o que representa um gargalo na

logística, outro gargalo é o modal ferroviário que com a velocidade média de 25km/h e dificuldades para chegar aos portos aumentam os custos logísticos.

GRÁFICO 1 – Exportação nos Portos do Paraná por Mercadorias 2012 – 2013



FONTE: Adaptado de Secretaria de Infraestrutura e Logística (2014)

CONCLUSÕES

O propósito desta pesquisa foi identificar a infraestrutura logística atual do Estado do Paraná com foco na infraestrutura relacionada às exportações de agronegócio, mais especificamente as exportações de soja, verificando-se que a disponibilidade de silos e os modais inadequados para o escoamento da safra são pontos da infraestrutura que apresentam deficiência.

O modal rodoviário representa 82% do transporte de soja no Brasil, enquanto o hidroviário representa apenas 2% e o ferroviário 16%. Os gargalos, até aqui identificados, como a infraestrutura defasada do modal ferroviário, a dificuldade de integração deste modal, junto com a falta de investimento estadual e federal para conservação

e duplicação das estradas que levam ao Porto de Paranaguá, junto com a escassez de mão de obra no setor do transporte rodoviário, principalmente relacionada a motoristas especializados, somada à gigantesca frota de caminhões com idade média alta e ao alto custo dos pedágios nas rodovias paranaenses formam a lista de gargalos logísticos relacionados à exportação da soja no estado do Paraná, o que comprova que o principal problema está no escoamento da produção até o Porto de Paranaguá.

É necessária uma maior malha de ferrovias, que possibilite o escoamento rápido e menos custoso da soja pelo modal ferroviário, indo direto das regiões produtoras para o Porto de Paranaguá sem passar por perímetros urbanos. Outra medida extremamente necessária é um investimento nas rodovias, de forma a promover a manutenção adequada da pavimentação, para redução de acidentes e de manutenção nos veículos decorrentes dos buracos e da falta de pavimentação em alguns trechos, assim como a duplicação das estradas e redução dos pedágios de forma a possibilitar maior rapidez, segurança e menor custo para este modal tão importante para a soja produzida no Paraná.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. (Org.). **Internacionalização de empresas brasileiras: perspectivas e riscos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- ARRIFIN, N.; FIGUEIREDO, P. N. **Internacionalização de competências tecnológicas: implicações para estratégias governamentais e empresariais de inovação e competitividade de da indústria eletrônica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B. **Gestão logística de cadeia de suprimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/portalmDIC/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1112&refr=608>>. Acesso em: 7 Jul. 2014.
- CASTRO, J. A. de. **Exportação: aspectos práticos e operacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 2011.
- CORREA, V. H. C.; RAMOS, P. A precariedade do transporte rodoviário brasileiro para o escoamento da produção de soja do Centro-Oeste: situação e perspectivas. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 447-472, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032010000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2014.
- DORNIER, P. et al. **Logística e operações globais**. São Paulo: Atlas, 2009.
- EMBRAPA. **Soja em números**. Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br/sojaemnumeros/>>. Acesso em: 7 Jul. 2014.
- FERRAZ, J. C.; CROCCO, M.; ELIAS, L. A. (Org.). **Liberalização econômica e desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 2007.
- FLEURY, P. F. **Logística empresarial**. São Paulo: Atlas, 2000.
- WANKE, P.; FIGUEIREDO, K. F. **Logística empresarial: a perspectiva brasileira**. São Paulo: Atlas, 2000.
- GIL, A. C. **A metodologia de pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- GUEDES, A. L. **Negócios internacionais**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.
- KEEDI, S. **ABC do comércio exterior: abrindo as primeiras páginas**. São Paulo: Aduaneiras, 2008.
- LUDOVICO, N. **Comércio exterior: preparando a empresa para o mercado global**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.
- MAIA, J. de M. **economia internacional e comércio exterior**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MINERVINI, N. **O exportador: ferramentas para atuar com sucesso no mercado internacional**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

- NASCIMENTO, H. C. **Infraestrutura logística**. 2006. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/artigos/administracao-e-negocios/infra-estrutura-logistica/11786/>>. Acesso em: 30 set. 2013.
- PICOLOTTI, H. **Gargalo logístico e os desafios da cadeia produtiva**. 2012. Disponível em: <<http://www.logisticadescomplicada.com/gargalo-logistico-e-os-desafios-da-cadeia-produtiva/>>. Acesso em: 30 set. 2013.
- PROVIDENTI, N. M. C. **A importância da logística internacional para exportação de carne suína para a Rússia**: estudo de caso Sadia S/A. 2006. 60p. Trabalho de conclusão de curso. (Curso de Tecnologia em Logística com ênfase em transporte) – FATEC-ZL, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://daroncho.com/tcc/tcc61-noemi.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014.
- RIBEIRO, C.; GOMES, L. **Paranaguá cai em ranking de exportação de soja**. Disponível em: <<http://agro.gazetadopovo.com.br/noticias/logistica/paranagua-cai-em-ranking-de-exportacao-de-soja/>>. Acesso em: 12 maio 2014.
- RIBEIRO, D. M. **Logística**: conceitos, problemas, perspectivas. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/NT_10_logistica.pdf>. Acesso em: 2 out. 2013.
- ROCHA, A. da (Org.). **A internacionalização das empresas brasileiras**: estudo de gestão internacional. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- SERAPIÃO JUNIOR, C.; MAGNOLI, D. **Comércio exterior e negócios internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SILVA, L. A. T. **Logística no comércio exterior**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2008.
- SINA, A. **Marketing global soluções estratégicas para o mercado brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DE EMPRESAS TRANSNACIONAIS E DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA (SOBEET) **Internacionalização das empresas brasileiras**: estudo temático 2005/2006 do Fórum de Líderes. São Paulo: Clio, 2007.
- VASCONCELLOS, Eduardo (Coord.). **Internacionalização, estratégias e estrutura**: o que podemos aprender com o sucesso da Alpargatas, Azaléia, Fanen, Odebrecht, Voith e Volkswagen. São Paulo: Atlas, 2008.
- VIEIRA, C. L. dos S. **Uma perspectiva sobre o desenvolvimento do conceito de logística**. Disponível em: <http://www.ldl.ufsc.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=30&Itemid=14>. Acesso em: 13 fev. 2014.
- VIEIRA, G. B. V. **Transporte internacional de cargas**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL (PBA): UM LEVANTAMENTO DOS INVESTIMENTOS PROMOVIDOS PELA CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO PERÍODO DE 2008 A 2012

Bárbara Lorena Ançay¹
Richer de Andrade Matos²

INTRODUÇÃO

A energia elétrica tem significativa representatividade na matriz energética brasileira. Dentre as fontes geradoras deste tipo de energia, aquelas provenientes do tipo hidro respondem por aproximadamente 74% do total ofertado. Desse universo, as Usinas Hidrelétricas (UHEs) são aquelas com maior importância nacional. Aproximadamente 65% da energia elétrica gerada no país provem de UHEs.

Atualmente a construção e o funcionamento de uma UHE segue rígida legislação. Além da regulação econômica promovida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), essas plantas produtivas necessitam da autorização emitida pelo poder público, haja vista o impacto ambiental que tais construções promovem.

Dentro do processo para obtenção das licenças ambientais necessárias para a construção e operação de UHEs está a obrigatoriedade de elaboração de um Projeto Básico Ambiental (PBA), o qual deve derivar do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que contemple programas e ações mitigadoras dos impactos gerados pela construção da planta.

¹ Aluna do 2º ano do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: barbara.ancay@gmail.com.

² Mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: richer.matos@fae.edu.

1 OBJETIVOS

A partir do exposto, tem-se por objetivo geral do estudo identificar os investimentos contemplados pelo PBAs, elaborados para as UHEs construídas e/ou em construção, no Brasil, no período de 2008 a 2012, sendo que os objetivos específicos desdobram-se em: evidenciar a política ambiental nacional com ênfase à emissão de licenças; caracterizar a estruturação do Projeto Básico Ambiental; mapear as UHEs construídas e/ou em construção no período de 2008 a 2012; identificar e categorizar os investimentos contemplados pelos PBAs das UIHEs construídas e/ou em construção entre 2008 e 2012, no Brasil.

2 METODOLOGIA

Além de uma revisão bibliográfica voltada ao aprofundamento do conteúdo sobre o arcabouço da política ambiental no Brasil, à estruturação de um projeto básico ambiental e acerca da construção de usinas hidrelétricas no país, realiza-se uma pesquisa documental, a saber, por meio dos PBAs disponibilizados nos sítios das concessionárias responsáveis pela construção de UHEs ao longo do período entre 2008 e 2012. As UHEs para as quais se teve acesso aos PBAs foram: Jirau (Porto Velho-RO), Baixo Iguaçu (Capanema-PR), Belo Monte (Altamira-PA), Colíder (Colíder-MT), Mauá (Telêmaco Borba-PR), Passo São João (Roque Gonzales-RS) e São José (Cerro Largo-RS).

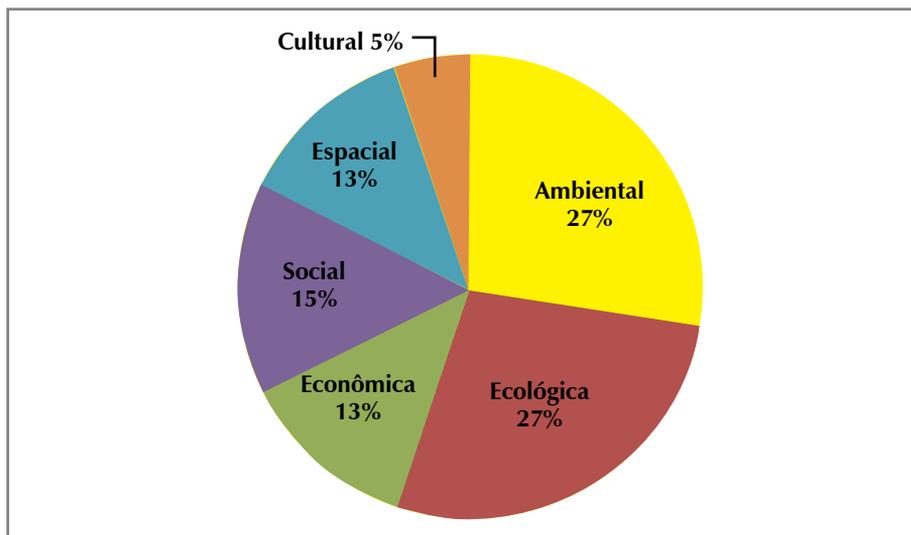
Para classificação das ações e programas contidos nos referidos PBAs, utiliza-se as oito dimensões da sustentabilidade identificadas por Sachs (2008), sendo elas: ecológica; social; econômica; espacial; cultural; ambiental; política nacional; e política internacional.

Para categorização de cada programa e ação prevista nos PBAs analisados, utiliza-se análise de conteúdo a fim de enquadrá-las em uma (ou mais) das esferas descritas por Sachs (2008).

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise do PBA da UHE Jirau evidencia a predominância de programas que contemplam as esferas ambiental e ecológica, entretanto, parte das ações previstas no mesmo programa também abrange as esferas econômica, social, espacial e cultural, conforme GRÁF. 1 a seguir.

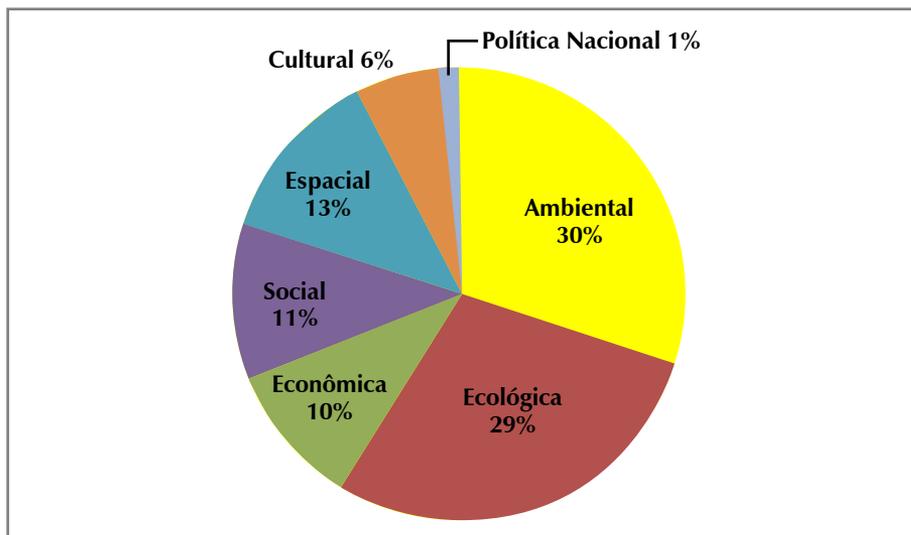
GRÁFICO 1 – Distribuição dos programas previstos no PBA da UHE Jirau



FONTE: Os autores (2014)

A análise do PBA da UHE Baixo Iguaçu identifica, conforme GRÁF. 2 adiante, a presença de programas voltados às esferas cultural, espacial, social, econômica, política nacional, ecológica e ambiental, sendo as duas últimas em maior proporção.

GRÁFICO 2 – Distribuição dos programas previstos no PBA da UHE Baixo Iguaçu

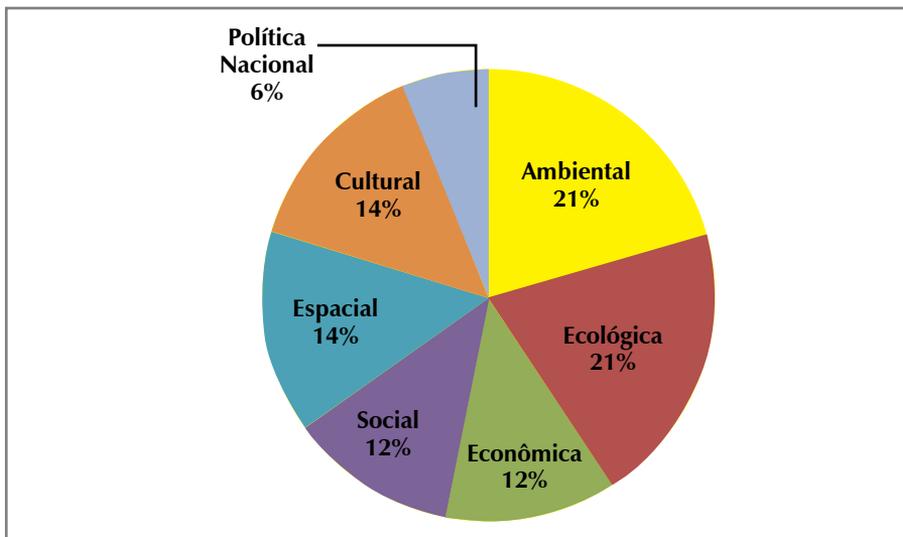


FONTE: Os autores (2014)

O PBA da UHE Belo Monte denota, dentre seus programas, ações voltadas às esferas cultural, espacial, social, econômica, política nacional, ecológica e ambiental. Tal

como naqueles evidenciados acima, programas voltados às esferas ambiental e ecológica são os mais representativos, de acordo com o GRÁF. 3 a seguir.

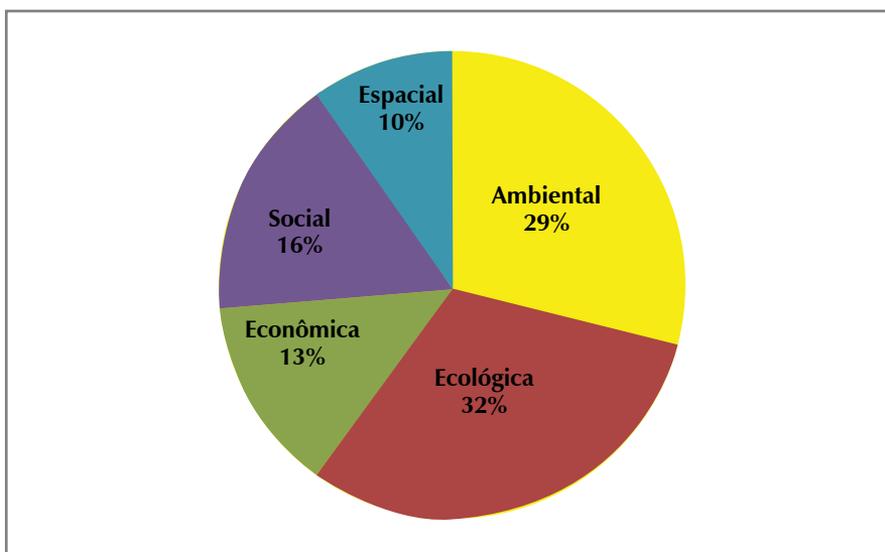
GRÁFICO 3 – Distribuição dos programas previstos no PBA da UHE Belo Monte



FONTE: Os autores (2014)

Para o entorno da UHE Colíder, o PBA elaborado contempla programas com ações direcionadas às esferas espacial, social, econômica, ecológica e ambiental, como evidenciado no GRÁF. 4.

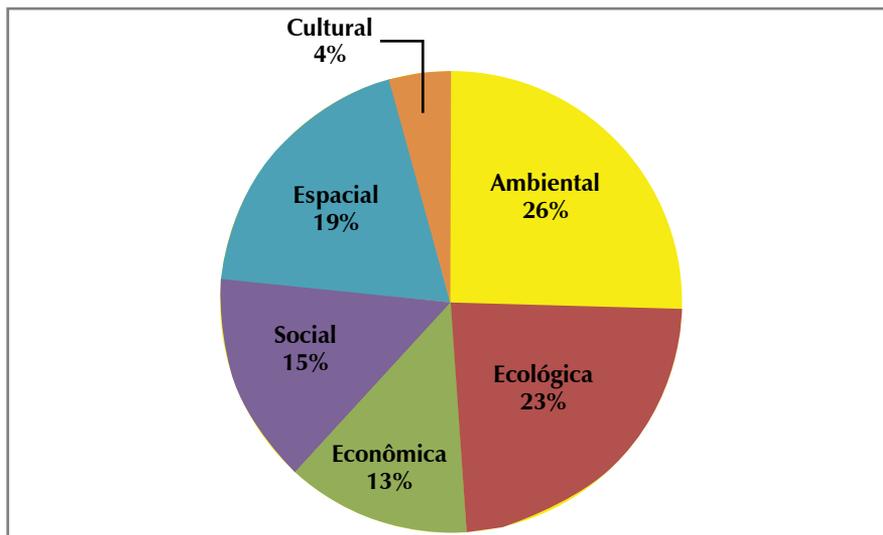
GRÁFICO 4 – Distribuição dos programas previstos no PBA da UHE Colíder



FONTE: Os autores (2014)

A análise do PBA da UHE Mauá expõe a existência de programas que contemplam ações voltadas às esferas cultural, espacial, social, econômica, ecológica e ambiental, sendo as duas últimas as de maior representatividade, conforme GRÁF. 5.

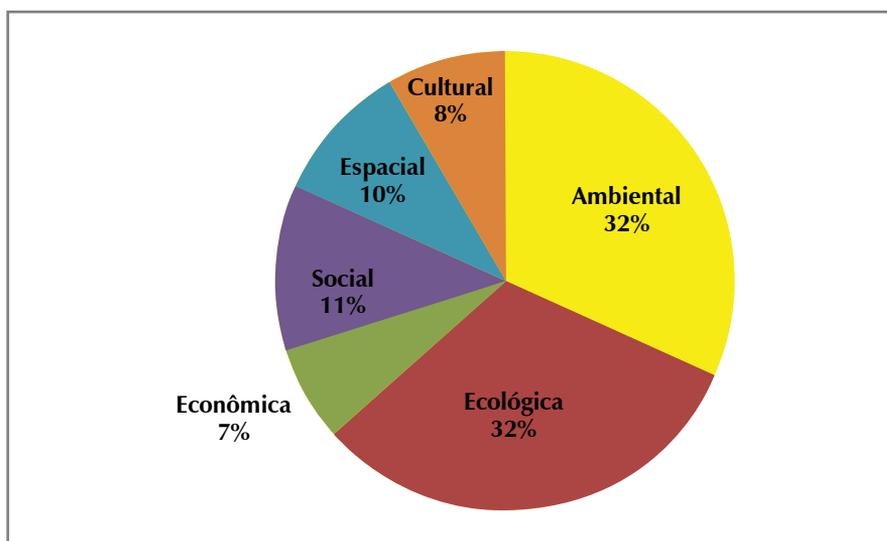
GRÁFICO 5 – Distribuição dos programas previstos no PBA da UHE Mauá



FONTE: Os autores (2014)

O PBA elaborado para mitigar os impactos causados pela construção e operação da UHE São José possui programas que atendem às esferas cultural, espacial, social, econômica, ecológica e ambiental. A presença de ações ambientais e ecológicas é predominante, como exposto no GRÁF. 6.

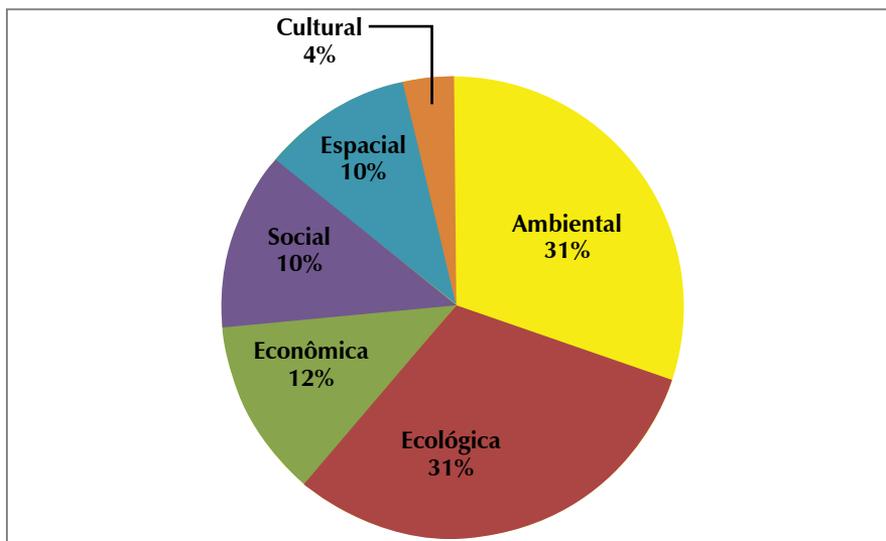
GRÁFICO 6 – Distribuição dos programas previstos no PBA da UHE São José



FONTE: Os autores (2014)

O PBA estruturado para a UHE São João adota programas que atendem às esferas cultural, espacial, social, econômica, ecológica e ambiental, vide GRÁF. 7.

GRÁFICO 7 – Distribuição dos programas previstos no PBA da UHE São João



FONTE: Os autores (2014)

Tem-se, portanto, que os PBAs são estruturados predominantemente com programas e ações voltados à mitigação de impactos às esferas ambiental e ecológica. Entretanto, todos os PBAs analisados contemplam também programas voltados às esferas econômica, social, cultural, espacial e de política nacional.

CONCLUSÕES

O estudo objetivou identificar e classificar os programas e ações contemplados nos PBAs, elaborados para as UHEs construídas e/ou em construção, no Brasil, no período de 2008 a 2012.

Teve-se acesso a sete PBAs, cujas versões eletrônicas encontravam-se disponíveis nos sítios das concessionárias responsáveis pela construção das respectivas usinas.

A análise dos respectivos programas, contemplados em cada PBA, denotou a existência não somente de medidas para mitigação de riscos ambientais, mas também uma série de medidas que tendem a ter impactos sobre as esferas econômica, social, cultural, ecológica, espacial e de política nacional.

Os resultados encontrados remetem à realização de estudos de caso com as regiões e municípios contemplados pelos PBAs analisados com a finalidade de identificar a efetividade das medidas e programas implementados, previstos nos respectivos PBAs.

REFERÊNCIAS

- ALDOMONTE, H. **Recursos naturais**: situação e tendências para um agenda de desenvolvimento regional na América Latina e no Caribe. Santiago del Chile: CEPAL, 2013. Disponível em: <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/8/52078/P52078.xml&xsl=/publicaciones/ficha-i.xsl&base=/publicaciones/top_publicaciones-i.xsl>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- ARAUJO, G. P. **Utilização de indicadores de biodiversidade em relatórios de sustentabilidade de empresas do setor elétrico brasileiro**. Rio de Janeiro, 2013. 241f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Escola Politécnica & Escola de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <<http://dissertacoes.poli.ufrj.br/dissertacoes/dissertpoli673.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 15515-1**: 2007. Versão corrigida: 2011. Passivo ambiental em solo e água subterrânea. Parte 1: Avaliação preliminar. Rio de Janeiro, 2011.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelo e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. **Banco de informações da geração**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoCapacidadeBrasil.asp>>. Acesso em: 16 maio 2014.
- _____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. In: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 17 fev.1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. (TUC). **Cartilha de licenciamento ambiental**. 2. ed. Brasília: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.
- _____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 006 de 16 de setembro de 1987. In: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 out. 1987. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res87/res0687.html>>. Acesso em: 23 nov. 2013.
- CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO PARANÁ (CREA-PR). **Licenciamento ambiental**. Disponível em: <http://creaweb.crea-pr.org.br/IAP/arquivos/PBA_PLANO_BASICO_AMBIENTAL_PADRAO.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- COSTA, B. B. S. et al. Licenciamento ambiental no Brasil sobre usinas hidrelétricas: um estudo de caso da Usina de Belo Monte no Rio Xingu (PA). In: **Cadernos de Graduação - Ciências Exatas e Tecnológicas**, Aracaju, v. 1, n. 15, p. 19-33, out. 2012.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. **Balanco nacional energético 2013**: ano base 2013: relatório síntese. Rio de Janeiro: EPE, 2013.
- FACURI, M. F. **A implantação de usinas hidrelétricas e o processo de licenciamento ambiental**: a importância da articulação entre os setores elétricos e de meio ambiente no Brasil. Itajubá, 2014. 77f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Energia) – Universidade Federal de Itajubá. Disponível em: <<http://www.cerpch.unifei.edu.br/arquivos/dissertacoes/a-implantacao-usinas-hidreletricas-processo-de-licenciamento-ambiental.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

FARIAS, T. Fases e procedimentos do licenciamento ambiental. In: **Revista Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 5, n. 27, maio/jun. 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Processo de licenciamento**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento-ambiental/processo-de-licenciamento>>. Acesso em: 16 maio 2014.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP-PR). **Termo de referência para licenciamento ambiental: PCH e UHE – Acima de 10 MW**. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_estadual/RESOLUCOES/17_NOV_2010_TR_PCH_e_UHE_acima_10MW.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

MATOS, R. de A; SILVA, D. M. Impactos socioeconômicos ocasionados ao longo do período de construção de usinas hidrelétricas sobre os municípios em seu entorno: uma abordagem introdutória. In: **Caderno de iniciação científica**, Curitiba: FAE Centro Universitário, n. 13, p. 171-190, 2011/2012.

MILARÉ, É. **Direito do ambiente**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PEREIRA, P. J. C. R. **Desafios do licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas: um estudo de caso da UHE Itapebi**. Rio de Janeiro, 2011. 125f. Dissertação. (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes_e_teses/Pedro_Jorge_Campello_Rodrigues_Pereira.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SOUSA, W. L. **Impacto ambiental de hidrelétricas: uma análise comparativa de duas abordagens**. Rio de Janeiro, 2000. 160f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2000. Disponível em: <<http://www.ppe.ufrj.br/ppes/production/tesis/wlemgruber.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

TEIXEIRA, D. M. Os procedimentos do licenciamento ambiental. In: **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, v. 9, n. 32/33, p. 37-69, jan./dez. 2010. Disponível em: <<http://boletimcientifico.escolampu.mp.br/boletins/boletim-cientifico-n.-32-33-janeiro-dezembro-2010/os-procedimentos-do-licenciamento-ambiental>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

GESTÃO FISCAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO NO VALE DO RIBEIRA

Tayana de Mello Rabêlo¹

Gustavo Nunes Mourão²

INTRODUÇÃO

O Vale do Ribeira é uma região muito rica ambiental e culturalmente, embora apresente os menores índices de desenvolvimento humano dos estados de São Paulo e Paraná, e ainda não tenha alternativas eficazes de desenvolvimento econômico da região.

A região atua principalmente como fornecedora de recursos naturais de baixo custo, gerando poucos benefícios para a população residente e, muitas vezes, descuidando da preservação do patrimônio ambiental e cultural.

¹ Aluna do 3º ano do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: tayana.melo@hotmail.com.

² Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: gustavo.mourao@fae.edu.

1 OBJETIVOS

O problema da pesquisa foi o de verificar se existe correlação entre a gestão fiscal e o desenvolvimento humano municipal no Vale do Ribeira. O objetivo geral da pesquisa é mensurar a influência do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos municípios do Vale do Ribeira. Esse objetivo geral se desdobrou em três objetivos específicos, são eles: apresentar um panorama geral do Vale do Ribeira; explicar a metodologia do IFGF, do IFDM e a metodologia utilizada para estabelecer a relação entre os dois índices; e verificar se há correlação entre ambos.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa exploratória, por meio de consulta bibliográfica, para a caracterização do panorama geral da região e explicação da composição dos principais índices que compõem a pesquisa (IFGF e IFDM).

A partir dos dados do IFGF e do IFDM, encontrados no *site* da Firjan, aplicou-se o método dos mínimos quadrados ordinários, no qual, por meio de uma regressão linear simples, calculada por meio do *software* Microsoft Excel 2013®, procurou-se identificar o quanto do desenvolvimento humano é explicado pela qualidade da gestão fiscal do município. Como *proxy* para o desenvolvimento humano utilizou-se o IFDM, sendo essa a variável dependente ou explicada (y), e como *proxy* para a qualidade da gestão fiscal foi utilizado o IFGF, sendo essa a variável independente ou explicativa do modelo (x).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A agricultura apresenta-se como uma das principais atividades econômicas no Vale do Ribeira, embora no litoral a principal atividade seja a pesca. Os principais produtos são: camarão, ostra, crustáceos e pescados. Nas lavouras, são as bananas e o chá preto. Há também atividade de pecuária e existe ainda a exploração de fosfato e calcário. O dinamismo econômico é baixo, não havendo muitas oportunidades de trabalho e infraestrutura.

O Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) faz um levantamento da situação dos municípios brasileiros, avaliando o desempenho e publicando um relatório fiscal desses municípios. O índice tem por objetivo estimular a cultura da transparência e responsabilidade administrativa, facilitando o acesso às contas municipais, além de demonstrar como os tributos pagos pela sociedade estão sendo administrado pelas prefeituras.

O IFGF é composto por cinco indicadores, são eles: receita própria, gastos com pessoal, investimentos, liquidez e custo da dívida.

O IFDM é um indicador elaborado com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o mesmo objetivo central de estabelecer um índice que representa a renda, saúde e educação. Entretanto, o IDH é divulgado somente a cada dez anos, enquanto o IFDM utiliza-se de estatísticas que permitem que seja calculado a cada ano para os municípios brasileiros.

A partir desses indicadores, foi efetuada uma regressão simples entre o IFDM e o IFGF, de 2006 a 2010, dos municípios do Vale do Ribeira. Utilizou-se o IFDM como variável explicada e o IFGF como variável explicativa. O modelo estimado pode ser descrito por meio da seguinte função:

(0,018647804)

(0,035112914)

$$\widehat{IFDM} = 0,618798189 + 0,106149518 * IFGF \quad (1)$$

O coeficiente de explicação (R^2) encontrado pelo modelo foi igual a 0,056020156, indicando que cerca de 5,602% do IFDM pode ser explicado pelo IFGF. O F de significação encontrado foi de 0,002931641, mostrando que a regressão é significativa a 5%.

CONCLUSÕES

O IFGF é uma ferramenta utilizada com o intuito de avaliar a qualidade da gestão dos municípios, enquanto o IFDM acompanha o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros, levando em consideração emprego (e renda), saúde e educação. Com base nesses índices, testaram-se as hipóteses e verificou-se que a qualidade da gestão municipal no Vale do Ribeira possui correlação com o desenvolvimento humano nos municípios.

Os resultados empíricos sugerem que realmente existe uma correlação entre a qualidade da gestão fiscal e o desenvolvimento humano dos municípios do Vale da Ribeira e que esta responde por mais de 5,6% do IFDM que o município apresenta. Os outros fatores que implicam no desenvolvimento parecem explicar de forma mais abrangente a condição do desenvolvimento humano nos municípios, embora a gestão fiscal tenha se mostrado significativa.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. R.; JUNQUEIRA, G. **A baixa taxa de investimento público brasileiro comparado a dos demais países em desenvolvimento**. Nota Técnica, Disponível em: <<http://www.joserobertoafonso.ecn.br/site.aspx/AcervoPessoal.aspx?Tip=2&Num=0&numPagina=2&ordenacao=1>>. Acesso em: 31 jan. 2014.
- DEBUS, I.; NASCIMENTO, E. R. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 29 maio 2014.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (FIRJAN). **Consulta ao índice**: pesquisa. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifgf/consulta-ao-indice/>>. Acesso em: 06 set. 2013.
- _____. **Downloads**: anexo metodológico – IFGF 2011. edição 2013. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CEC4061424F014141B81B560D53>>. Acesso em: 06 set. 2013.
- _____. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**: ano-base 2011. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em: 16 mar. 2014.
- _____. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal**: ano-base 2011. Disponível em: <<http://publicacoes.firjan.org.br/ifgf/2013/#/1/zoomed>>. Acesso em: 06 set. 2013.
- FERREIRA, P. C. Investimento em infraestrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 231-252, ago. 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**: Paraná. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=_ES&coduf=41&search=parana>. Acesso em: 23 ago. 2013.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Indicadores Sociais**: índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM). Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/idh_estados.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.
- _____. **Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM)** – 2000. Anotações sobre o desempenho do Paraná. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/idhm_2000.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.
- _____. **Vale do Ribeira**: referências da dinâmica regional. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/vale_ribeira.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2013.
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO PARANÁ (PDTCP). **Vale do Ribeira**: informativo. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.com.br/vale_do_ribeira_informativo.aspx>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

REVISTA ECONOMIA & TECNOLOGIA: análise mensal. Curitiba, n. 20, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/analise/RET%20Analise%20Mensal%202013-08.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2013.

SANTANA, R. Modalidade de repasse do FPM reduz possibilidade de uma gestão municipal eficiente. In: **Jus Navigandi**, Teresina, v. 17, n. 3.341, ago. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22488>>. Acesso em: 17 ago. 2013.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS (SIT). **Visão geral**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?modo=1&sobreposicao=S>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

TRISOTTO, F. **Curitiba e Doutor Ulisses**: antagonistas do desenvolvimento humano no PR. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1394816&tit=Curitiba-e-Doutor-Ulisses-antagonistas-do-desenvolvimento-humano-no-PR>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

VELLOSO, R. **Ajuste do gasto da união e retomada do crescimento econômico**. São Paulo: Etcó, 2006.

TECNOLOGIA SOCIAL E COOPERATIVISMO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE TRÊS COOPERATIVAS DE MEL E ABELHA

Aline Carinhas da Silva Kamiji¹
Heloísa de Puppi e Silva²

INTRODUÇÃO

O campo de estudo das relações entre tecnologia e sociedade, os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ECTS) e Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), aborda, entre outros elementos de discussão, os impactos recíprocos destas duas variáveis. Quando positivas ao processo de desenvolvimento, são alternativas para o atendimento dos anseios da sustentabilidade.

A tecnologia social, etimologicamente, é a técnica ou conjunto de técnicas social, entendendo que esta é de domínio social sob a exposição de regras de uma arte. Arte que pode ser compreendida como a sociabilidade inerente à prática da inclusão social, em que os papéis desempenhados pelos agentes têm importância para a sociedade. Trata-se da artística prática da inclusão social (HOUAISS; VILLAR, 2001). Neste estudo, entendem-se as cooperativas como um ambiente de sociabilidade inerente à prática da inclusão. Certas vezes elas são oriundas do cooperativismo, uma cultura para a coletividade que se sobrepõe ao individualismo. De acordo com a OCEPAR (2012), as cooperativas são geridas democraticamente e baseadas em valores como a autoajuda, a responsabilidade, a equidade e a solidariedade. A Tecnologia Social emerge de ambientes predominantemente desfavorecidos, como alternativa ao desenvolvimento

¹ Aluna do 3º ano do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: karinhas@icloud.com.

² Doutoranda em Tecnologia e Desenvolvimento pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: heloisa.puppi@fae.edu.

local. A comparação da formação cooperativa de mel e abelha entre estas localidades permite observar a cultura da organização produtiva para o desenvolvimento local em ambientes distintos e as implicações do meio na constituição de tecnologias sociais.

Como problema de pesquisa adota-se: quais relações podem ser estabelecidas entre tecnologia social e cooperativismo? Os pressupostos estão embasados no ciclo de vida da tecnologia social e adota-se que: as condições de desenvolvimento do meio caracteriza o ambiente de ocorrência da tecnologia social; a cultura para a coletividade apresenta-se em níveis distintos de amadurecimento, determinados pelas técnicas de gestão e organização; a condição atual de caracterização da tecnologia social pode ser respaldada pela compreensão do seu motivo de constituição e histórico.

1 OBJETIVO

Para responder a esta pergunta, firma-se o objetivo de explicitar as relações entre tecnologia social e cooperativismo ao se comparar a caracterização preliminar de cooperativas de mel e abelha, enquanto tecnologias sociais, em distintas localidades: Portugal, Angola e Brasil (Paraná).

2 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa exploratória, de método predominantemente dedutivo e abordagem qualitativa. O referencial teórico está embasado nas discussões acerca da tecnologia social e do cooperativismo. Foi realizada, por meio da comparação de dados secundários, a caracterização do meio da tecnologia social, por indicadores socioeconômicos, de Angola, Brasil (Paraná) e Portugal, bem como uma abordagem sobre o cooperativismo nestas localidades. Em seguida, foi realizada a comparação entre cooperativas de mel e abelha de Portugal (Lousamel), Brasil (COOCAT-MEL) e Angola (Melaria de Luanda). Tal comparação utilizou um instrumento, ainda em elaboração, mencionado por De Puppi & Silva e Silva (2012; 2013). Trata-se de um roteiro de caracterização preliminar de tecnologias sociais que pode ser preenchido por meio de dados secundários e discutido sobre informações qualitativas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tecnologia social é uma alternativa ao processo de desenvolvimento em busca de sustentabilidade e, portanto, é uma alternativa ao desenvolvimento local, e essa tecnologia social atrela-se aos processos de mudança social, promovendo uma inclusão social. Assim, a partir de uma rede cooperativa, estruturada à inclusão produtiva, subentende-se que a dimensão econômica, que se organiza distintamente no tempo e no espaço é integrada por valores sociais e culturais, além de impactar no meio ambiente. Vale ressaltar que há um ciclo de vida da rede social, que pode ser, foi ou ainda será uma tecnologia social, dependendo do estágio de inclusão ou exclusão que estiver diante do sistema econômico.

O comportamento das pessoas e das organizações revelam atitudes mais ou menos pertinentes ao desenvolvimento. Nesse sentido, a atividade econômica por estar relacionada ao meio social dos indivíduos determina as relações culturais e, desta forma, cada atividade econômica determina diferentemente o meio sociocultural dos locais. As pessoas revelam a substância do desenvolvimento local e do alcance da sustentabilidade. A coletividade reflete ações individuais e, desta forma, o comportamento e a relação entre as pessoas, as organizações e as instituições determinam a condição de desenvolvimento do local.

O cooperativismo existe nas sociedades humanas desde seu primórdio, de forma menos evoluída que as dos dias atuais, que resultam nas mesmas necessidades de sobrevivência e permanência no campo econômico (ROSSETTI, 1994). Etimologicamente, cooperação vem do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari* – operar juntamente com alguém. Não se pode confundir cooperativismo com cooperação, pois embora ambos derivem da mesma etimologia, possuem significados distintos. O ato de cooperar pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com o próximo em qualquer formação socioeconômica, enquanto que o cooperativismo vem da palavra cooperação e é uma doutrina cultural e socioeconômica que consagra os princípios fundamentais de liberdade humana, apoiada por um sistema de educação e participação permanente (SESCOOP – AP, 2009).

A TAB. 1 apresenta alguns indicadores selecionados à comparação entre Portugal, Brasil e Angola. Verificou-se que 40,02% da população de Angola reside na área rural, enquanto que em Portugal essa porcentagem chega a 38,39% e no Brasil a 15,1%. Foi demonstrado com esses numerários que os moradores de Angola vivem na área rural, podendo utilizar o território para cultivo de subsistência, ou para o setor agropecuário, porém deve-se ressaltar que o país saiu da guerra civil há alguns anos e, por conta dessa guerra civil, o território rural ainda possui muitas minas terrestres, o que dificulta, para a população rural, o plantio adequado de suas terras ou o reflorestamento.

TABELA 1 – Indicadores selecionados para Portugal, Brasil e Angola

	Portugal	Brasil	Angola
Extensão Territorial	92.090 Km ²	8.515.767,049 Km ²	1.246.700 Km ²
Habitantes (h)	10.699.333	199.242.462	20.162.517
População residente em área urbana	61,61%	84,9%	59,98%
População residente em área rural	38,39%	15,1%	40,02%
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,816 IDH	0,730 IDH	0,508 IDH
População Subnutrida	Menor que 5%	6,9%	27,4%
Calorias Consumidas	3.620 Kcal/dia	3.230 Kcal/dia	2.180 Kcal/dia
Acesso à Água Potável - 2010	99%	98%	51%
Acesso à Rede Sanitária - 2010	100%	79%	58%

FONTE: Os autores (2014)

DADOS: IBGE países (2012), FAO (2013) e OMS (2013)

A cooperativa de Lousamel nasceu pela necessidade da venda de seus produtos, para a preservação da serra de Lousã e para compartilhar técnica e conhecimento. Já na Melaria de Luanda a dimensão foi econômica, direcionada à necessidade encontrada pelo governo local de auxiliar a população no plantio de venda, além daquele de subsistência, em uma tentativa de aumentar a renda familiar das regiões rurais do seu entorno. Na COOCAT-MEL, a articulação da comunidade local foi estimulada por uma moradora que verificou o potencial da região para a comercialização do mel, criando, assim, a mobilização em torno de uma cooperativa direcionada a mel e abelhas.

Há um comportamento similar entre as três cooperativas quanto à participação de organizações públicas. A Lousamel tem organizações privadas como componente da participação de entes externos, enquanto que a COOCAT-MEL possui organizações da sociedade civil organizada.

As cooperativas observadas buscam aperfeiçoar seus meios de produção (auxílio na criação e disponibilização dos meios de produção) como forma de auxílio aos seus cooperados, seja para a inclusão social ou para a inclusão produtiva. Independente de qual for o meio utilizado ou a intensidade dos esforços, as duas, Lousamel e COOCAT-MEL, realizam a inclusão social, criando poder de compra e venda dos cooperados e melhorando a sua condição de vida e conscientização da utilização dos recursos naturais.

Além do mel, as cooperativas produzem e comercializam outros bens e prestam serviços. A cooperativa de Lousamel produz o mel, pólen, ceras, acessórios de colmeias montados, arame, utensílios para uso de colmeias, protetores do apicultor, acondicionantes e embalagens de mel, materiais montados e pintados com ou sem quadros e produtos diversificados que derivam do mel. Entre as cooperativas estudadas,

a portuguesa possui mais produtos a serem comercializados além do mel. A COOCAT-MEL produz mel e seus derivados e realiza a comercialização de abelhas. A Melaria de Luanda não disponibiliza a informação sobre a diversificação produtiva.

A caracterização da Lousamel, da Melaria de Luanda e da COOCAT-MEL, enquanto tecnologias sociais, estão de acordo com a relação entre tecnologia social e cooperativismo, dada pela condição de desenvolvimento do ambiente de ocorrência da tecnologia social; cultura para a coletividade, determinada por aspectos culturais e pelo compartilhamento de técnicas de produção, gestão e organização; e pela formação histórica de constituição.

A Melaria de Luanda não é uma tecnologia social por ainda ser uma atividade produtiva incipiente, ainda de pouca organização gerencial, de baixo compartilhamento de técnicas e conhecimentos e dependente do governo, apesar de apresentar uma predisposição cultural ao cooperativismo, dada a experiência de economia centralizada vivida por aquele país.

A Lousamel já foi uma tecnologia social em seus primórdios, que a levaram à reorganização produtiva e inclusão no sistema econômico. O nível de cooperação da Lousamel é avançado com a presença da cultura para a cooperação, o compartilhamento de técnicas e conhecimentos, bem como um nível de gestão avançado que pode ser confirmado pelo seu *website*.

Já a COOCAT-MEL ainda é uma tecnologia social em fase inicial que ainda busca superar problemas culturais de cooperação, bem como aprimorar seu sistema de gestão e as formas de compartilhamento de técnicas e conhecimentos.

CONCLUSÕES

Como resultado aponta-se que, dada a formação histórica, sistema econômico, condição socioeconômica e aspectos culturais, a COOCAT-MEL, preliminarmente pode ser caracterizada como uma tecnologia social, diferente da Melaria de Luanda e da Lousamel, que não reúnem fatores consideráveis de indícios deste comportamento. Para próximos estudos releva-se a necessidade de uma aproximação em campo para confirmação dos levantamentos preliminares.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. J. M. O Sector cooperativo em Portugal: aspectos econômicos. **Revisores & Empresas**, Lisboa, n. 28, p. 55-63, jan./mar., 2005. Disponível em: <<http://www.ci.esapl.pt/jcms/materiais/Org%20Gestao%20Coops/OSectorCooperativoEmPortugalAspectosEconomicos.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.
- BRANDÃO, F. C.; DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia social: uma ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Komedi, 2010.
- BRASIL. Ministério da Economia. **Site do governo**, sobre as informações históricas e atuais sobre o país. Disponível em: <<http://www.minec.gov.br/Institucionais/Historico.aspx>>. Acesso em: 09 maio 2012.
- COOP-PT. **Portugal cooperativo**. Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://www.geracaocoop.pt/sabias-que/portugal-cooperativo>>. Acesso em: 29 mar. 2014.
- DE PUPPI E SILVA, H.; SILVA, C. L. da. **A participação de agentes no processo de constituição de tecnologias sociais a partir das vertentes desta interação no desenvolvimento local: uma comparação com as tecnologias convencionais**. IX Jornadas Latinoamericanas de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología – Esocite – México, 2012.
- _____. **Tecnologia social: limites teóricos e operacionais de verificação**. X Jornadas Latinoamericanas de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología – Esocite – Curitiba-PR/Brasil 2013.
- DE PUPPI E SILVA, H. **Sustentabilidade e desenvolvimento local a partir da atividade econômica de celulose e papel: Telêmaco Borba e a Klabin em questão**. 186f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – FAE Centro Universitário, Curitiba, 2008.
- EASYCOOP. Cooperativismo em revista. **Empresas brasileiras querem investir em cooperativas angolanas**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.cooperativas.org.br/cooperativismo/noticias/noticia.asp?id=13526>>. Acesso em: 27 abr. 2014.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Food security Indicators**. Italy, 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/ess-fadata/en/#.U4HdN_lUv0>. Acesso em: 20 maio 2014.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- IBGE. **IBGE países, cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2014.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (IPARDES). **Paraná em números**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1> Acesso em: 26 abr. 2014.

LEITE, J. S. **Relações entre cooperativas e estado em Portugal**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.cases.pt/0_content/homepage/ES_entre_Cooperativas_e_Estado_em_Portugal.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

NÚCLEO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NEATES). **Economia solidária**: uma nova maneira de fazer negócios. Curso de Gestão para Empreendimentos Populares. Cartilha elaborada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – Fundação Getúlio Vargas. Petrópolis: Vozes, 2010.

OCEPAR. **Aspectos a serem considerados em relação às cooperativas**. 2012. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/UPL/Outro/Aspectos%20cooperativistas.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

_____. **Consulta das cooperativas do Paraná**. 2012. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2012-03-08-14-53-53/2011-12-09-10-57-09/consulta-por-regiao>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

_____. Serviço de aprendizagem do cooperativismo – Paraná; SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ; Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Cooperativas do Paraná**: produtos e serviços. Curitiba, 2011.

PROGRAMA DIRETOR DE INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E EMPREENDEDORISMO PARA O MUNICÍPIO DE LOUSÃ. (PDICE) 2006. Disponível em: <http://www.cm-lousa.pt/_uploads/PDICE.pdf>. Acesso em: 24 maio 2014.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**: suas modificações e sua utilidade. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1972.

PORTELA, J. **Quatro bons velhos caminhos para o cooperativismo?** Comunicação preparatória do Congresso das Cooperativas Portuguesas “O cooperativismo no Novo Milênio: a Vantagem Cooperativa”, Lisboa, 1999. Disponível em: <<http://www.ci.esapl.pt/jcms/materiais/Org%20Gestao%20Coops/QuatroBonsVelhosCaminhos.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS). **Publicações**. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/>> Acesso em: 10 fev. 2012.

ROMEUF, J. **A economia planificada**. São Paulo: Difusão Europeia ao Livro, 1956.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

SERRA, E. Um pouco da história do cooperativismo agrícola no Paraná. In: **Boletim de Geografia**, Maringá: UEM, v. 13, n. 1, p. 18, out. 1995.

SESCOOP – AP, Amapá, 2009. Disponível em: <http://www.sescoop-ap.coop.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=40>. Acesso em: 14 fev. 2014.

SILVA, A. D. da. **A competitividade do micro e pequeno produtor da cooperativa dos apicultores e meliponicultores caminhos do Tibagi (COOCAT-MEL) do Estado do Paraná**. 158f. Monografia (Curso de Administração) – FAE Centro Universitário. Curitiba, 2010.

SILVA, C. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2006.

STARON, E. A. et al. **Apicultura no território caminhos do Tibagi**: inauguração da UBM da COOCAT-MEL. 8º CONEX. Área Temática: Tecnologia. UEPG. Ponta Grossa, 2011. – Apresentação Oral – Resumo Expandido.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (OMS.). **Health topic**: nutrition. Switzerland, 2013. Disponível em: <<http://www.who.int/topics/nutrition/en/>>. Acesso em: 20. maio 2014.

YEDNAK, J. K. **O desenvolvimento econômico e social de Angola e os reflexos de uma independência mal planejada**. 36f. Monografia (Curso de Economia com ênfase em Mercado de Capitais) – Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. Curitiba, 2010

O GRANDE DESAFIO DAS EMPRESAS É APRENDER A LIDAR COM A AVALANCHE DE DADOS

Joice Cristina Amaral¹
Admir Roque Teló²

INTRODUÇÃO

Ter a informação não é o suficiente, é necessário planejar a melhor maneira de torná-la eficaz no processo de decisão, adquirindo, assim, resultados satisfatórios. A informação, dentro da esfera organizacional, tem uma grande importância, pois ela está sendo disponibilizada cada vez mais e de forma mais rápida. Administrar a informação faz com que o processo de tomada de decisão seja efetivo e eficaz. Quanto mais informação é disponibilizada maior é o nível de *stress* provocado por ela, o que acaba afetando diretamente o corpo humano com tensões, irritação e cansaço, chegando a distúrbios da memória e desenvolvimento de comportamentos neuróticos. Contudo, isso é um desafio constante dentro das organizações e requer uma atenção especial.

¹ Aluna do 2º ano do curso de Ciências Contábeis da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: joice.c.amaral@gmail.com.

² Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: admir.telo@fae.edu.

1 OBJETIVOS

O trabalho teve como objetivo principal analisar como as organizações lidam com a quantidade de informações que recebem diariamente e como essas informações influenciam no processo da tomada de decisões, seguido pelas ramificações: 1. Elaborar pesquisa bibliográfica sobre o tema: conceitos e definições; 2. Pesquisar como a avalanche de dados e informações chegam e são tratados pelas empresas; 3. Averiguar como se processa a aprendizagem e se seleciona o que realmente importa e a fidedignidade dos dados e informações disponíveis; 4. Apurar como os líderes usam a informação e qual sua influência na tomada de decisão.

2 METODOLOGIA

A natureza da presente pesquisa é qualitativa e exploratória, caracterizando-se como um estudo de caso. Foi utilizada como fonte de pesquisa a coleta de dados por meio entrevistas individuais semiestruturadas e questionários.

Além disso, foi utilizada base bibliográfica nacional e internacional, referente a estudos anteriores, livros, artigos, documentos impressos, entre outros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados a seguir foram tabulados a partir de questionários e entrevistas previamente estruturadas, aplicados aos líderes da empresa JMB Congelado Ltda.

A circulação de informação dentro da empresa é vista por 100% dos líderes como fundamental para desenvolvimento e realização das atividades diárias; 69% dos líderes afirmam conhecer todos os processos administrativos e de produção; o item transmissão da informação sobre os processos da empresa entre os colaboradores mostra que 71% dos líderes repassam todas as informações sobre os processos da empresa para seus colaboradores; 86% dos líderes responderam que como as informações são transmitidas ajuda a melhorar as atividades realizadas por seus colaboradores.

Segundo a pesquisa, 80% dos líderes demonstram-se preocupados com o compartilhamento das informações com seus colaboradores e 50% afirmam passar a informação de maneira igual para todos os colaboradores; já a preocupação em averiguar a procedência das informações que são passadas para os líderes é de 85%; porém a acessibilidade e a clareza das informações nem sempre são de fácil acesso, como afirma 55% dos líderes.

Pode ser analisado que o *Outlook* (ferramenta para receber e enviar *e-mail* da empresa Microsoft Office) é o instrumento mais utilizado para acessar e receber informações importantes sobre a empresa, com 91% de aceitação por parte dos líderes, seguido de reuniões, com 83%; já a forma que o colaborador opta para se comunicar com o seu líder é por meio de conversas informais, com 85%, e de reuniões, com 62%.

Por meio da pesquisa, ficou evidente que 93% dos líderes arquivam as informações recebidas e transmitidas, contudo as lideranças afirmam já terem buscado informações em outros setores por não localizarem nos seus próprios setores. Com isso, fica claro que as informações são arquivadas, mas há uma dificuldade em acessá-las de forma rápida.

Na entrevista, constatou-se que a empresa adota três tipos de comunicação: a formal, que são assuntos diversos sobre as rotinas da empresa e que cria responsabilidade ao receptor dela; informal que são conversas informais ou negociações verbais às vezes feitas pessoalmente ou por telefone, diminuindo a utilização de outros recursos e o tempo gasto com eles; e a oficial, que são informações e comunicados que atingem a maioria dos colaboradores, tem o objetivo de informar, orientar e educar.

Um dos líderes apontou que para se tomar uma decisão assertiva e atender as necessidades da empresa, é necessário ter acesso fácil às informações relevantes para que assim decisões possam ser tomadas. Entretanto, muitas vezes o acesso a elas é dificultado por trâmites internos e não chegam em tempo hábil.

Por meio das entrevistas com os líderes, fica claro que a empresa precisa minimizar a burocracia relacionada ao acesso da informação, tornando-a acessível a qualquer momento. Tanto pela pesquisa quantitativa quanto pelas respostas dos entrevistados, é visível que as informações nem sempre estão disponíveis para consulta em tempo hábil.

Fica evidente, tanto pela entrevista com os líderes quanto pela pesquisa, que 100% dos líderes consideram a informação importante e fundamental dentro da empresa.

CONCLUSÃO

Concluindo a pesquisa, pôde-se verificar que a gestão da informação precisa evoluir muito dentro das organizações e, embora seja considerada de extrema importância pelos líderes no processo de tomada de decisão, a dificuldade em obtê-la é um agravante para o desempenho eficaz dos processos produtivos e administrativos dentro das organizações.

Diante da avalanche de dados e informações, as organizações têm praticamente condições de acesso idênticas, o principal diferencial no processo de busca de vantagem competitiva é como transformar isso em conhecimento e aplicá-lo no processo de gestão.

REFERÊNCIAS

- ANGELONI, M. T. **Elementos intervenientes na tomada de decisão**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa : Edições 70, 1977.
- BARRETO, A. de A. **A condição da informação**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jan. 2014.
- BAPTISTA, C. A dor de nunca saber o bastante. **Veja**. São Paulo, n. 1.716, set. 2001.
- BENTES, I. **A universidade concorre com a mídia**. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/bentes-ivana-universidade-midia.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2014.
- BETTENCOURT, M.; CIANCONI, R. **Gestão do conhecimento: um olhar sob a perspectiva da ciência da informação**. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/85/129>> Acesso em: 02 jan. 2014.
- CARVALHO, A. M. G. de; SANTOS, P. L. V. A. da C. Sociedade da informação e a aplicação da informação na sociedade contemporânea. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32, Curitiba, 2009. **Anais...** Curitiba, 2009.
- CARVALHO, M. A. **Armazenamento de dados – faça a coisa certa!** Disponível em: <<http://www.callcenter.inf.br/artigos/24818/armazenamento-de-dados---faca-a-coisa-certa!/imprimir.aspx>>. Acesso em: 02 jan. 2014.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DRUCKER, P. **Desafios gerenciais para o Século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- GABEIRA, F. Infotoxicação, um neologismo em debate. **O Estado se São Paulo**, São Paulo, 14 maio 2011. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/fernando-gabeira/2011/05/14/infotoxicacao-um-neologismo-em-debate/>>. Acesso em: 01 fev. 2014.
- GUTIERREZ, G. L. **Gestão comunicativa: maximizando criatividade e racionalidade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- KNEBEL, P. Excesso de dados e informações desafia as empresas. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, RS, 21 nov. 2012. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=109120>>. Acesso em: 12 dez. 2013.
- LORUSSO, C. B. **Síndrome da fadiga da informação**. Disponível em: <<http://www.psiccoach.srv.br/artigo.php?id=26>>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- LUCHESE, E. S. F. **Gestão do conhecimento nas organizações**. Disponível em: <<http://www.cetsp.com.br/media/117897/nota%20tecnica%20221.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2014.
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PONJUÁN DANTE, G. **Gestión de información**: dimensionaes e implementación para el éxito organizacional. Rosario: Nuevo Parhadigma, 2004.

RIGHETTI, S. **Notícia é destaque hoje e esquecida amanhã**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/05.shtml>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

ROCHA, E. **A importância do armazenamento de dados na consolidação de servidores**. Disponível em: <<http://www.baguete.com.br/artigos/193/euclides-rocha/31/05/2006/a-importancia-do-armazenamento-de-dados-na-consolidacao-de-ser>>. Acesso em: 04 jan. 2014.

SETZER, V. **Dado, informação, conhecimento e competência**. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~vwsetzer/dado-info.html>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

TEIXEIRA, F. **O excesso de informação para o bem ou para o mal**. Disponível em: <<http://arquiteturadeinformacao.com/usabilidade/o-excesso-de-informacao-para-o-bem-ou-para-o-mal/>>. Acesso em: 04 jan. 2014.

VIETTA, E. P. **Síndrome do excesso de informação** (2012). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psicoeduc/ed23/tag/morrendo-pela-informacao/>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

WERNER, K. P. **O que fazer com tanta informação?** (2010). Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/o-que-fazer-com-tanta-informacao/45975/>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA EM *VESTIDO DE NOIVA*: DO TEATRO PARA O CINEMA

Felipe Krul Bettiol¹
Charlott Eloize Leviski²

INTRODUÇÃO

Publicada em 1943, *Vestido de noiva* tornou-se um marco no teatro brasileiro: inovou desde a linguagem até a encenação dos personagens. Foi por meio dessa peça que Nelson Rodrigues conseguiu de vez integrar-se ao cenário teatral brasileiro. A linguagem simples contribuiu muito para o sucesso da peça e abriu espaço para que o país conhecesse as temáticas polêmicas exploradas e apresentadas no texto rodrigueano.

Sabendo-se que grande parte das peças de Nelson já ganharam versão cinematográfica, geralmente vistas de forma negativa, em 2006 foi a segunda vez que *Vestido de noiva* recebeu uma recriação na versão fílmica, dessa vez pelas mãos do filho do escritor, Joffre Rodrigues, que afirma uma questionável lealdade ao texto original.

¹ Aluno do 2º ano do curso de Letras da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014) da FAE Centro Universitário. *E-mail*: felipekbettiol@gmail.com.

² Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: charlott.leviski@bomjesus.br.

1 OBJETIVOS

A pesquisa teve por objetivo estabelecer a relação intermediária entre a peça *Vestido de noiva* (1943) e sua tradução para o cinema, realizada em 2006, por Joffre Rodrigues. Para isso, procurou-se investigar a utilização de técnicas experimentais que traduzem os mecanismos da memória como recurso de construção textual na peça. Conforme o objetivo específico anterior, traçou-se um paralelo entre as técnicas dramáticas e cinematográficas utilizadas para representar o fluxo da consciência.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada para desenvolvimento deste estudo, quanto a sua abordagem, é qualitativa, partindo de uma pesquisa bibliográfica e documental. Primeiramente o procedimento para coleta de dados realizou-se por meio de fichamentos e leitura de pressupostos críticos, filosóficos e teóricos, encontrados em periódicos, livros e publicações digitais. Fez-se necessário aplicar o conceito de intermedialidade às diferentes representações artísticas, a partir de análises das teorias de Julio Plaza (2003) e Claus Clüver (2006). Ademais, investigou-se, a partir de Henri Bergson (1999) e Samuel Beckett (2003), a utilização de técnicas experimentais que traduzem os mecanismos da memória como recurso de construção textual, que, por sua vez, promovem a teorização de que *Vestido de noiva* também pode ser interpretada como uma peça de memória. Por fim, por meio dos teóricos de cinema Sergei Eisenstein (2002) e Marcel Martin (2007), traçou-se um paralelo entre as técnicas dramáticas e cinematográficas a fim de representar os processos do fluxo da consciência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A peça de memória traz em cena um jogo diferente com a plateia. O narrador-protagonista, cuja memória é acessada, pode “editar” a realidade, pois para a memória não importa como os fatos aconteceram realmente, antes o que prevalece são as impressões que o sujeito tem sobre os fatos objetivos. São possibilidades do fluxo (ou corrente) da consciência: explorar o elemento de incoerência em nossos processos conscientes; ignorar fronteiras de espaço e tempo, ou estabelecer novos modelos em lugar dos movimentos diários; buscar análise interna de motivos e impulsos; e, principalmente, acentuar expressões sensoriais (HUMPHREY, 1955).

Em *Vestido de noiva* ocorre o mergulho no interior da mente da protagonista, sendo que a ação ocorre simultaneamente em tempos diferentes, divididos em três planos. O plano da realidade fornece as coordenadas da ação, indicando o tempo cronológico linear do enredo. Os outros dois planos – memória e alucinação – se passam no subconsciente de Alaíde, onde os diálogos e situações resumem-se quase sempre à projeção da mente decomposta de Alaíde, dividida entre o delírio e o esforço ordenador da memória. Para melhor compreensão da memória como recurso dramaturgico, Beckett (2003, p. 32) define a memória voluntária como podendo ser um plágio de si mesma; um acordo efetuado entre o indivíduo e seu meio, o para-raios de sua existência, entrando em rigor por força do hábito. Por outro lado, o mesmo teórico define a memória involuntária como a que escolhe seu próprio momento e lugar; é nela que está armazenada “a essência de nós mesmos, o melhor de nossos muitos eus e suas aglutinações” (BECKETT, 2003, p. 31).

Sobre alucinação, outro plano explorado, Bergson (1999, p. 71) define como “estado do sujeito projetado fora dele”. Se as ilusões estão ligadas a fatos reais e se a percepção é como um efeito de miragem, é porque, a fim de preencher intervalos vazios criados pela necessidade de uma imagem de destaque, os sentidos têm de, por finalidade, conceber uma continuidade que foi rompida e, enfim, reconstruir a totalidade do objeto material (BERGSON, 1999, p. 49).

Pode-se dizer que “há tantas interpretações de cada filme quantos forem os espectadores” (MARTIN, 2007, p. 27), ou seja, é o conhecimento de mundo de cada um que vai gerar uma compreensão diferente de uma mesma obra. Nesse ínterim, com intuito de promover a análise da versão fílmica de *Vestido de noiva*, faz-se necessária uma reflexão sobre o surgimento e aplicação da teoria da intermedialidade, além do estudo dos termos transposição e/ou tradução intersemiótica.

A transposição intersemiótica trata-se da mudança de um sistema de signos para outro e, normalmente, também de uma mídia para outra (CLÜVER, 2006), assim como acontece com a tradução da peça *Vestido de noiva* para o cinema. O texto intersemiótico (ou intermídia), segundo Clüver (2006, p. 20), “recorre a dois ou mais sistemas de signos e/ou mídias de uma forma tal que os aspectos visuais e/ou musicais, verbais, cinéticos e performativos dos seus signos se tornam inseparáveis e indissociáveis”.

A fidelidade é algo mais próximo de uma questão de ideologia, porque o signo, como substituto, pode apenas apontar para o objeto, sem o poder de ser fiel ou não (PLAZA, 2003, p. 32). Na análise da versão fílmica, atenta-se para o fato de que Joffre Rodrigues realiza um roteiro cinematográfico mantendo a linguagem e diálogos da peça, tornando óbvia a escolha de fidelidade entre o filme e a peça.

Clüver (2006, p. 117) assevera que, inevitavelmente, toda tradução poderá oferecer menos ou mais do que o texto original, ou seja, haverá cortes, reformulações e acréscimos. Cabe ao tradutor o papel de juiz, tomando as decisões do que será eliminado e a equivalência que precisa ser encontrada. Um exemplo de sucesso na busca por uma alternativa é o *close* (possível apenas na versão fílmica) nos olhos de Lucia após receber a notícia da morte de Alaíde, momento em que o sentimento é de fato ressaltado pelo recurso. Entretanto, uma vez que a fidelidade era o alvo do diretor, observou-se um exemplo de alternância entre o plano da igreja (alucinação) e o plano do hospital (realidade). A cena perde função no filme, tornando-se repetitiva e desnecessária. No texto teatral ocorrem inúmeras vezes essa intercalação entre os planos, mas não foi encontrada outra alternativa no cinema, por isso, nesse caso, a tradução não foi bem-sucedida.

CONCLUSÕES

A dramaturgia e o cinema são, obviamente, sistemas sógnicos diferentes, o que indica, em uma tradução intersemiótica, principal problemática tratada aqui, escolhas a serem feitas pelo tradutor, no caso, o diretor do filme. Coube a Joffre Rodrigues, responsável pela versão fílmica de 2006, o papel de juiz.

Durante a análise do texto teatral, procurou-se investigar a utilização de técnicas experimentais que traduzem os mecanismos da memória, a fim de se ter uma compreensão mais efetiva do funcionamento da mente de Alaíde. Nesse processo, atentou-se ao fato de que *Vestido de noiva* também pode ser considerada uma peça de memória, uma descoberta exposta no presente estudo.

Para realizar a comparação e avaliar os recursos e meios encontrados para traduzir a obra original para a linguagem cinematográfica, a definição de intermedialidade foi de suma magnitude, permitindo relacionar os sistemas sógnicos distintos de forma a oportunizar um diagnóstico mais preciso a respeito da tradução intersemiótica realizada da obra em questão. Diversos foram os recursos encontrados por Joffre para a realização do filme, sendo sua maior preocupação a busca pela fidelidade que, ao se considerar a diferença dos sistemas de signos, era praticamente impossível.

Em outros momentos, a busca pela fidelidade ao texto-fonte causou problemas práticos, o que resultou em perda de carga dramática por meio de repetições de cenas que funcionam muito bem no texto dramatúrgico, mas não no roteiro cinematográfico.

REFERÊNCIAS

- BECKETT, S. **Proust**. Tradução de Arthur Nestrovski. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.
- BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CLÜVER, C. Da transposição intersemiótica. In: ARBEX, M. (Org.). **Poéticas do visível**: ensaios sobre a escrita e a imagem. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 107-166.
- _____. Estudos interartes: conceitos, termos objetivos. **Literatura e sociedade**: revista de teoria literária e literatura comparada. São Paulo, n. 2, p. 37-55, dez. 1997.
- _____. Inter textus/inter artes/inter media. **Aletria**: revista de estudos de literatura, v. 14, n. 1, p. 10-41, 2006.
- EISENSTEIN, S. **A forma do filme**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HELBIG, J. Der rezipient als cybernaut: Gedanken zur poetik des elektronischen romans. In: HELBIG, J. (Org.). **Intermedialität**: Theorie und Praxis eines interdisziplinären Forschungsgebiets. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1998. p. 81-92.
- HOEK, L. H. La Transposition intersémiotique: pour une classification pragmatique. In: HOEK, L. H.; MEERHOFF, K. (Org.). **Rhétorique et image**. Textes en homage à A. Kibédi Varga. Amsterdã e Atlanta, GA: Rodopi, 1995. p. 65-80.
- HUMPREY, R. **O fluxo da consciência**. Tradução de Gert Meyer. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.
- LEXICON, H. **Dicionário de símbolos**. Tradução de Erlon José Paschoal. São Paulo: Cultrix, 1997.
- MAGALDI, S. **Nelson Rodrigues**: dramaturgia e encenações. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. **Teatro da obsessão**: Nelson Rodrigues. São Paulo: Global, 2004.
- MARTIN, M. **A linguagem cinematográfica**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- PIRES NETO, J. Vestido de noiva. **Revista Zingu**: revista eletrônica mensal dedicada ao cinema brasileiro. Disponível em: <<http://www.revistazingu.blogspot.com.br/2009/08/enrcvestidodenoiva.html>>. Acesso em 20 abr. 2013.
- PLAZA, J. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- RIBEIRO, L. G. O sol sobre o pântano: Nelson Rodrigues, um expressionista brasileiro. In: RODRIGUES, N. **Teatro completo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. v. 1, p. 275-285.
- RODRIGUES, N. **Nelson Rodrigues**: teatro completo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. v. 1.

STAM, R. **Introdução à teoria do cinema**. Tradução de Fernando Macarello. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

VESTIDO de noiva. Direção e Produção de Joffre Rodrigues. Rio de Janeiro: Riofilme, 2006.
1 dvd (111min).

WILLIAMS, T. **Memórias**. Tradução de Aurélio de Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

A FLOR, A ÁGUA E O VINHO NA ÓTICA NEOCLÁSSICA DE RICARDO REIS

Wagner Rafael Rodrigues¹

Luiz Rogério de Camargo²

INTRODUÇÃO

A poesia de Fernando Pessoa (1890 – 1931) se caracterizou pela criação de personalidades poéticas, a qual se denomina poesia heteronímica. Na obra pessoana contam-se muitos heterônimos criados pelo poeta, no entanto merecem destaque: o pastor de rebanhos Alberto Caeiro, o pagão neoclássico Ricardo Reis, o moderno industrial Álvaro de Campos e Fernando Pessoa ortônimo (ele mesmo). Esta é a constelação da poesia heteronímica de Pessoa, que na sua dinâmica possui muitos paradoxos e tensões. De um lado temos Fernando Pessoa ortônimo que tem como característica o pensar, enquanto Caeiro não pensa. De outro lado temos Ricardo Reis que não quer sentir nada, enquanto Álvaro de Campos quer sentir tudo de todas as maneiras.

A pesquisa enfoca a poesia de Ricardo Reis que, dentro do bojo da obra pessoana, carrega consigo as contradições que lhe advém da natureza da obra do poeta português. Ricardo Reis é o heterônimo criado por Fernando Pessoa para tratar da vertente clássica de seu projeto poético. Em sua busca pela serenidade, pois sua poesia revela profundas tensões, Reis se volta para o passado Clássico, do qual colhe alguns símbolos para atenuar a angústia que assim, é mister não esquecer que Reis escreve em pleno século XX – dado imprescindível para o entendimento de seus versos. Monárquico, educado num colégio de jesuítas, latinista, semi-helenista amante do exato, viveu no Brasil em

¹ Aluno do 3º ano do curso de filosofia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013-2014) da FAE Centro Universitário. *E-mail*: wrr_filosconv@yahoo.com.

² Doutorando em Literatura pela Universidade Federal do Paraná UFPR. Professor na FAE Centro Universitário. *E-mail*: lrcamargo.roger@hotmail.com.

1919. É baixo, forte e magro, como o descreve o próprio Pessoa na sua carta a Adolfo Casais Monteiro. Além disso, deve-se ressaltar a forma como Reis se sente em relação ao seu maior medo: a passagem do tempo, ou seja, a morte.

Desta maneira, o problema que fundamentou a pesquisa é determinado pela questão: de que maneira determinados símbolos de efemeridade são utilizados na poética de Ricardo Reis e que papéis desempenham em relação a sua visão de mundo?

1 OBJETIVOS

O objetivo geral é apontar a maneira que Ricardo Reis utiliza para determinar a efemeridade e qual o papel que esta desempenha na visão de mundo de Fernando Pessoa. Para alcançar este objetivo, postulou-se: identificar alguns dos símbolos clássicos da efemeridade nas odes de Ricardo Reis; investigar a relação entre os símbolos da antiguidade clássica e a apropriação feita pelo poeta em suas odes; investigar de que maneira essa simbologia é determinante para a visão de mundo do poeta.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa realizou-se a partir de pesquisa bibliográfica da obra poética do autor, além de livros que contemplaram alguma fortuna crítica de teóricos da obra pessoana. Uma vez que se trata de fortuna crítica muito vasta, foram utilizados livros, revistas científicas e artigos acadêmicos que vão ao encontro da proposta do projeto, procurando elucidar as questões por ele levantadas. A perspectiva teórica adotada baseou-se nas considerações acerca da relação entre tradição e modernidade dos graus da poesia lírica do próprio Fernando Pessoa. A organização do artigo seguiu certa ordem lógica na distribuição dos conteúdos, iniciando-se, a partir da introdução e contextualização do poeta e sua relação com a modernidade. As seções que contemplaram cada um dos símbolos levantados: seção 1. flores, seção 2. água, seção 3. vinho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos na pesquisa foram alcançados após inúmeras reflexões e esforços, uma vez que a poesia não é caracterizada por métodos científicos. Há, porém, uma tentativa de dizer algo sobre o problema de pesquisa, no entanto a discussão não

se encerra nessa pesquisa. É necessário desbravar novos caminhos em torno da obra de Ricardo Reis, todavia esta pesquisa procurou encontrar instrumentos e ferramentas que possam guiar possíveis estudos em volta da poética neoclássica do heterônimo pessoano discutido em tal pesquisa. Mesmo não sendo uma palavra final sobre o problema posto chegou-se a alguns resultados. O símbolo da flor caracteriza-se como uma tentativa de embelezamento do instante, como na ode:

Mestre, são plácidas
Todas as horas
Que nós perdemos,
Se no perdê-las,
Qual numa jarra,
Nós pomos flores.
(REIS, 1983, p. 73)

Assim, como uma dona de casa que coloca flores numa jarra para enfeitar a casa, Reis colhe as flores, pois elas proporcionam, nem que seja por um instante, alegria à vida de Reis e, desse modo, ele sente vontade de viver. Contudo, a flor lembra a finitude e toda esta sensação alegre desaparece, e novamente o poeta é tomado pela angústia da passagem do tempo. O símbolo da água se constitui pela dinâmica do rio enquanto passagem do tempo. Reis vai com o rio:

Vem Sentar-te comigo, Lídia, à beira do rio.
Sossegadamente fitemos o seu curso e aprendamos
Que a vida passa, e não estamos de mãos enlaçadas.
(REIS, 1983, p. 80)

Em outras palavras, passar com o rio é diferente de passar como o rio, ou seja, ter a consciência de que o tempo passa e não se preocupar, essa é a postura de Caeiro, é passar como o rio. Contudo, Reis mergulha no rio e, ao invés de boiar, se deixar, levar pela correnteza, ele se desespera e luta contra o rio, como um afogado, noutras palavras, Reis angustia-se com o passar do tempo, pois, ao término de cada segundo, a vida se esvazia e mais próximo está à morte. Na dinâmica do lago é a água que a morte seca, por isso o lago é estático, parado e não possui movimento. Reis vê no lago a impossibilidade de lutar contra o tempo, assim, o poeta senta e espera o fim numa angústia atormentadora, como na ode:

E a beleza, incriável por meu sestro,
Eu goze externa e dada, repetida
Em meus passivos olhos,
Lagos que a morte seca.
(REIS, 1983, p. 119)

Por fim, o vinho é para Reis uma tentativa frustrada de aliviar e esquecer sua dor, causada pela consciência da morte. Tal imagem é nítida nesta ode:

Bocas Roxas de vinho,
Testas brancas sob rosas,
Nus, brancos antebraços
Deixados sobre a mesa.
(REIS, 1983, p. 103)

Reis não bebe o vinho para se alegrar, e muito menos constitui um ritual ou algo semelhante. O vinho é simplesmente uma bebida e nada mais. Reis angustia-se tanto com a ideia de finitude que nem o prazer proporcionado pelo vinho consegue tirar isso da cabeça.

CONCLUSÕES

Fernando Pessoa foi um viajante no tempo que transitou entre passado e futuro. Nessa viagem, criou algumas personalidades poéticas, dentre as quais Ricardo Reis, o qual esta pesquisa procurou entender, é uma das suas muitas facetas. Foi ainda no começo da pesquisa que uma atitude se fazia necessária: para entender a cabeça de Reis, é preciso mergulhar em si mesmo, pois sua poesia está cravada no âmago do *SER*, portanto, querer conhecer a obra poética neoclássica de Reis é querer conhecer a ti mesmo.

Os símbolos efêmeros discutidos nessa pesquisa não retratam apenas uma preocupação e angústia de um poeta criado por outro poeta, mas são questões da natureza humana. Por isso, a obra de Reis representa um eterno questionar-se; é ter a coragem de assumir a si próprio, mesmo que desta forma seja preciso um processo de despersonalização plena da figura do ser humano. Sendo assim, a obra de Pessoa-Reis é marcada por muitas controvérsias e, ao mesmo tempo, possui uma unidade e unanimidade, entre os heterônimos, o que faz da poesia pessoana-ricardiana um grande mistério ainda a ser desvendado.

REFERÊNCIAS

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores e números. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1989.

COELHO, J. do P. **Diversidade e unidade em Fernando Pessoa**. São Paulo: Verbo, 1998.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LIND, G. R. **Estudos sobre Fernando Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

PADRÃO, M. da G. **A metáfora em Fernando Pessoa**. Porto: Inova, 1973.

PESSOA, F. **Alguma prosa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1976.

_____. **Ficções do interlúdio**: odes de Ricardo Reis; Para além do outro oceano de Coelho Pacheco. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

_____. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

_____. **Obras em prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1990.

_____. **Páginas íntimas e de autointerpretação**. Lisboa: Ática, 1966.

TRINGALI, D. **Horácio poeta da festa**: navegar não é preciso; 28 odes: latim/português. São Paulo: Musa, 1995.

O GRANDE GATSBY E A DICOTOMIA LESTE – OESTE NORTE-AMERICANO

Bruno Luiz da Rocha Scheletz¹
Andrea Scuissiatto Mares de Souza²

INTRODUÇÃO

O século XX foi cenário de grandes transformações em todos os âmbitos institucionais. A Primeira Grande Guerra transformou de maneira drástica a organização mundial e em destaque na presente pesquisa, ou seja a economia dos Estados Unidos da América. A sociedade norte-americana, que era provida de uma visão idealista, passou a valorar os bens materiais. Neste período os valores aristocráticos tornavam-se, cada vez mais, um estilo de vida dissoluto e dispendioso, que exigia acima de tudo dinheiro, viesse de onde viesse.

Com isso surgem novas formas de comércio, negócios ilícitos e o enriquecimento fácil. O capitalismo desponta como incentivador da produção e do consumo desenfreado. Em decorrência desses fatos aparecem grandes diferenças culturais e sociais entre o lado Leste e Oeste dos EUA.

No romance *O grande Gatsby*, escrito pelo autor Francis Scott Fitzgerald (2011), são apresentadas tais situações, permitindo a utilização de vários recortes transformados em objeto de estudo com o intuito de analisar estilos e modelos característicos da sociedade americana no início do século XX.

¹ Aluno do 3º ano do curso de Letras da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa à Iniciação Científica (PAIC 2013-2014). *E-mail*: brunoscheletz@hotmail.com.

² Mestra em Mídia e Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: andreasouza@bomjesus.br.

1 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é apontar o perfil dicotômico da sociedade norte-americana dentro do universo Leste-Oeste, oportunizando o confronto de informações destacadas da obra literária *O grande Gatsby* (2001). No decorrer da busca, pretende-se revelar os fatores que levaram à formação destes dois grupos distintos, uma vez que fazem parte de uma mesma nação.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi orientada por um estudo empírico do tipo exploratório. Por meio de revisão bibliográfica entre autores que desenvolveram estudos sociológicos acerca da formação do povo norte-americano, foram destacados aqueles que apresentaram conceitos de maior relevância ao tema.

O confronto entre conceitos coletados e informações presentes na obra literária foi realizado por meio de um estudo de caso com recortes da obra *O grande Gatsby* (2001) de Francis Scott Fitzgerald.

Diante da interconexão de fatos e conceitos foi elaborada a discussão que vem responder aos objetivos propostos para este trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fitzgerald (2011) apresenta um relato acerca da sociedade americana, instigador de estudo, para melhor compreender as dimensões das relações sociais num país que ainda hoje é considerado por muitos o mais influente e também o mais atraente para aqueles que buscam por oportunidades. O fortalecimento e a cristalização do sistema capitalista são elementos que perpassam a obra e constituem em representações dos modelos encontrados nas sociedades do Leste e do Oeste norte-americano.

O crescimento da economia norte-americana durante o século XX foi propiciado pela produção em massa com intuito inicial de abastecer os países que participaram da primeira guerra e que posteriormente precisaram se refazer do confronto.

O desenvolvimento econômico baseado na produção em larga escala somado ao estímulo para o consumo contribuíram para a transformação do estilo de vida do povo norte-americano. Em decorrência do crescimento acentuado, o modelo capitalista destacou as diferenças entre as classes sociais.

Scott Fitzgerald (2011), ignorar rabisco na obra *O grande Gatsby*, sugere a existência de duas regiões, nomeadas de Leste e Oeste. Ao longo da narrativa, as diferenças existentes entre essas duas regiões chamam a atenção e revelam povos e culturas distintas dentro de uma mesma área geográfica maior, os Estados Unidos da América.

As personagens apresentadas na obra foram concebidas de modo a representar integrantes das diferentes classes sociais presentes no país no início do século XX, constituindo uma crítica ao modelo capitalista. Segundo Turner (2008), a sociedade do lado Oeste é composta predominantemente por trabalhadores que sobrevivem da atividade produtiva. No referido grupo são encontrados indivíduos agentes diretos na produção industrial e exploração do comércio bem como grandes consumidores dos bens de produção em escala.

Em contrapartida, a sociedade do Leste é constituída por comunidades herdeiras de patrimônio e com vocação aquisitiva. Assim descrito por Veblen (1983), os indivíduos pertencentes a esta classe sobrevivem dos investimentos realizados pela sociedade do Leste em forma de aquisições, o que constitui forma de manutenção e ampliação do seu capital e alimentação do sistema capitalista.

O desenvolvimento econômico norte-americano atraiu imigrantes de várias partes do mundo, com destaque àqueles que sofreram as graves consequências da primeira guerra. A região Oeste, que ainda era pouco povoada, assumiu características distintas ao absorver comunidades de culturas diversas com necessidades e objetivos particulares.

A região Leste foi sendo povoada predominantemente por Britânicos desde 1610, como citado em Hobsbawn (1996). Já no século XX, os descendentes dos fundadores das treze colônias se apresentam extremamente conservadores e detentores de patrimônios em sua maioria, recebidos por herança. O modelo aristocrático britânico foi reproduzido dando origem à classe alta norte-americana.

O crescimento econômico, somado ao processo migratório, gerou expansão territorial e, como consequência, Leste e Oeste assumiram características distintas. Os habitantes do Leste foram os colonizadores e, portanto, personagens dos primórdios da história norte-americana. Os habitantes do Oeste se estabeleceram no território americano por volta de dois séculos mais tarde.

Embora o modelo capitalista tenha acentuado as diferenças entre as classes sociais nos Estados Unidos da América, a teoria da mobilidade social, descrita por Rocher (1976), explica o processo migratório entre elementos dos diferentes grupos. Ainda que os fatores financeiros e intelectuais sejam materialmente determinantes para a referida ascensão, os fatores conceituais e institucionais predominam para a aceitação de indivíduos nos novos grupos.

Assim sendo, segundo Weber (2004), a ampla diversidade de grupos étnicos que constitui o povo norte-americano dificulta a existência de um sentimento nacional comum que os reúna, apesar de pretenderem a si o direito de tê-lo como membros da nação em que vivem.

CONCLUSÕES

Os resultados apresentados levam a concluir que a condição dicotômica Leste-Oeste se faz presente na organização social norte-americana. Tal organização se deu em consonância com o processo migratório definido pelos próprios colonizadores. Também parece claro que o sentimento nacionalista esteja estreitamente relacionado ao tempo de permanência no território, ou seja, os primeiros imigrantes tem uma relação de apropriação mais definida do que a dos imigrantes tardios. Assim sendo, do que a dos descendentes dos primeiros imigrantes compreendem o grupo mais conservador da sociedade norte-americana, sendo mais liberal o grupo dos imigrantes tardios.

A distribuição geográfica para o assentamento dos imigrantes foi orientada pela proximidade ao porto de chegada dos primeiros colonizadores, fundadores das treze colônias, no Leste. Os imigrantes tardios se instalaram no Oeste por esta região pouco habitada e, desta forma, oferecer muito espaço a custos baixos.

Ainda pode ser inferido que os padrões de satisfação da referida sociedade resultam no estado de aceitação da realidade como fator necessário à manutenção da estabilidade socioeconômica no país. A existência de um grupo provedor e outro servidor parece ter sido apropriada pelo povo norte-americano, uma vez que, apesar das diferenças, cada um deles é respeitado pelo papel indispensável que desempenha naquela sociedade que se desenvolve sob o padrão capitalista.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, J. J. de A. **História geral e história do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- BURGESS, A. **A literatura inglesa**. São Paulo: Ática, 2003.
- CAVALIERI, M. A. Rs. **O surgimento do institucionalismo norte-americano**: um ensaio sobre o pensamento e o tempo de Thorstein Veblen. Belo Horizonte, 2009. 459f. Tese (Doutorado em Economia). Centro de Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/AMSA-7UTJYS?show=full>>. Acesso em: 11 ago. 2013.
- FERNANDES, L; MCMILLNE, W. **Por que os Estados Unidos são ricos?** Rio de Janeiro: Record, 1965.
- FITZGERALD, F. S. **O grande Gatsby**. São Paulo: Penguin Classics, 2011.
- GOHN, M.G.M. de. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HOBSBAWN, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. de. **História econômica**. 6. ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1975.
- MILLS, C. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- ROCHER, G. **Talcott Parsons e a sociologia americana**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- TANNER, T. **O grande Gatsby**. São Paulo: Penguin Classics, 2011.
- TURNER, F. J. Significance of the frontier in American history. In: FARAGHER, J. M. (Org.). **Rereading Frederick Jackson Turner**. New Haven, Conn.: Yale University, 1998.
- VEBLEN, T. **A Teoria da classe ociosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- VICENTINO, C. **História geral**. São Paulo: Scipione, 1997.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**. v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

COOPERAÇÃO CORPORIFICADA: UM ESTUDO DA LINGUAGEM EM USO

Leandro Horn¹

Maurício Fernandes Neves Benfatti²

INTRODUÇÃO

Cooperação é um termo frequente em inúmeras discussões relacionadas ao universo organizacional. No entanto, a compreensão desse conceito parece se assumir como tácita, uma vez que as abordagens organizacionais que se valem do tema mostram-se pouco preocupadas com as características sociocognitivas envolvidas no comportamento cooperativo.

Em contrapartida, a linguística contemporânea, em interface com a psicologia cognitiva e com a filosofia da linguagem, oferece uma visão bem consolidada sobre o tema em questão: a cooperação. Coube à pragmática, disciplina linguística voltada ao estudo da linguagem em uso, o papel de ponderar tanto sobre os mecanismos psicológico-cognitivos quanto sobre os dispositivos sociais envolvidos na efetivação da significação linguística em atos concretos de comunicação.

Percebe-se de tal forma um modelo de psicologia espelhada, na qual falantes e ouvintes obrigatoriamente se veem condicionados a cooperar para negociar interativamente os significados linguísticos. Isso se deve ao fato de a linguagem em uso vastamente demandar não apenas a decodificação dos significados linguísticos, mas também inerentemente exige de ambos os interlocutores esforços inferenciais a fim de darem conta das comunicativas, uma vez que os significados culturais intrínsecos aos significados linguísticos possuem uma característica opaca (ou seja, pouco transparentes).

¹ Aluno do 2º ano do curso de Letras da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: chilindrow@yahoo.com.br.

² Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: mauricio.benfatti@fae.edu.

1 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é questionar o conceito de cooperação quanto aos seus aspectos sociocognitivos.

Os objetivos específicos do trabalho são elencados na seguinte ordem:

- a) estabelecimento de novos critérios analíticos do conceito cooperação;
- b) assumir novos pontos de vista ante o que vem a ser cooperação;
- c) comparar os usos do conceito ante aos textos pesquisados junto a estudos próximos do tema.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa comparativa do conceito cooperação em textos acadêmicos, por meio de revisão bibliográfica teórica, com foco em análise qualitativa dos materiais estudados.

Em um primeiro momento, esta pesquisa buscou pôr em evidência alguns dos usos atualmente recorrentes do conceito de cooperação no âmbito da pesquisa organizacional. Em seguida, o trabalho buscou demonstrar uma trajetória histórica que permite à pragmática contemporânea descrever os mecanismos cognitivos e sociais envolvidos na efetivação da comunicação via linguagem. Por fim, buscou-se evidenciar rotas futuras de trabalho que possibilitem uma visão transdisciplinar para a discussão sobre a cooperação em âmbitos organizacionais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intuição inicial de que as discussões acadêmicas sobre a cooperação em um âmbito organizacional ignoram importantes questões sociocognitivas relativas ao tema se mostrou de acordo com o material coletado ao longo da revisão de literatura desenvolvida. No geral, observou-se que os autores que lidam com o tema, tomam o conceito de cooperação como se este fosse tacitamente óbvio e aceito pelos leitores. Também foi notado que o tema é frequentemente evocado como mecanismo de motivação ao trabalho em equipe.

Além disso, a revisão de literatura acerca do tema na linguística contemporânea, especificamente na pragmática, demonstrou que fatores sociais e cognitivos são cruciais

para se compreender a intensa negociação de significados e valores culturais difundidos por uma organização. A trajetória do trabalho buscou evidenciar o pioneirismo de Paul Grice (2013) quando o assunto é lidar com as questões cognitivas demandadas pela concretude sociocultural da linguagem em uso. Além disso, o trabalho demonstrou o desdobramento do trabalho griceano na obra de Deirdre Wilson e Dan Sperber (2010).

CONCLUSÕES

Concluiu-se com este trabalho que o estudo da cooperação nas organizações pode se dá por meio de uma conceituação pouco clara acerca dos fatores sociocognitivos inerentes à compreensão do tema. Tal concepção ingênua não permite visualizar a intensa negociação interpessoal de significados e valores difundidos pelas organizações.

Concebe-se que as discussões sobre a cooperação em âmbito organizacional podem se valer de pesquisas dispostas a lidar com o tema a partir de uma transdisciplinaridade efetiva que envolva a compreensão de fatores linguísticos, cognitivos e sociais inerentes aos atos comunicativos. A pragmática linguística parece ser a ponte adequada para tal intuito.

REFERÊNCIAS

- ABBADE, E. B.; MATTANA, L. Cooperação; estratégia; organizações. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 29., Salvador, 2009. **Anais...** Salvador, 2009. v. 1.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: EZCURDIA, M.; STANTON, R. **The semantics-pragmatics boundary in philosophy**. Peterborough: Broadview, 2013. p. 40-57.
- LENCASTRE, M. P. A. Bondade, altruísmo e cooperação: considere razões evolutivas para a educação e a ética ambiental. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 15, p. 113-124, 2010.
- NORENZAYAN, A. **Big gods**: how religion transformed cooperation and conflict. Princeton: Princeton University, 2013.
- RIOS, G. S. L. Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil. ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1., Niterói, 2006. **Anais...** Niterói, 2006.
- SOUZA, M. C. A. F. de; MAZZALI, L.; BACIC, M. J. Relações de cooperação com as grandes empresas: oportunidades e limites para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas-reflexões para o caso do Brasil. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 201-234, 1997.
- TEIXEIRA, J. de F. **Mente, cérebro e cognição**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- WILSON, D.; SPERBER, D. Teoria da relevância. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 5, p. 221-268, 2010.

POBREZA, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO SUPERIOR: PROUNI

Anielly Aparecida Kops Galetto¹
Ana Maria Coelho Pereira Mendes²

INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é o acesso à educação superior de alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni), tendo como público-alvo os alunos bolsistas. Tal interesse se justifica pela necessidade de monitorar as condições de acesso desses alunos, também ao mundo do trabalho, mantendo-se na atualidade da dinâmica social das relações entre a instituição educacional, a sociedade que ela compõe e o mercado para quem ela capacita profissionais mediante a educação formal.

Assim compõem-se as questões que norteiam este estudo e que permitem aprofundamento com o público-alvo, as quais são: qual o perfil e as condições de acesso dos alunos do ProUni? A educação superior interfere na reprodução social das condições de origem familiar dos alunos do ProUni? As condições de acesso para as primeiras experiências profissionais são determinadas pelas condições sociais do aluno do ProUni?

O estudo exploratório inicia-se com delineamento de pesquisa documental em sites oficiais do programa, o que favorece as etapas seguintes para maior aprofundamento junto ao público-alvo.

¹ Aluna do 3º ano do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: aniellyk@hotmail.com.

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: ana.mendes@fae.edu.

1 OBJETIVOS

Assim, tem-se como objetivo geral mapear as condições objetivas de desempenho dos beneficiários do ProUni enquanto alunos de graduação.

Busca-se, também, com este estudo, identificar qual é o perfil do aluno bolsista ProUni, já que o programa se propõe a trabalhar a inclusão social pela via da educação superior. O conhecimento sobre esse assunto sob a ótica do próprio usuário desta relação entre a realidade de sua família primária e sua situação atual ainda é pouco retratado.

2 METODOLOGIA

O caminho metodológico, com a possibilidade de continuidade, segue duas fases distintas. Primeiro uma fase exploratória com pesquisa documental em *sites* oficiais sobre o programa ProUni e pesquisa bibliográfica sobre características da exclusão e inclusão sociais em artigos científicos que tratam da realidade sobre as condições sociais impactadas pela educação formal. Tais dados primeiramente caracterizam a série histórica de desempenho dos alunos bolsistas do programa. E a outra fase da coleta de dados teve procedimento de pesquisa de levantamento, tendo como instrumento e técnica a aplicação de questionário remetido por *e-mail*, com beneficiários do programa para descrever as condições objetivas desse aluno, ainda sendo acadêmico, e também com profissionais da área que relatem suas experiências vividas com o programa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A metodologia utilizada para execução desse trabalho foi inicialmente uma pesquisa exploratória documental em *sites* oficiais do Governo Federal e também em artigos científicos que abordavam este assunto, na qual os instrumentos e técnicas de coleta de dados foram roteiros de análise de conteúdos. Com a fundamentação teórica sobre conteúdos do assunto em tela, partiu-se então para a pesquisa de campo, com entrevistas em profundidade e questionários. Primeiro foram abordadas profissionais da área, que trabalharam e ainda trabalham com o programa. Também realizou-se uma entrevista com um aluno bolsista já formado e beneficiado pelo ProUni, para descrever a sua experiência e o impacto na relação da condição da família primária e mudanças na reprodução da trajetória social e econômica pela via da educação. E, por fim, foi encaminhado um questionário para alunos de uma instituição de ensino superior de Curitiba-PR, para identificar qual é o perfil desses alunos e o que dizem sobre o programa.

O ProUni foi criado em 2004 por meio da lei 11.096 e regulamentado em 2005 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Esse programa tem por objetivo proporcionar a inserção de jovens e adultos de baixa renda em instituições particulares de ensino superior por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), conforme BRASIL (2014).

O programa foi idealizado com o intuito de proporcionar às pessoas de baixa renda acesso ao Ensino Superior em instituições privadas e, assim, melhorarem suas condições sociais. Pela via da educação é a possibilidade de quebra das condições históricas de reprodução dos riscos sociais de camadas significativas da população brasileira. Assim, como aponta Costa (2012, p. 22), “a educação no Brasil se torna cada vez mais central no debate sobre o nosso desenvolvimento, oportunidades de crescimento e redução das desigualdades sociais em âmbito nacional”.

Com as entrevistas realizadas com as profissionais da área, constatou-se que o foco principal foi a oportunidade de acesso desses alunos à graduação, que, por meio desta, puderam aprimorar seus conhecimentos e melhorar a sua condição de vida.

E já com os dados do questionário direto com os alunos bolsistas, a análise permite constatar que 75% do público-alvo é feminino, com a média de idade desses alunos entre 18 e 25 anos, a maioria ainda reside com os pais e moram no mesmo município de estudo, e estudam no período noturno, já que trabalham durante o dia.

As outras cinco questões tinham como respostas sim ou não, as quais verificam-se no QUADRO 1, abaixo:

QUADRO 1 – Perfil e condições de atendimento do programa - 2014

PERGUNTAS	SIM	NÃO
Atualmente mora no município de estudo?	92%	8%
Possui familiares próximos?	75%	25%
Você trabalha ou faz estágio remunerado?	92%	8%
Em seu curso há a obrigatoriedade de estágio?	50%	50%
Em relação ao programa, ele atende as suas necessidades dentro da IES como: materiais pedagógicos, moradia e orientações para melhor inserção na realidade de estudante?	58%	42%

FONTE: Os autores (2014)

Ainda foram realizadas duas perguntas abertas para saber um ponto positivo e um ponto negativo do programa, no ponto de vista dos alunos bolsistas. De todas as

respostas obtidas foram selecionadas as três mais citadas pelos bolsistas.

Os pontos positivos do programa que mais foram citados pelos alunos foram oportunidade para quem tem baixa renda, a bolsa de estudos para estudar sem precisar arcar com os custos e acesso ao ensino superior. E os pontos negativos que surgiram foram: falta de fiscalização durante o curso em relação à condição financeira, pouca oferta e muita demanda e, ainda, alguns disseram não ter nenhum ponto negativo no programa.

CONCLUSÕES

Conclui-se com esse projeto de pesquisa que o programa ProUni expande cada vez mais a possibilidade de inclusão social pela via da educação, pois é uma forma dos alunos que cumprem as condições do programa de fazerem uma graduação.

Com a fundamentação teórica elaborada, pode-se verificar a importância da educação para a sociedade em geral, enquanto estratégia de inclusão social, que impacta nas condições financeiras dos beneficiários do programa. Portanto, é um resgate histórico das condições de reprodução de exclusão social criada pelo sistema social construído na sociedade brasileira.

O programa cria possibilidades, porém deve-se fazer uma análise profunda na seleção dos candidatos e acompanhamento enquanto beneficiários para que as condições objetivas para manter-se no programa sejam supridas. A acolhida dos alunos aprovados deve permitir que a exclusão histórica de acesso a serviços públicos de qualidade não se transforme em dupla exclusão pela falta dessas condições objetivas de acesso à educação superior, grau de educação consagrado como possibilidade de ascensão social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. 2014. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2014.
- BRUINI, E. da C. **Educação no Brasil**. 2014. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/educacao/educacao-no-brasil.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2014.
- COSTA, F. de S. **O ProUni e seus egressos: Uma articulação entre educação, trabalho e juventude**. São Paulo, 2012.
- OLIVEIRA, D. B. de. **Conceito de educação**. 2009. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAATl8AJ/conceito-educacao>>. Acesso em: 05 mar. 2014.
- RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.
- SAVIANI, D. **A educação no centro do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois, 2010.
- SPOSATI, A. de O. **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.
- UNESCO. **Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior**. [Tradução e revisão: Laura A. Ferratini Fusaro]. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: UNESCO, 1999.
- VAZ, A. M. G. **Exclusão social: novos e velhos dilemas**. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/viewArticle/32>>. Acesso em: 01 fev. 2014.
- WERTHEIN, J.; CUNHA, C. **Fundamentos para uma nova educação**. Brasília: UNESCO, 2000. (Cadernos UNESCO Brasil. Série Educação; v. 5).

POBREZA, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO SUPERIOR: PROUNI

João Antonio da Costa Junior¹
Ana Maria Coelho Pereira Mendes²

INTRODUÇÃO

A Conferência Regional Preparatória de Havana, em novembro de 1996, produziu dois documentos com recomendações para a Conferência Mundial, o Informe Final e a Declaração sobre Educação Superior na América Latina e no Caribe (MENDES, 2003).

O Informe Final contextualiza a universidade em “um horizonte obscurecido pela pobreza, o desemprego, a desigualdade de acesso à saúde e à educação, a violência e a destruição do meio ambiente [...]”. Defende que a qualidade deve estar ligada à pertinência social da universidade e que a prestação de contas à comunidade é imprescindível (WERTHEIN; CUNHA, 2000, p. 37).

E então que o Programa Universidade para Todos (ProUni) apresenta-se como política pública de acesso à Educação Superior à população com histórico de exclusão social. Mas em quais dimensões o ProUni promove a inclusão de seus beneficiários?

Com base nos estudos realizados por Mendes (2013, p. 17) é possível destacar o caráter de comprometimento da UNESCO com o desenvolvimento dos povos e a justiça social por meio da educação. Tal preocupação se consolida pelas diversas parcerias com as instituições de ensino superior e de pesquisa no mundo todo. A autora salienta ainda que “todas as recomendações do órgão para a política de educação inclusiva rebatem diretamente em seus diferentes níveis. Desde a alfabetização de adultos até o ensino considerado de terceiro e quarto graus”.

¹ Aluno do 3º ano do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: joao.costa@construtoralaguna.com.br.

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: ana.mendes@fae.edu.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), promulgado por meio da lei 11.096/2005, tem como propósito a disponibilidade de bolsas parciais e integrais para cursos de especialização e graduação em estabelecimentos privados de ensino, sendo que estas recebem isenção tributária (BRASIL. Ministério da Educação, 2013).

É um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Podem participar: estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais da própria escola; estudantes com deficiência; professores da rede pública de ensino do quadro permanente que concorrerem a cursos de licenciatura, nesse caso não são necessários comprovar renda. Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve comprovar renda bruta familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais (50%), a renda bruta familiar deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Há, portanto, triangulação de responsabilidades pelo poder público, pela instituição e pelo próprio aluno. Esse compromisso pelo desempenho de todas as partes é o que garante o programa como política social de inclusão e cidadania.

1 OBJETIVO

O objetivo geral é analisar como a política pública de educação promove a inclusão social.

2 METODOLOGIA

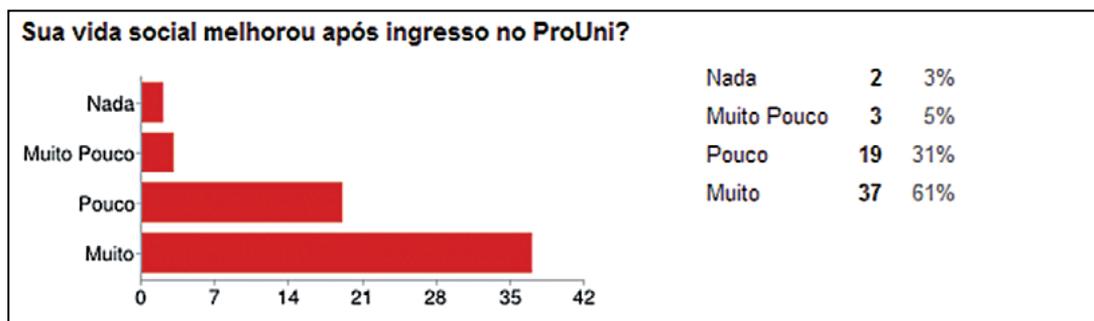
A metodologia de pesquisa parte de procedimentos exploratórios com pesquisa documental e pesquisa bibliográfica em fontes sobre o tema educação superior, programas sociais de inclusão e análise do crescimento do programa em séries históricas. Outro procedimento adotado é a pesquisa de levantamento com toda a população de bolsistas do programa (350), por meio de um questionário com questões múltipla escolha.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados para o trabalho de pesquisa foi realizada com alunos beneficiários pelo ProUni estudando em instituição privada, tendo 61 (sessenta e um) acadêmicos como respondentes de um total de 350 (trezentos e cinquenta) acadêmicos.

Conforme GRÁF. 1 abaixo, salienta-se a melhora nos relacionamentos sociais dos respondentes. Ou seja, a inclusão social, aqui identificada como ampliação das relações sociais dos beneficiários pelo ProUni acontece com 61% (sessenta e um por cento).

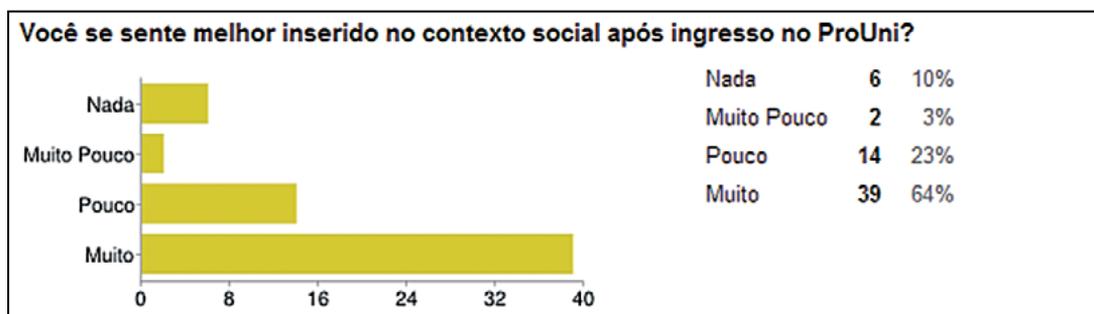
GRÁFICO 1 – Melhora na vida social dos beneficiários após o ingresso deles no programa – 2014



FONTE: Pesquisa de levantamento (2014)

A questão a seguir, destacada no GRÁF. 2, ressalta a inclusão social quando 64% (sessenta e quatro por cento) dos respondentes afirmam que se sentem melhor inserido no contexto social após ingresso no ProUni.

GRÁFICO 2 – Melhora na inserção social dos beneficiários após o ingresso deles no programa – 2014



FONTE: Pesquisa de levantamento (2014)

A importância do programa, o ingresso ao Ensino Superior e melhora no contexto social se concretizam e ficam evidentes com o nível de satisfação dos respondentes em que 100% dos participantes assinalam o item “ótimo” e “bom”.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a educação superior caminha para uma qualidade suficiente na busca pela inclusão social, as políticas, diretrizes e projetos direcionam o Ensino Superior para um bom desenvolvimento da sociedade, porém é necessário que se desenvolva também mecanismos para solucionar os problemas com a educação básica e fundamental do país, as quais são condições de ingresso ao Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 13 de janeiro de 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **ProUni**: apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=205&Itemid=298>. Acesso em: 15 set. 2013.
- _____. _____. **ProUni**: universidade para todos. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2013.
- CLARK, J. U.; NASCIMENTO, M. N.; M. SILVA, R. A. A administração escolar no período do governo militar (1964–1984). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.124-139, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art9_22e.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- DELORS, J. et al. **Educação**: um tesouro a descobrir; relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Trad.: José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 1998.
- FAURE, E. **Aprender a ser**. Lisboa: Bertrand, Difusão Europeia do Livro, 1974.
- MENDES, A. M. C. P. **Avaliação acadêmica institucional na universidade**: conhecendo e transformando o ensino superior. 2003. 272f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2003.
- _____. **Pobreza, inclusão e educação superior**: PROUNI. Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa Acadêmico de Iniciação Científica – PAIC, do Núcleo de Pesquisa Acadêmica – NPA, da FAE Centro Universitário, 2013.
- SANTOS, B. de S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. In: ____: **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000. v. 1.
- UNESCO. **Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior**. Tradução e revisão: Laura A. Ferratini Fusaro. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: UNESCO, 1999.
- RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SAVIANI, D. **História, educação e transformação**: tendências e perspectivas para educação pública no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SHIROMA, E. O. **Política educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- WERTHEIN, J; CUNHA, C. **Fundamentos para uma nova educação**. Brasília: UNESCO, 2000. (Cadernos UNESCO Brasil. Série Educação; v. 5).

FORMAÇÃO DOCENTE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ATRAENTES E EFICAZES

Bárbara Skalski Bilek¹

Silvia Iuan Lozza²

INTRODUÇÃO

O estudo de pesquisa *Formação docente: práticas pedagógicas atraentes e eficazes* propõe uma reflexão, busca e criação de novas estratégias atraentes e eficazes para o desenvolvimento acadêmico dos discentes. Com esta pesquisa, pretende-se apresentar estratégias que contribuem para um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, bem como levantará as mais eficazes para os discentes. Assim, será apresentado aos profissionais da educação possibilidades da ação docente com modelos mais adequados ao cenário atual.

Para tanto, urge refletir sobre a prática pedagógica e a aprendizagem para se encontrar modelos que resgatarão no discente o prazer em aprender. Com isso, o docente terá um objetivo maior, que é o de **fazer aulas** e não de dar aulas, resgatando a paixão de ensinar. A pesquisa teve como seu objetivo principal apresentar diversas estratégias junto aos discentes e levantou as mais eficazes.

¹ Aluna do 3º ano do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: barbarabilek@hotmail.com.

² Mestra em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora e Professora do curso Pedagogia da FAE Centro Universitário. *E-mail*: silvial@fae.edu.

ESTADO ATUAL DO CONHECIMENTO DO PROBLEMA

Na realização deste trabalho foi aplicada uma pesquisa de campo junto aos discentes para encontrar as estratégias que para eles são mais eficazes e logo após, a pesquisa bibliográfica. “Ensinar é um ato de alegria, um ofício que deve ser exercido com paixão e arte. “Dos anos 2000 até a atualidade existe a busca de novas alternativas para o ensinar. “Um dos mitos na profissão docente é que ensinar é fácil. Ensinar sempre foi difícil, mas nos dias de hoje passou a ser ainda mais difícil” (IMBERNÓN, 2009, p. 90). Essa realidade complexa no campo educacional nos faz refletir sobre a questão a seguir: quais os caminhos para o ensino a fim de que tenhamos efetivamente a aprendizagem?

“No quadro atual de imprevisibilidade, mudanças e incertezas, deve-se continuar a atuar na sala de aula como fazia no século passado?” (ANASTACIOU, 2012, p. 75). Não cabe mais utilizar métodos ultrapassados. Hoje o aluno chega à universidade trazendo novas e diferenciadas experiências em sua história de vida.

E é com este contexto que o trabalho docente se constrói e o professor tem a missão de organizar e operacionalizar sua proposta. Para tanto, urge trazer presente nas instituições de ensino a formação permanente dos professores, face às mudanças que se produzem. “Abandona-se o conceito obsoleto de que a formação é a atualização científica, didática e psicopedagógica do professor para adotar um conceito de formação que consiste em descobrir, organizar, fundamentar, revisar e construir a teoria”. (IMBERNÓN, 2010, p. 51).

Assim, o professor terá muita competência para a escolha de estratégias, visando aos objetivos pretendidos e estabelecendo o verdadeiro processo de apreender e construir o conhecimento.

A PESQUISA

Após a abordagem do estudo de pesquisa do PAIC 2012/2013, focado no *Diálogo entre a ótica dos discentes e dos docentes na formação de professores para uma relação de maior respeito e aprendizagem*, observou-se que devemos obter diversas estratégias para desenrolar o diálogo entre acadêmicos e docentes. Dentro dessa percepção surge a questão de como apresentar diversas estratégias e, junto aos discentes, levantar as mais eficazes que contribuem para um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

Ao se iniciar a pesquisa *Formação docente: práticas pedagógicas atraentes e eficazes*, deparou-se com a seguinte questão: ao tratar de estratégias diversificadas para se obter novos saberes para essas práticas, verifica-se que é preciso realizar uma

troca nos processos da pesquisa, ou seja, realizar a pesquisa de campo qualitativa e quantitativa e, em seguida, por meio dos resultados obtidos, buscar as novas estratégias para a fundamentação teórica dessa pesquisa. Ao analisarmos os dados da pesquisa, percebemos que um dos fatos relevantes para tornarmos as práticas pedagógicas atraentes e eficazes está diretamente ligado à mediação pedagógica. Segundo Pérez e Castilho (1999, p.10): “A mediação pedagógica busca abrir caminho a novas relações do estudante: com os materiais, com o próprio contexto, com outros textos, com seus companheiros de aprendizagem, incluído o professor, consigo mesmo e com seu futuro”. É preciso refletir sobre a prática pedagógica e a aprendizagem, se encontrar modelos que resgatarão no discente o prazer em aprender. Sendo assim, como mencionado anteriormente, o docente terá um objetivo maior que é o de **fazer aulas** e não dar aulas. No campo da educação é comum se deparar situações de dificuldades em dominar as modernas práticas pedagógicas. Ressalta-se que o professor que realmente tem amor pela profissão e consciência do importante papel representado na sociedade percebe a necessidade de ser capacitado e busca se aperfeiçoar a fim de poder oferecer uma educação de qualidade para seus alunos.

CONCLUSÕES

De acordo com o objetivo geral de identificar as diversas estratégias e, junto aos discentes, determinar as mais eficazes, verificou-se que os acadêmicos necessitam e verbalizaram que deve existir uma formação do ensino-aprendizagem inovador, devendo ter uma atualização científica didática e psicopedagógica do professor para adotar um conceito de formação.

Também os acadêmicos demonstraram a sua vontade por práticas acadêmicas atraentes e eficazes, no sentido de conhecer de fato a prática do mercado de trabalho, a qual o professor possa trazer para a sala de aula por meio da vivência do mundo do trabalho e, principalmente correlacionar as matérias teóricas com a prática.

Por fim, com essa pesquisa foram levantadas algumas possibilidades e incentivos para a inovação de práticas pedagógicas significativas, com as aulas práticas, a exposição do conhecimento/vivência profissional do professor do mercado de trabalho, o diálogo do aluno com o professor e, principalmente, o relacionamento interpessoal entre ambos. O ensino aprendizagem só será verdadeiro quando de fato existirem trocas reais/concretas e significativas, em que todos aprendem com todos.

REFERÊNCIAS

- ANASTASIOU, L. das G.; ALVES, L. P. (Org.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 10. ed. Joinville: Univille, 2012.
- CAIADO, C. E. **O domínio das práticas pedagógicas na sala de aula**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/orientacoes/o-dominio-das-praticas-pedagogicas-na-sala-aula.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- CASEY, M. A.; KRUEGER, R. A. **A practical guide for applied research**. 4th. ed. Los Angeles: SAGE, 2009.
- DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 1-13, 2º sem. 2008.
- DIEHL, A. A. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- FRÉMONTIER-MURPHY, C.; ROSENTAL, C. **Introdução aos métodos quantitativos em ciências humanas e sociais**. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2001.
- GIL, C. A. **Estudos de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.
- IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- KOLB, D. A. **Experiential learning: experience as the source of learning and development**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1984.
- MASETTO, M. T. **O professor na hora da verdade: a prática docente no ensino superior**. São Paulo: Avercamp, 2010.
- MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research**. 2nd. ed. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 1997.
- PEREZ, F. G.; CASTILHO D. P. **La mediación pedagógica**. Buenos Aires: Ciccus, 1999.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.
- ROGERS, J. **Aprendizagem de adultos: fundamentos para educação corporativa**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- WERNECK, H. **Professor agente da transformação**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008.
- PERFIL UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO. **Revista ensino superior**. Disponível em: <<http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=4947>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCADORES DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO À REDE DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR DO HOSPITAL DO TRABALHADOR

Camila Catori Chagas¹
Cinthya Vernizi Adachi De Menezes²

INTRODUÇÃO

O acesso à educação é garantido por lei a todas as crianças e adolescentes, inclusive àqueles em situação de doença ou internamento. Assim, há necessidade de se estabelecer políticas públicas de atendimento aos educandos hospitalizados, possibilitando o acesso, a permanência e o sucesso escolar. Nessa perspectiva, foi implantado, em 2007, o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH), que se fundamenta nas pesquisas de Menezes (2004) e busca estabelecer o direito ao atendimento pedagógico hospitalar. Tem como objetivo atender educandos que se encontram impossibilitados de frequentar a escola em virtude de internamento hospitalar ou sob outras formas de tratamento de saúde, permitindo-lhes a continuidade do processo de escolarização contribuindo para seu retorno e reintegração na escola de origem e até mesmo a inserção daqueles não matriculados no sistema educacional (PARANÁ, 2010).

¹ Aluna do 3º ano do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: camilacatori@gmail.com.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: cinthyavam@gmail.com.

1 OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa é analisar os processos de formação continuada ofertados aos educadores do SAREH do Hospital do Trabalhador (Curitiba/PR) e suas contribuições para a efetivação do trabalho pedagógico em ambiente hospitalar.

2 METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, realizado no Hospital do Trabalhador de Curitiba. Para Bell (1989 apud MORESI, 2003), o estudo de caso vem sendo caracterizado como um termo guarda-chuva, ou seja, o estudo de caso abraça uma família de métodos de pesquisa cujo principal objetivo é o diálogo entre fatores e eventos. O ponto vantajoso do estudo de caso que se pode apresentar é que ele possibilita ao pesquisador concentrar-se em um aspecto ou situação específica e buscar identificar os diferentes processos que se relacionam com o problema estudado.

Neste cenário, para analisar os dados decorrentes desta pesquisa, decidiu-se por empregar a triangulação de métodos, procedimento este característico do estudo de caso. Neste projeto de pesquisa utilizou-se a fase exploratória da pesquisa, o trabalho de campo e o tratamento do material coletado (TEIXEIRA, 2003).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para identificar a oferta dos processos de formação continuada para os educadores do SAREH no Hospital do Trabalhador (HT), em Curitiba, realizou-se uma pesquisa com uma pedagoga e três professores que atuam no SAREH do HT.

Na perspectiva da pedagoga, a formação continuada é um processo demasiadamente importante. Ao ser apresentada a afirmação “a prática pedagógica mostra a necessidade de formação continuada”, a respondente colocou-se como totalmente concordante. Dessa forma, justificou sua resposta da seguinte maneira: “a formação é necessária sempre. No ambiente em que atuamos, torna-se mais necessário ainda devido às especificidades que envolvem o trabalho, como o local, o tempo, adaptações curriculares” (P1, 2014).

Também foi perguntado à pedagoga se os cursos de formação continuada atendem as demandas que emergem da prática pedagógica. Ela respondeu que sim, mas com ressalvas. Pontuou que “a formação continuada é importante. O que falta em

alguns momentos é relativo a questões do dia a dia e específicos da unidade, o que leva a uma pesquisa e estudos da própria equipe” (P1, 2014).

Em vista disso, salienta-se o entendimento dos autores Ramanho, Nuñez e Gauthier (2004 apud SOUSA, 2013), os quais afirmam que é positivo quando os professores têm espaço para realizar a reflexão, pesquisar com seus colegas de trabalho sobre as práticas educativas e, a partir dessas informações, evoluir em suas práticas pedagógicas.

A equipe do SAREH do HT é composta por três professores que trabalham com áreas de conhecimento, ou seja, existem disciplinas sobre suas responsabilidades que não são as, necessariamente, de suas formações acadêmicas. O Professor A, com formação inicial em História, trabalha com as Ciências Humanas, que abrange as disciplinas de História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso. O Professor B, formado inicialmente em Engenharia Química, tem sob sua responsabilidade a área de conhecimento de Exatas, com as disciplinas de Matemática, Física, Química, Biologia e Ciências. Por fim, o Professor C, formado em Letras Português/Inglês, atua com as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física e Arte, as quais formam a área de Linguagens.

Ao serem perguntados sobre que importância atribuem aos cursos de formação continuada, as respostas foram unânimes: totalmente importante. A consciência dos professores referente à magnitude dos processos de formação continuada para a melhoria da prática pedagógica vai ao encontro da concepção de Veiga (2008 apud SOUSA, 2013), que disserta que a formação docente é uma ação contínua e progressiva, a qual engloba diversos campos e confere significativa valorização para a experiência deste profissional.

O reconhecimento, por parte dos professores, da importância da formação continuada, quanto ao seu subsídio na prática pedagógica é destacado na fundamentação de Fontes (2005), ao refletirem que a formação continuada é o que assegura a qualidade na educação em ambiente hospitalar.

Consequentemente, de acordo com Fonseca (2003), o professor precisa estar capacitado para desempenhar uma função adequada, visto que se faz necessário ter conhecimento e habilidade para trabalhar com atividades e estratégias que possam facilmente ser remodeladas de acordo com as necessidades de cada educando hospitalizado.

Concluindo a pesquisa com os professores que atuam no SAREH do HT, o intuito foi levá-los a uma autorreflexão por meio do questionamento em relação ao reconhecimento de seu trabalho como docente em ambiente hospitalar. Um professor avaliou como nível quatro e os outros dois como cinco, reconhecendo positivamente o seu trabalho docente em ambiente hospitalar.

Portanto, e de acordo com Matos e Mugiatti (2012), para atuar com o atendimento pedagógico para educandos hospitalizados, a docência só poderá ser exercida por profissionais em pleno cumprimento de suas funções, pertencentes ao sistema de educação e com sua formação continuada estabelecida.

CONCLUSÕES

Para um processo de ensino e aprendizagem com qualidade no ambiente hospitalar, faz-se necessária a constante formação continuada do profissional da Educação. Os autores que embasaram esta pesquisa, em resumo, atribuem demasiada importância aos processos de formação continuada.

Deve-se ressaltar a unanimidade dos profissionais do Hospital do Trabalhador ao atribuírem a importância da formação continuada para a prática pedagógica em ambiente hospitalar. No entanto, apesar de considerarem importantes a formação continuada, entendem que a carga horária investida em cursos de formação em serviço ainda é insatisfatória.

Assim, a pesquisa realizada permite concluir que a formação continuada é um fator fundamental para a prática pedagógica em ambiente hospitalar e, além disso, é um dos principais elementos que impactam positivamente na qualidade da educação ofertada.

REFERÊNCIAS

- AMBROSETTI, N. B.; RIBEIRO, M. T. de M. A escola como espaço de trabalho e formação de professores. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 8., 2005, Águas de Lindoia, SP. **Formação continuada de professores**. São Paulo: Unesp, 2005. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/e-book%20viii%20cepfe/LinksArquivos/9eixo.pdf>>. Acesso em 17 maio 2014.
- ANDRÉ, M. Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 50, p. 35-49, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/34742>>. Acesso em: 2 fev. 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 jan. 2014.
- _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 nov. 2013.
- _____. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 17 maio 2014.
- CARNEIRO, I. M. S. P. Trabalho pedagógico: a práxis de profissionais. In: MATOS, Elizete Lúcia Moreira; TORRES, Patrícia Lupion (Org.). **Teoria e prática na pedagogia hospitalar: novos cenários, novos desafios**. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2011. p. 337-354.
- COUTO, M. E. S. A aprendizagem da docência de professores em curso de formação continuada na modalidade a distância. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 8., 2005, Águas de Lindoia, SP. **Formação continuada de professores**. São Paulo: Unesp, 2005. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/e-book%20viii%20cepfe/LinksArquivos/9eixo.pdf>>. Acesso em: 17 maio.2014.
- FIQUER, R. C. de Q.; SILVA, G. C. da. A importância da pedagogia hospitalar na aprendizagem da criança. In: MATOS, E. L. M.; FERREIRA, J. de L. (Org.). **Formação pedagógica para o atendimento ao escolar em tratamento de saúde: redes de possibilidades online**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 118-132.
- FONSECA, E. S. da. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar**. São Paulo: Memnon, 2003.
- FONTES, R. de S. **A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital**. Niterói, 2003. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2003.
- _____. A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 119-138, maio/ago. 2005.
- MINDAL, C. B.; GUÉRIOS, E. C. Formação de professores em instituições públicas de ensino superior no Brasil: diversidade de problemas, impasses, dilemas e pontos de tensão. **Educar em**

Revista, Curitiba, n. 50, p. 21-33, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/34722/21527>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

HOSPITAL DO TRABALHADOR. **Informações institucionais**. 2014. Disponível em: <<http://www.hospitaldotrabalhador.saude.pr.gov.br>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

MAITO, V. P. Tecendo relações entre formação de professores, paradigmas educacionais e a atuação no atendimento pedagógico ao escolar em tratamento de saúde. In: MATOS, E. L. M.; FERREIRA, J. de L. (Org.). **Formação pedagógica para o atendimento ao escolar em tratamento de saúde: redes de possibilidades online**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 40-58.

MATOS, E. L. M.; MUGIATTI, M. M. T. de F. **Pedagogia hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MENEZES, C. V. A. de. **A necessidade da formação de pedagogo para atuar em ambiente hospitalar: um estudo de caso em enfermarias pediátricas do Hospital de Clínicas da UFPR**. Florianópolis, 2004. 131f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS4050.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2006.

_____. Rumos de uma política pública. In: MATOS, Elizete Lúcia Moreira. **Escolarização hospitalar: educação e saúde de mãos dadas para humanizar**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. cap. 1, p. 23-34.

_____. **SAREH – Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar: a construção de uma política pública para a promoção da educação de qualidade no estado do Paraná**. Curitiba: 2008. Disponível em: <[http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/Sareh\[24222\].pdf](http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/Sareh[24222].pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2014.

METZ, P. P.; SARDINHA, R. F. Formação de professores: uma experiência no espaço hospitalar. In: AROSA, A. C.; SCHILKE, A. L. (Org.). **A escola no hospital: espaço de experiências emancipadoras**. Niterói: Intertexto, 2007. p. 105-116.

KOGUT, M. C.; MILEO, T. R. A importância da formação continuada do professor de educação física e a influência na prática pedagógica. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 9., 2009, Curitiba, 2009. **Anais...** Curitiba: Champagnat, 2009. p. 4943-4952. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3000_1750.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2014.

SPONCHIADO, D. A. M.; LIRA, D. Ensino superior: a formação pedagógica docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 2., 2013, Curitiba, PR; SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 4., 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Champagnat, 2013. p. 9738-9750. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/7838_4521.pdf>. Acesso em: 3 maio. 2014.

OLIVEIRA, M. K. S. de; SOARES, B. I. B.; LIRA, L. M. Formação contínua de professores: construção e socialização de saberes pelo grupo docente no ambiente escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 2., 2013, Curitiba, PR;

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 4., 2013, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba: Champagnat, 2013. **Anais.** Curitiba: Champagnat, 2013. p. 13.291-13.300. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/12940_6296.pdf>. Acesso em: 03 maio 2014.

MOL, S. M. Formação de professores nos cursos de Pedagogia. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11, 2013, Curitiba; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 2., 2013, Curitiba; SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 4. 2013, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba: Champagnat, 2013. p. 13.399-13.407. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/7513_4675.pdf>. Acesso em: 03 maio 2014.

MORESI, E. (Org.). **Metodologia da pesquisa.** Brasília, mar. 2003. Disponível em: <http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1370886616.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Educação. **Caderno Temático: Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (Sareh).** Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_sareh.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

RAMPAZZO, S. R. dos R. et al. Formação continuada de professores no estado do Paraná – Programa de Desenvolvimento da Educação – PDE. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba, PR; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 2., 2013, Curitiba, PR; SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 4., 2013, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba: Champagnat, 2013. p. 13.301-13.311. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/8184_5791.pdf>. Acesso em: 03 maio 2014.

SOUSA, L. R. de. A formação continuada de professores e o trabalho do coordenador pedagógico: um estudo no ambiente escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11. 2013, Curitiba, PR; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 2., 2013, Curitiba, PR; SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 4., 2013, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba: Champagnat, 2013. p. 13.045-13.053. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/7737_5929.pdf>. Acesso em: 03 maio 2014.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, v. 1, n. 2, p. 177-201, jul./dez. 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84/41>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

VASCONCELOS, S. M. F. **Classe hospitalar no mundo: um desafio à infância em sofrimento.** Fortaleza: UECE, 2008. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/conf_simp/textos/sandramaia-hospitalar.htm>. Acesso em: 10 mar. 2014.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR CONTEMPORÂNEO E SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA – USO DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Karla Stachera Rohrich¹
Giullia Paula Rinaldi²

INTRODUÇÃO

A educação Infantil, primeira etapa da educação básica, é vista como uma etapa educacional cujas especificidades colocam o cuidar e educar como indispensáveis nos processos formativos.

A formação pedagógica do profissional que atua com a Educação Infantil é pertinente, em especial nos processos de aprendizagem e desenvolvimento, na produção de organização, cuidado com o acervo e planejamento de espaço, tempo e atividades lúdicas individuais e grupais.

Fortuna (2011, p. 129) comenta que “educadores precisam aprender sobre o brincar para fazer brincar, ensinar e aprender brincando”, pois professores capazes de ensinar de forma inovadora necessitam aprender por meio de experiências novas.

Brincando a criança se desenvolve, questiona, experimenta, forma opiniões e até pode propor novas formas de lidar com situações mal resolvidas; brincando ela imita o mundo dos adultos sem o peso da responsabilidade de ser adulto; cresce socialmente e culturalmente e, com espontaneidade, atribui significados autênticos e aprende significativamente.

¹ Aluna do 3º ano do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: karlastachera@hotmail.com.

² Mestre em Tecnologia em Saúde pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: giullia.rinaldi@fae.edu.

Segundo Vigotsky (2007), é necessário levar em conta nos seus estágios de desenvolvimento o ato de brincar, tendo em mente que cada avanço está ligado a uma mudança nas motivações e incentivos no comportamento dessa criança. Nessas brincadeiras começam a surgir as regras de comportamento, as definições dos papéis que cada personagem desempenhará.

De acordo com Fortuna (2011, p. 131), “a formação continuada é uma importante dimensão da qualificação ludopedagógica, devendo ser mais bem compreendida para que seja integrada às responsabilidades formativas da universidade”, ainda que a articulação da teoria e prática na formação inicial seja tão importante para a consolidação de um comportamento lúdico. Contudo ludicidade não faz parte diretamente dos currículos da maioria dos cursos formativos e, portanto, nem sempre faz parte da vivência na formação inicial do educador.

1 OBJETIVO

O presente projeto tem por finalidade verificar, por meio de diferentes atividades propostas no curso de Pedagogia e questionários, qual a percepção dos acadêmicos sobre sua formação inicial e a relação da importância da ludicidade com a Educação Infantil.

Considerando que a criança é um ser em constantes transformações e descobertas, todo profissional da educação que atua com esta faixa etária deve conhecer esta necessidade de condições específicas para seu desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo, social e cultural.

No desenvolvimento desta pesquisa serão analisadas as concepções de brincar e as diretrizes e parâmetros para o seu tratamento na Educação Infantil, assim como a organização do tempo, do espaço, de materiais e de outras mediações pedagógicas adotadas nas disciplinas relacionadas, necessárias para o incremento de uma formação inicial profissional de qualidade para atuar nesta área.

2 METODOLOGIA

Como é a formação inicial do licenciado em pedagogia com relação à ludicidade e sua importância para a Educação Infantil? O preparo deste profissional que busca capacitação e aperfeiçoamento está de acordo com sua expectativa?

Visando atingir os objetivos propostos, um estudo empírico do tipo exploratório, permeado de uma investigação de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e análise de dados e resultados, constitui-se na metodologia adotada neste estudo (GIL, 2009).

O lúdico tem a sua origem na palavra latina *ludus*, que quer dizer “jogo.” Nos tempos atuais, o lúdico tem se referido não apenas ao jogar, ao brincar e ao movimento espontâneo, pois passou a ser reconhecido como descrição essencial para o conhecimento do comportamento humano (ALMEIDA, 2009). Com tantos nomes em torno do conceito da ludicidade, hoje, no Brasil, os nomes mais comuns e utilizados são: jogo, brincadeira, brinquedo, lazer e recreação.

Na atualidade, a ludicidade ainda não é muito utilizada por alguns professores que se mostram resistentes em assimilar que a brincadeira é como uma ferramenta para chegar até aprendizagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muito se discute sobre a importância de novas estratégias, metodologias que atendam as necessidades dos alunos na escola. E já é sabido que, como em todas as profissões, os docentes precisam se atualizar constantemente para atender as demandas esperadas pela sociedade. Em se tratando de Educação infantil, e das novas gerações que estão chegando, faz-se ainda mais relevante a formação profissional do professor, seja ela inicial (durante a graduação), ou continuada (durante sua atuação no mundo do trabalho).

Partindo da ideia de que os estudantes do curso de Pedagogia sabem da importância da ludicidade na formação da criança e na sua constituição de sujeito histórico e seus direitos, destaca-se que no curso de graduação o ponto principal é que os professores abordam em suas discussões teóricas a ludicidade como uma metodologia, mas poucos utilizam a criatividade no preparo de aulas lúdicas dentro da própria universidade, para que sirva como demonstração de possibilidades em sala de aula.

Analisamos as ementas da grade curricular de Pedagogia de uma instituição particular da cidade de Curitiba. Foram selecionadas todas as matérias da grade curricular do curso de pedagogia que apresentam a ludicidade como conteúdo. Entendemos que o objetivo do professor é ter o conhecimento técnico e prático para garantir que aprendizagem se realize como a consequência de ensinar. Portanto, quando citamos a importância do lúdico na aprendizagem do ensino das crianças, não podemos deixá-la somente compreendida no teórico, pois deve existir a prática.

Foram distribuídos 60 questionários para os alunos do curso de Pedagogia, porém obteve-se a devolução de 49 questionários preenchidos e entregues para a análise.

Esse processo de análise teve o intuito de avaliar e apontar se o curso de Pedagogia atende às expectativas dos seus acadêmicos, quando interrogados a respeito da importância da ludicidade na formação docente.

QUADRO 1 – Respostas para as questões apresentadas aos acadêmicos

Questões:	Respostas positivas (sim)	Respostas negativas (não)
1 - O lúdico está relacionado ao jogo de Roda, às brincadeiras de músicas, aos jogos educativos e aos jogos de rua?	49	0
2 - Existe algum espaço determinado para a utilização do lúdico?	46	2
3 - “O lúdico” é importante para aprendizagem da criança?	44	05
4 - Lembrando do seu passado, você fazia algumas atividades lúdicas?	Resposta aberta	Resposta aberta
5 - Até o momento da sua formação acadêmica, em quantas disciplinas você teve conteúdos relacionados à ludicidade?	Resposta aberta	Resposta aberta
6 - Você tem alguma expectativa com relação à sua formação?	48	1
7 - Em se tratando de ludicidade, você pretende buscar uma melhor capacitação além da graduação?	46	3
8 - Lembrando da sua educação infantil, você foi estimulado a usar atividades lúdicas?	33	16
9 - Nos dias de hoje, você ainda utiliza a ludicidade?	33	16

FONTE: As autoras (2014)

Ao analisar os dados coletados sobre a formação do professor contemporâneo e sua prática pedagógica – uso da ludicidade na educação infantil, percebe-se que os alunos têm conhecimento sobre o assunto, porém essa ferramenta é pouco utilizada no uso diário da sua prática pedagógica.

CONCLUSÕES

Por meio desta pesquisa e seus resultados obtidos, pode-se concluir que, para realizar o cuidar e educar na Educação Infantil para o desenvolvimento e formação de indivíduos, faz-se necessária uma formação adequada ao profissional que atuará nessa área.

De acordo com a percepção dos acadêmicos participantes, foi possível analisar a importância da formação inicial acadêmica, as relações com a experiência de vida desses acadêmicos e o desenvolvimento da formação continuada para uma boa prática.

Novas reformulações com relação aos conteúdos das grades curriculares disponibilizadas nos cursos de formação de professores devem ser adicionadas e desenvolvidas. Atividades bem elaboradas, planejadas e aplicadas com objetivos sérios promovem hábitos saudáveis e propiciam qualidade de vida à criança em desenvolvimento. Novos estudos devem ser realizados para maximização de resultados na formação inicial do pedagogo, no que se refere ao uso da ludicidade.

REFERÊNCIAS

BIBIANO, B. Por que brincar é importante para as crianças pequenas? **Revista Nova Escola**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/4-a-6-anos/brincar-importante-criancas-pequenas-612994.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 15 de Maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2014.

BRINCAR. **Que Conceito**: seu novo conceito em dicionário. (2014). Disponível em: <<http://queconceito.com.br/brincar>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

BROUGÈRE, G. Ninguém nasce sabendo brincar, é preciso aprender. **Revista Nova Escola**, São Paulo, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/desenvolvimento-e-aprendizagem/entrevista-gilles-brougere-sobre-aprendizado-brincar>>. Acesso em: 02 maio 2013.

PATURY, F. M.; CARDOSO, M. C. Ludicidade na formação profissional do professor: um olhar atento. In: SEMANA DE PEDAGOGIA DA UESB, 5., 2012, Jequié, BA. **Anais...** Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/semanapedagogia/anais/48CO.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

COSTA, V. G. A formação dos formadores de professores de matemática e a ludicidade. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29., 2006, Caxambu. **Anais...** 2006. Disponível em: <http://www.ufrj.br/emanped/paginas/conteudo_producoes/docs_29/formacao.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2014.

DALLABONA, S. R. **O lúdico na educação infantil**: jogar, brincar, uma forma de educar. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev04-16.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2014.

FAE Centro Universitário. **Ementa Curso de Pedagogia**. Disponível em: <<http://www.fae.edu/apps/portaaluno2/notashistoric>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

FERRAZ, M. H.; FUSARI, M. **Metodologia do ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 1993.

FORTUNA, T. Brincar é aprender a brincadeira e a escola: **Revista da Província Marista do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 7, n. 31, p. 20-21, maio/ago., 2007.

_____. Por uma brinquedoteca “suficientemente boa”: Alguns valores para que as brinquedotecas da América Latina nos encontrem no futuro. In: OLIVEIRA, V. B. de (Org.).

Brinquedoteca: uma visão internacional. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 162-182.

FORTUNA, T. R.; OLIVEIRA, V. B.; SOLÉ, M. B. **Brincar com o outro**: caminho de saúde e bem-estar. Petrópolis: Vozes, 2010.

FRIEDMANN, A. **O desenvolvimento da criança através do brincar**. São Paulo: Moderna, 2006.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2006.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIMENES, B. P.; TEIXEIRA, S. R. de O. **Brinquedoteca**: manual em educação e saúde. São Paulo: Cortez, 2011.
- LOPES, P. **Significado da brincadeira**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/psicologia/significado-brincadeira.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- MATOS, M. M. O lúdico na formação do educador: contribuições na educação infantil. **Cairu em Revista**, Salvador: Fundação Visconde de Cairu, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2013_1/09_LUD_FOR_EDU_133_142.pdf>. Acesso em: 18 maio 2014.
- MAURÍCIO, J. T. **Aprender brincando**: o lúdico na aprendizagem. 2013. Disponível em: <<http://www.profala.com/arteducesp140.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2014.
- OLIVEIRA, V. B. de (Org.). **Brinquedoteca**: uma visão internacional. Petrópolis: Vozes, 2011.
- PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade, teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2010.
- RAMALHO, M. T. de B. **A brinquedoteca e o desenvolvimento infantil**. Florianópolis, 2000. 140f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2000.
- ROEDER, S. Z. **Brinquedoteca universitária**: processo de formação do pedagogo e contribuição para a prática pedagógica. Curitiba, 2007. 179f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. 2007.
- SALIBA, E. B. **Importância do brincar na educação infantil**. 2012. Disponível em: <http://ceianaperezdasilva.blogspot.com.br/2012/12/artigo-cientifico-importancia-do-brincar_3.html>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- SCHREINER, E. **Jean Piaget e os tipos de conhecimento**. Disponível em: <http://www.ehow.com.br/jean-piaget-tipos-conhecimento-lista_14838/>. Acesso em: 05 abr. 2014.
- SILVA, C. Y. P. da. **O professor e sua identidade profissional**: a formação continuada em questão. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/pedagogia/o-professor-sua-identidade-profissional-formacao-continuada-.htm>>. Acesso em: 19 maio 2014.
- VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 13 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

A INTERVENÇÃO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Thais de Sá Nunes¹
Karlo Messa Vettorazzi²

INTRODUÇÃO

Há muito tempo fala-se da necessidade de se proteger os seres humanos, mas até a Segunda Guerra Mundial os direitos humanos eram assunto interno dos Estados. E foi após o século XX, com o crescimento das cidades e seus problemas, que esse assunto se tornou presente nas discussões no âmbito internacional. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), os Estados-partes passaram a se comprometer com a proteção e salvaguarda dos direitos humanos para todos, sem distinção de sexo, raça, língua ou religião. O marco histórico da consolidação desses direitos foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a qual previa proteção de forma universal. Em razão desse processo de universalização dos direitos humanos, houve a formação de sistemas de proteção (global e regionais) voltados à garantia destes direitos, os quais são meios de proteção internacional utilizados pelas pessoas que tem seus direitos humanos violados e não tem uma resposta do seu Estado.

Elucida-se, ainda, a atual situação do sistema prisional brasileiro, em razão das condições em que vivem os detentos, as quais violam drasticamente seus direitos enquanto seres humanos. E que, mesmo após determinações internacionais, continuam iguais.

¹ Aluna do 4º ano do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: thaisnunes0@gmail.com.

² Mestre em Direito Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Coordenador do Curso de Direito e Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: karlo.vettorazzi@fae.edu.

Diante deste cenário, se questiona-se como esses sistemas de proteção dos direitos humanos podem influenciar na criação de medidas de proteção nacional e como as denúncias em relação ao sistema prisional brasileiro podem levar a um ambiente carcerário decente e sem violações aos direitos dos detentos.

Portanto, este artigo tem como objetivo estudar como se dá o sistema internacional de proteção aos direitos humanos e seus resultados, especificamente como meio de cooperação jurisdicional internacional.

1 OBJETIVOS

O objetivo geral deste projeto foi estudar como se dá o sistema internacional de proteção aos direitos humanos e seus resultados, especificamente como meio de cooperação jurisdicional internacional.

Ademais, vise-se demonstrar que esse sistema internacional de proteção atua quando as pessoas têm seus direitos violados e não são protegidas por seu Estado.

- a) Identificar brevemente o processo de universalização dos direitos humanos e como se deu a proteção desses direitos no Brasil.
- b) Estudar a composição do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos.
- c) Analisar a intervenção dos organismos internacionais na criação da Lei Maria da Penha.
- d) Identificar possíveis resultados dessas intervenções, especialmente no sistema prisional brasileiro.

2 METODOLOGIA

Visando ao cumprimento dos objetivos propostos foi realizado um estudo empírico do tipo exploratório, permeado de uma investigação de pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica serviu de base para a compreensão do desenvolvimento da fundamentação teórico-metodológica do estudo, utilizando-se basicamente livros sobre Direito Internacional Público, Direitos Humanos Internacionais, Tratados e Justiça Internacional, entre outros doutrinadores.

Além disso, foram utilizadas notícias veiculadas pelo Ministério da Justiça, relatórios de ONGs, da Comissão Interamericana, entre outros, disponíveis em *sites*.

A pesquisa se propôs a possibilitar a busca por preposições adequadas aos casos concretos que possibilitem a investigação do sistema internacional de proteção aos direitos humanos e atual situação do sistema prisional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os direitos humanos passaram a ser discutidos de maneira mais enfática após a Segunda Guerra Mundial³, em razão da queda dos sistemas totalitários, do crescimento das cidades e do aumento das relações interpessoais. Para alguns autores, como Norberto Bobbio (2004) e Flavia Piovesan (2008), foi com a Declaração de 1948 que houve a afirmação dos direitos de forma universal e positiva, consagrando a universalização dos direitos humanos.

No Brasil, foi a Constituição de 1988 que trouxe as garantias fundamentais e proteção aos direitos humanos como nunca visto, introduzindo inovações significativas no âmbito das relações internacionais. Com ela, como ensina Piovesan (2008, p. 24), houve “um avanço na consolidação legislativa das garantias e direitos fundamentais e na proteção de setores vulneráveis da sociedade brasileira”.

Em função dessa preocupação internacional de proteção aos direitos humanos, criaram-se sistemas de proteção os quais visam sua proteção no âmbito mundial. A fim de dar efetividade a essa proteção são elaborados os tratados internacionais que, nas palavras de Flávia Piovesan (2008, p.43), “[...] enquanto acordos internacionais juridicamente obrigatórios e vinculantes (*pacta sunt servanda*) constituem hoje a principal fonte de obrigação do Direito Internacional”. Logo, quando os Estados aderem algum tratado, pacto ou convenção internacional, se comprometem a agir de acordo com as regras deste.

Esses sistemas contam com a atuação da Organização das Nações Unidas, no âmbito mundial e nos sistemas regionais. O sistema interamericano é um sistema regional de proteção no âmbito das Américas que tem por base, entre outros, a Declaração Universal de 1948 (documento comum a todos os Estados-membros da ONU), a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica), a Carta da OEA, bem como a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948. Conta, ainda, com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a qual promove,

³ Nesse sentido: Sidney Guerra (2005) e Flávia Piovesan (2008).

supervisiona e protege os direitos humanos no continente americano e com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que julga se o Estado é ou não responsável pelas violações à Convenção e aplica sanções.

No cenário atual brasileiro, denotam-se as constantes e claras violações aos direitos humanos no âmbito do sistema carcerário. Em junho de 2014, o Conselho Nacional de Justiça divulgou os resultados de sua pesquisa, na qual se constatou um *déficit* de 358 mil vagas nas prisões pelo Brasil. E é por causa desses números absurdos que existem as denúncias aos organismos internacionais.

O caso mais recente é do Complexo de Pedrinhas, no Estado do Maranhão, que já foi objeto da ação civil pública nº 3594-07.2001.8.10.0001, ajuizada pelo Ministério Público, bem como da Medida Cautelar nº 367/2013 da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. Entretanto, apesar das “sanções” o Estado se mantém inerte, continuando as violações aos direitos humanos dos presos e frequentes mortes de presidiários no Complexo.

Portanto, apesar de existirem meios de salvaguardar os direitos humanos de todos, inclusive dos presos, às vezes não há efetividade das decisões e medidas, ficando a vítima sem uma resposta.

CONCLUSÕES

Como visto, o Brasil ratificou tratados internacionais, pelos quais se comprometeu a proteger os direitos humanos de forma universal. Ademais, há previsão na nossa Constituição de proteção aos direitos humanos. Sendo assim, a busca da proteção internacional, em razão da falha do Estado, não poderia ser algo comum e frequente, visto que é que o próprio Estado deveria promover a proteção destes direitos, respeitando suas leis nacionais e os tratados internacionais. Entretanto, não é o que se vê na realidade.

Por causa disso, para que essa proteção realmente aconteça, os órgãos de cooperação jurisdicional internacional foram criados e atuam quando os Estados não conseguem proteger sua população. Reafirma-se, então, a importância desses organismos, pois é por meio deles que muitas vezes as vítimas têm seus direitos garantidos ou reparados.

Ocorre que, em que pese a atuação desses organismos, às vezes não há efetividade em suas determinações, pois falta coercibilidade nas medidas. Dessa forma, a fim de se buscar uma tutela jurisdicional efetiva, deveria se pensar em outras soluções para a proteção dos direitos.

Entende-se, assim, que enquanto não houver um maior comprometimento dos Estados, ou não responderem de maneira mais severa aos possíveis danos oriundos da violação dos direitos humanos, talvez continue a não dar a devida importância às decisões da OEA e, por consequência, o cenário do atual sistema penitenciário brasileiro continuará o mesmo.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil**. Disponível em: <www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas_presas_no_brasil_final.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2014.

_____. Decreto n. 7.030, de 14 de dezembro de 2009. **Promulga a Convenção de Viena sobre o direito dos tratados**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7030.htm. Acesso em: 17 maio 2014.

_____. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório estatístico analítico do sistema prisional brasileiro de 2012**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=¶ms=itemID=%7BD82B764A-E854-4DC2-A018-450D0D1009C7%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em: 17 maio 2014.

_____. Ministério da Justiça. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Disponível em: <portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 17 maio 2014.

_____. Portal Brasil. **Direitos Humanos divulga nota sobre presídio de pedrinhas**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/01/direitos-humanos-divulga-nota-sobre-presidio-de-pedrinhas>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

_____. _____. **Maria da Penha**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/maria-da-penha-1>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contras-mulheres/lei-maria-da-penha/breve-historico>>. Acesso em 6 de mar. 2014.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Ação Civil Pública nº 23181/2011. Sentença Condenatória a Obrigações de Fazer. MM. Manoel Matos de Araújo Chaves. Data de Julgamento 23/01/2014, Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

CAMPOS, D. A.; TÁVORA, F. **Direito internacional: público, privado e comercial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional**. Coimbra: Almedina, 1996.

COELHO, R. M. G. **Proteção internacional dos direitos humanos: a Corte Interamericana e a implementação de suas sentenças no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/t.Estatuto.CIDH.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

_____. **Relatório anual 2000, nº 54/01**. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/299_Relat%20n.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2014.

CORREIA, T. R. C. **Corte Interamericana de direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2008.

DIAS, M. B. **A Lei Maria da Penha na justiça**: a efetividade da Lei 11340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GUERRA, S. C. S. **Direito internacional público**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial de Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.hrw.org/sites/default/files/wr2014_web_0.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2014.

MACÁRIO, L.; POPOV, D. Brasil tem 4ª maior população carcerária do mundo. Entrevista com o Juiz Losekann. BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em: <www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/COM-A-PALAVRA/439520-BRASIL-TEM-4-MAIOR-POPULACAO-CARCERARIA-DO-MUNDO.-CO-NFIRA-ENTREVISTA-COM-O-JUIZ-LOSEKANN.html>. Acesso em: 17 maio 2014.

MELLO, C. D. A. **Curso de direito internacional público**. 13. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ONG INTERNACIONAL CONECTAS. **Intervenção em Pedrinhas**: 07/01/2014. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/12569-intervencao-em-pedrinhas>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

ONG JUSTIÇA GLOBAL. **Intervenção Federal no presídio de pedrinhas no Maranhão**. Rio de Janeiro, 10/01/2014. Disponível em: <<http://global.org.br/programas/justica-global-intervencao-federal-no-presidio-de-pedrinhas-no-maranhao/>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Carta da Organização dos Estados Americanos (A-41)**. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 9. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Medida Cautelar nº 367-13**. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/MC367-13-pt.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. **O que é a CIDH?** Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/que.asp>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo: Saraiva, 2006.

RAMOS, A. de C. **Pluralidade das ordens jurídicas**: a relação do direito brasileiro com o direito internacional. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. **Responsabilidade internacional por violação de direitos humanos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

RIBEIRO, M. V. **Coletânea de Tratados Internacionais de Direitos Humanos**. São Paulo, SP: Monte Cristo, 2011.

SOBE para sete o número de presos mortos no Complexo de Pedrinhas. G1 -Globo. São Luís, Maranhão em 15/04/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/04/sobe-para-sete-o-numero-de-presos-mortos-no-complexo-de-pedrinhas.html>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

TRINDADE, O. A. D. Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1997. v. 1.

FUNÇÃO SIMBÓLICA DO DIREITO PENAL E O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA

Daniel Rogério de Carvalho Veiga¹

Marion Bach²

INTRODUÇÃO

O poder punitivo estatal, em um Estado Democrático de Direito, não é ilimitado. A necessidade de atrelar a legitimidade do Direito Penal à sua utilização em casos específicos e extremos representou a semente do princípio da intervenção mínima.

Entretanto, se é verdade que para ser legítimo, o Direito Penal deve ser mínimo, também é verdade que o cenário social atual clama por um Direito Penal de urgência, muitas vezes utilizado como primeira e única opção. Isso ocorre em razão de a sociedade estar permeada por medo e insegurança, decorrentes de riscos reais, advindos de revoluções tecnológicas e científicas, principalmente, de riscos convenientemente criados por um discurso do medo.

Neste ponto se apontará como o Direito Penal desenvolve uma função meramente simbólica, de conveniência político-legislativa, dissociada de suas reais missões, no intuito precípua de apresentar respostas ao clamor social. Tal função é – ou pode ser, de alguma forma – legítima, face ao princípio da intervenção mínima? Para além da legitimidade, quais são as possíveis consequências trazidas por um Direito Penal simbólico?

¹ Aluno do 5º ano do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: danielrogerio@gmail.com.

² Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: marionbach@gmail.com.

1 OBJETIVOS

O objetivo do artigo científico consiste em analisar criticamente a compatibilidade do princípio da intervenção mínima com o uso simbólico do Direito Penal.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada no presente trabalho se consubstancia em pesquisa teórica – bibliográfica/doutrinária – com cunho exploratório.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O princípio da intervenção mínima, que se revela como diretriz ideológica de um Estado Democrático de Direito, se desdobra em duas vertentes: o princípio da fragmentariedade e o princípio da subsidiariedade.

A fragmentariedade exige que o Direito Penal escolha tutelar bens jurídicos que sejam significativos e essenciais ao desenvolvimento em sociedade, sendo que a tutela penal (destes bens jurídicos) deve ser reservada para situações que efetivamente perturbem o convívio social. A subsidiariedade, por sua vez, impõe que o Direito Penal atue em *ultima ratio*, ou seja, entre em cena somente quando outros meios formais ou informais fracassarem na proteção dos bens jurídicos.

A julgar pela existência dos princípios acima mencionados, é natural que se pense em um movimento de redução, de minimização do Direito Penal. A realidade, porém, aponta para o caminho oposto. Nota-se, muitas vezes, a utilização do Direito Penal não como *ultima*, mas como *prima ratio*; como instrumento preferencial de resolução de conflitos.

A razão do que foi exposto anteriormente parece guardar íntima ligação com o sentimento de medo e insegurança generalizados que permeiam a sociedade pós-moderna. Vem, em especial, de riscos “irreais” que, embora não encontrem correspondência na realidade, são efetivamente sentidos pela população. O cenário é de medo por toda a parte.

Há que se reconhecer, ademais, que o sentimento de medo é constantemente alimentado. O discurso sobre a existência de um sem fim de riscos é conveniente, em primeiro lugar, ao próprio Estado, que fundamenta a sua razão de existir e de exigir obediência por parte dos cidadãos na promessa de protegê-los das ameaças a sua

existência e segurança. Interessa, ainda, ao próprio mercado: é o que faz com que se contratem empresas de segurança privadas, que se comprem armamentos de grandes indústrias, que se adquira medicamentos preventivos. Por fim, a mídia alimenta e é alimentada pelo discurso do medo: o medo vende notícias.

Eis que se nota a semente de uma contradição cada vez mais aparente: um Direito Penal típico de Estado Democrático de Direito, permeado pelo princípio da intervenção mínima e que, portanto, só deve atuar em *ultima ratio* em uma sociedade amedrontada – não apenas pela existência de riscos reais, mas, principalmente, por ser vítima de um conveniente discurso de medo – implorando por (ou pelo sentimento de) segurança e acreditando que esta pode ser conquistada justamente por meio da utilização do Direito Penal.

Em outras palavras, o Direito Penal simbólico passa a ser encarado como o analgésico social: é um remédio barato – que não exige cuidado, mas apenas agilidade por parte do legislador – que aplaca sensivelmente as dores sociais. Não trata, é evidente, as origens reais do suposto incômodo. Mas o efeito, embora dissimulado, é imediato. E é o que a sociedade, insegura e amedrontada, espera.

CONCLUSÕES

O princípio da intervenção mínima é traço essencial do Direito Penal, quando se pensa em um Estado Democrático de Direito. Tal princípio pode ser entendido em duas vertentes: a fragmentariedade e a subsidiariedade.

Embora dogmaticamente tal princípio esteja calcificado é necessário reconhecer que a sociedade hodierna, por vezes, o põe em cheque. Parte da doutrina entende estarmos diante de uma sociedade chamada “de risco”, tendo em vista os avanços científicos e tecnológicos sem precedentes. Tais avanços, embora constituam incremento na qualidade de vida, acabam por gerar riscos incalculáveis e incontrolláveis – que refletem, conseqüentemente, no sentimento de insegurança social.

Além dos mencionados riscos – que podem ser entendidos como “reais” –, a sociedade está marcada por perigos “imaginários”. O terreno é fértil para os interessados – Estado, mercado, mídia – plantarem o discurso do medo e o terreno é também fértil para os destinatários – cidadãos – colherem o medo. Isso porque, como bem revela a obra de Zygmunt Bauman (1925), os cidadãos estão isolados, perdidos, sem perspectivas, sem laços afetivos reais.

O resultado é uma sociedade permeada pelo medo e pela insegurança uma sociedade que clama por segurança, assim como clama pelo resto: de modo imediato. Nasce, então, o Direito Penal simbólico. Este é caracterizado por se afastar de sua missão primordial de tutela de bens jurídicos e por atender a fins de conveniência política.

Resta evidenciado que o Direito Penal, quando passa a servir ao clamor social, se torna ilegítimo por violar o princípio da intervenção mínima. Sim, pois não tutela os bens jurídicos com dignidade penal: tutela os bens jurídicos que a sociedade clama no momento, sim, pois não é mais utilizado como *ultima ratio*, mas como primeira e única opção.

O Direito Penal simbólico, entretanto, não é apenas ilegítimo. É também um instrumento a serviço do próprio discurso do medo. Leis que nascem tão somente para acalantar a sociedade são inoperáveis e inaplicáveis. Com isso, contribuem com o *déficit* de execução e com o descrédito no Estado e no próprio Direito Penal. Uma sociedade descrente do Estado e de seu poder punitivo é uma sociedade ainda mais insegura. É justamente o que a indústria do medo precisa.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, N. **Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. **Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro**. 12. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- BATISTA, V. M. **O Medo na cidade do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008a.
- _____. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010.
- _____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- _____. Governados pelo medo. Entrevista concedida a Flávia Tavares. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2008b. Caderno Aliás, p. J4-5.
- _____. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008c.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- _____. **Tempo líquido**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008d.
- BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. 1764. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/delitosB.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2014.
- BECK, U. **La democracia y sus enemigos**: textos escogidos. Traducción de Daniel Romero Álvarez. Barcelona: Paidós Ibérica 2000.
- BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1.
- BUDÓ, M. de N. Mídia e teoria da pena: crítica à teoria da prevenção geral positiva para além da dogmática penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 21, n. 101, p. 389-426, mar./abr.2013.
- BUSATO, P. C. **Fundamentos do Direito Penal brasileiro**. 3. ed. Curitiba: Edição do Autor, 2012.
- CAVALCANTI, E. M. **Crime e sociedade complexa**: uma abordagem interdisciplinar sobre processo de criminalização. Campinas: LNZ, 2005.
- DECLARAÇÃO dos direitos do homem e do cidadão de 1789. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2014.
- FERNANDES, P. S. **Globalização, sociedade de risco e o futuro do Direito Penal**: panorâmica de alguns problemas comuns. Coimbra: Almedina, 2001.
- FERRAJOLI, L. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- _____. GARCÍA ARÁN, M. **Direito Penal**; parte general. 4. ed. Valência: Tirant lo Blanch, 2000.
- GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, A. **Sobre el principio de intervención mínima do derecho penal como límite do ius puniendi**. Estudios penales e jurídicos, homenaje al Prof. Enrique Casas Barquero, Córdoba, Córdoba: Editora Secretariado de Publicaciones Universitarias de Córdoba, 1996.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, A.; GOMES, L. F. **Direito Penal**: fundamentos e limites do Direito Penal. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GUIMARÃES, C. A. G.; REGO, D. U. Funções dogmáticas e legitimidade dos tipos penais na sociedade de risco. **Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais**, São Paulo, v. 9, p. 182-201, jul./dez. 2008.

GUIMARÃES, I. S. Intervenção mínima para um Direito Penal eficaz. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 91, n. 800, p. 439-499, jun. 2002

HASSEMER, W. A preservação do ambiente através do Direito Penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 6, n. 22, p. 26-35, abr./jun. 1998.

HASSEMER, W. ; MUÑOZ CONDE, F. **Introdução à criminologia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MONTESQUIEU, C. de S. B. de. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MUÑOZ CONDE, F. **Introducción a la criminología**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2001.

NAVARRO. S. S. La influencia de los medios en la percepción social de la delincuencia. In: WERMUTH. M. Â. D. **Medo e Direito Penal**: reflexos da expansão punitiva na realidade brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

PACHECO, M. R. O princípio da intervenção mínima e princípios correlatos: reconhecimento jurisprudencial. In: HIROSE, T.; BALTAZAR JUNIOR, J. P. (Coord.). **Curso modular de Direito Penal**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010. p. 135-153.

QUEIROZ, P. **Direito Penal**: parte geral. 5. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

REALE JUNIOR, M. **Instituições de Direito Penal**: parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

ROXIN, C. **Derecho penal parte general**: fundamentos la estructura de la teoría del delito. Tomo I. Madrid: Thomsom Civitas, 1997.

SILVA SÁNCHEZ, J. M. Aproximación al derecho penal contemporáneo. In: BUSATO, P. C. **Fundamentos do Direito Penal brasileiro**. 3. ed. Curitiba: Paulo Cesar Busato, 2012.

_____. **A expansão do Direito Penal**: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2002.

WERMUTH. M. Â. D. **Medo e Direito Penal**: reflexos da expansão punitiva na realidade brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

YACOBUCCI, G. J. La transformación de la legalidad penal como desafío del nuevo siglo. **Los Desafios del derecho penal en el siglo XXI**. Lima: Ara, 2005.

IMPACTOS DA LEGISLAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE EM EMPRESAS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR

Amannda Montanarin¹
Amanda Sawaya Novak²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata dos impactos da legislação na construção de práticas de sustentabilidade em empresas de São José dos Pinhais/PR (SJP).

Isso se dá pela necessidade de mensuração do impacto do marco regulatório ambiental das práticas de sustentabilidade nas organizações integrantes do polo automotivo de SJP.

A sustentabilidade está atrelada, na visão de Freitas (2011) e outros estudiosos, num princípio constitucional e deve ser trabalhado pela sociedade atual contemporânea em seu sentido amplo. Diante disso, deu-se a necessidade da pesquisa para entender como tem funcionado essas questões sustentáveis dentro do município de São José dos Pinhais e de empresas que fazem parte do polo industrial automotivo.

¹ Aluna do 2º ano do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail:* amn.montanarin@gmail.com.

² Mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário. Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail:* amanda.novak@fae.edu.br.

1 OBJETIVOS

Realizar um levantamento da legislação vigente sobre sustentabilidade em sua dimensão urbana e seus impactos diretos e indiretos na gestão da sustentabilidade em empresas de São José dos Pinhais/PR.

Mapear a legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal que impacte diretamente na gestão da sustentabilidade em seu eixo urbano.

Verificar o grau de conhecimento, apropriação e aplicação por parte das empresas de diferentes portes sobre as condutas disciplinadas em lei nesta seara.

Identificar as políticas públicas existentes de incentivo às práticas sustentáveis concernentes ao meio ambiente urbano e identificar se as práticas de sustentabilidade implementadas pelas empresas são decorrentes dos preceitos legais ou de iniciativas próprias.

2 METODOLOGIA

Pesquisa descritiva para analisar como as empresas se relacionam com a questão da sustentabilidade.

Pesquisa documental e bibliográfica sobre legislação vigente, políticas públicas e doutrina sobre o assunto.

Estudo de caso com questionário estruturado, contendo perguntas fechadas e abertas para coleta de percepções e identificação das práticas das empresas.

Pesquisa de campo para identificação das políticas públicas existentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de São José dos Pinhais, em obediência ao Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001), possui competência para regular a atuação das empresas do polo automotivo localizadas no município, de forma a controlar os impactos ambientais e sociais causados por elas. Contudo, não é o que se observou no presente estudo, uma vez que há certa deficiência do município nesse controle.

Resultados indicam que a empresa avaliada observa a legislação como forma de orientar suas políticas sustentáveis, no entanto, ante a ausência de fiscalização e incentivo por parte do órgão competente, a faz de iniciativa própria, indo além do previsto em lei. Entretanto, de acordo com Santos (2007), em estudo realizado com as empresas do polo automotivo da Região Metropolitana de Curitiba, 73,33% das empresas pesquisadas

apontaram o atendimento à legislação como a principal razão do investimento em sistemas de tratamento e descarte de resíduos.

Desta forma, sugere-se que as empresas têm como principal motivação o atendimento à legislação, contudo, há determinadas políticas adotadas que vão além da previsão legal, partindo de iniciativa própria destas.

CONCLUSÕES

Legislação, de modo a regular as práticas sustentáveis, existe em todos os âmbitos, desde a instituição da Constituição Federal em 1988, porém a fiscalização resta prejudicada ante o crescimento populacional elevado e a vinda de pessoas, em grande número, da área rural para a área urbana.

Contudo, nota-se uma preocupação das empresas na adoção de práticas de sustentabilidade, seja por uma questão de marketing da empresa, seja pela real preocupação com o futuro dos recursos naturais, ou ainda simplesmente para cumprir determinações legais, uma vez que não há incentivo, ou mesmo fiscalização por parte do município.

O fato é que o tema sustentabilidade tornou-se corriqueiro, sendo a base para o futuro de toda uma geração, mas ainda existem muitas dúvidas e pouco incentivo sobre ele. É inegável a necessidade da implantação de cada vez mais práticas sustentáveis, em todos os setores da sociedade. Contudo, a adaptação das indústrias de grande porte ao modo sustentável de agir é, sem dúvidas, um grande passo para esse objetivo futuro. Nota-se que é também vantajoso para elas, pois melhoram sua imagem no mercado, tornando-se empresas sustentáveis e servindo de referência para as demais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 nov. 2013.

_____. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial Federal da República Federativa [do] Brasil**, Brasília, 13 jul.de 2001.

CAVALIERI FILHO, S. **Programa de responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. São Paulo, 2001. 267f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.Geo.Uel.Br/Didatico/Claudio/Curitiba/Capasumario.Pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

FREITAS, J. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

GUEDES, A. L. A Instalação da Renault, Chrysler e Audi em Curitiba. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 137-151, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.rigs.ufba.br/pdfs/RIGS_v2_n1_art7.pdf> Acesso em: 09 mar. 2014.

MARQUES, C. L. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

POLÍTICA Nacional de Resíduos Sólidos. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

RENAULT. **O início de uma história de sucesso**. Disponível em: <http://www.renault.com.br/mais_renault/>. Acesso em: 03 mai. 2014.

SANTOS, S. E. dos. **A influência e a percepção do setor automotivo na sustentabilidade ambiental da região Metropolitana de Curitiba (RMC)**. Curitiba, 2007. 198f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – FAE Centro Universitário, Curitiba. 2007.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Lei Complementar nº 9, de 23 de Dezembro de 2004. Institui o Plano Diretor do Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. **Jornal São José dos Pinhais Metrópole**. São José dos Pinhais, n.827, 30 dez. 2004. Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/LC-09_2004.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2014.

_____. Prefeitura. **Lei Orgânica Municipal**. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica/saojosedospinhais-pr/3497>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. Prefeitura. **Secretaria de Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-meio-ambiente/>>. Acesso em: 15/04/2014.

SARMENTO, D. **Direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SILVA, C. L. da (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico, integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes 2006.

SWU. **Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.swu.com.br/movimento-swu/o-que-e-sustentabilidade/>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

UNIETHOS. **Sustentabilidade no setor automotivo**. São Paulo, 2012. (Série de Estudos Setoriais). Disponível em: <http://www.siteuniethos.org.br/wp-content/uploads/2013/11/1_UNIETHOS_auto_bx.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2014.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford: Oxford University, 1987.

IMPACTOS DA LEGISLAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE EM EMPRESAS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR

Francielle Scheffer dos Santos¹

Amanda Sawaya Novak²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata dos impactos da legislação na construção de práticas de sustentabilidade em empresas de São José dos Pinhais/PR (SJP).

Isso se dá pela necessidade de mensuração do impacto do marco regulatório ambiental das práticas de sustentabilidade nas organizações integrantes do polo automotivo de SJP.

A sustentabilidade está atrelada, na visão de Juarez Freitas (2011), e outros estudiosos num princípio constitucional e deve ser trabalhado pela sociedade atual contemporânea em seu sentido amplo. Diante disso, deu-se a necessidade da pesquisa para entender como tem funcionado essas questões sustentáveis dentro do município de São José dos Pinhais e de empresas que fazem parte do polo industrial automotivo.

¹ Aluna do 2º ano do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: fran.scheffer@hotmail.com.

² Mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário. Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: amanda.novak@fae.edu.br.

1 OBJETIVOS

Realizar um levantamento da legislação vigente sobre sustentabilidade em sua dimensão ambiental e seus impactos diretos e indiretos na gestão da sustentabilidade em empresas de São José dos Pinhais/PR.

Mapear a legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal que impacte diretamente na gestão da sustentabilidade em seu eixo ambiental;

Verificar o grau de conhecimento, apropriação e aplicação por parte das empresas de diferentes portes sobre as condutas disciplinadas em lei nesta seara;

Identificar as políticas públicas existentes de incentivo às práticas sustentáveis concernentes ao meio ambiente urbano e identificar se as práticas de sustentabilidade implementadas pelas empresas são decorrentes dos preceitos legais ou de iniciativas próprias.

2 METODOLOGIA

Pesquisa descritiva: para analisar como as empresas se relacionam com a questão da sustentabilidade.

Pesquisa documental e bibliográfica sobre legislação vigente, políticas públicas e doutrina sobre o assunto.

Estudo de caso com questionário estruturado, contendo perguntas fechadas e abertas para coleta de percepções e identificação das práticas das empresas.

Pesquisa de campo para identificação das políticas públicas existentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Prefeitura de São José dos Pinhais e a empresa Renault mantêm políticas, projetos e estabelecem metas que buscam reduzir os impactos ambientais. A Prefeitura incentiva a troca de materiais recicláveis por plantas e realiza a recuperação ambiental e paisagística da bacia do Rio Iguaçu. A Renault do Brasil possui logística reversa, reciclagem e reaproveitamento de materiais utilizados na fabricação de seus produtos. Os veículos já estão sendo fabricados de maneira que emitam cada vez menos poluentes e tenham um desempenho cada vez maior.

CONCLUSÕES

A **sustentabilidade em seu eixo ambiental** passa a ter sua importância reconhecida por meio das leis com o poder legislativo de cada ente federativo.

Uma grande empresa como a Renault, ao ser instalada em meados de 1996, no Município de São José dos Pinhais, passou por vários processos de estudos de impactos ambientais, sociais e econômicos e prevaleceu o princípio econômico, que traria emprego e desenvolvimento econômico e social à população ao entorno. Logo, como uma forma de amenizar os impactos ambientais que certamente traria, foram criados projetos sustentáveis.

As legislações nas esferas federais, estaduais e municipais, outras normas e planos internos, foram feitas para manter seu serviço e produção de veículos de forma a causar um menor impacto ambiental.

A relação mais próxima da Renault e do Município com a comunidade desenvolve também a consciência dos cidadãos, estimulando todos a praticarem ações sustentáveis. Apesar disso, direito ambiental constitucional e desenvolvimento sustentável são ideias relativamente recentes nas discussões do governo e da comunidade, ou seja há muito a evoluir em termos de desenvolvimento sustentável.

As ações humanas precisam satisfazer hoje as necessidades, mas precisam de planejamento para não esgotar os recursos naturais, garantindo sua perpetuação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 nov. 2013.

_____. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. **Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011**. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp140.htm>. Acesso em: 03/02/2014.

CAVALIERI FILHO, S. **Programa de responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

FECOMERCIO. **Cartilha PNRS**. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/arquivos/arquivo/assuntos/cartilharesduosslidosc1dfd96e.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

FERREIRA, A. S.(Org.). **Coletânea de legislação ambiental do Paraná e legislação federal correlata**. Campinas: Millennium, 2012.

FREITAS, J. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

PARANÁ. Constituição (1989). **Constituição Estadual do Paraná**. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 19 maio 2014.

GUEDES, A. L. A Instalação da Renault, Chrysler e Audi em Curitiba. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 137-151, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.rigs.ufba.br/pdfs/RIGS_v2_n1_art7.pdf> Acesso em: 09 mar. 2014.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 6. ed. Petrópolis. Vozes, 2008.

LUTZENBERGER, J. **Manual de ecologia do jardim ao poder**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2004. v. 1.

RENAULT. MEIO Ambiente. Disponível em: <http://www.renault.com.br/mais_renault/meio-ambiente/>. Acesso em: 15 maio 2014.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura. **Lei Orgânica Municipal**. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica/saojosedospinhais-pr/3497>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. **Secretaria de Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-meio-ambiente/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

SARMENTO, D. **Direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SILVA, C. L. da (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico, integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, J. A. **Curso de Direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2006.

SM. Resíduos sólidos. Descarte depende da sua loja. Disponível em: <<http://www.sm.com.br/Editorias/Gestao/Residuos-solidos.-Descarte-depende-da-sua-loja-14884.html>>. Acesso em: 20 set. 2013.

SWU: **Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.swu.com.br/movimento-swu/o-que-e-sustentabilidade/>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford England: Oxford University, 1987.

AUTOESTIMA EM PORTADORES DE HANSENÍASE E DIABETES: VARIÁVEIS DAS ESCALAS SALSA E PARTICIPAÇÃO COM O APOIO DAS REDES *BAYESIANAS*

Aline Lago Takahara¹
Dennys Robson Girardi²

INTRODUÇÃO

A hanseníase e a diabetes *mellitus* são doenças que lidam diretamente com a autoestima de seus portadores. A identificação das diversas fontes da baixa autoestima tem como objetivo compreender as dificuldades da vida social do indivíduo, e principalmente, a vida como ele a percebe. As Redes Bayesianas possibilitam elaborar, com maior precisão, a análise dos dados que se correlacionam, para identificar variáveis que possibilitem uma comparação entre as respectivas doenças.

¹ Aluna do 3º ano do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail:* lioraline@gmail.com.

² Mestre em Tecnologia em Saúde pela Pontifícia Universidade Católica (PUCPR). Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail:* dennys.girardi@live.com.

1 OBJETIVOS

O presente estudo tem por objetivo desenvolver Redes Bayesianas para analisar dados referentes à participação social e a limitação de atividades em pessoas atingidas por hanseníase e por diabetes e correlacioná-las no intuito de compreender o desenvolvimento da autoestima.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em 6 etapas, sendo elas: 1. levantamento bibliográfico; 2. estudo das escalas; 3. seleção das variáveis; 4. desenvolvimento das redes; 5. análise das redes; 6. discussão dos resultados.

A partir do banco de dados fornecidos pela USP, foi possível elaborar as Redes Bayesianas que serviram de instrumento estatístico, gerando dados probabilísticos para a análise da pesquisa. Para a elaboração dos bancos de dados fornecidos, foram utilizados os questionários das Escalas SALSA e de Participação, nos quais foram entrevistados 304 indivíduos com cura e alta de hanseníase posterior a 2006, e 79 pacientes portadores de diabetes *mellitus* tipo 2 com idade de início da doença superior a 30 anos.

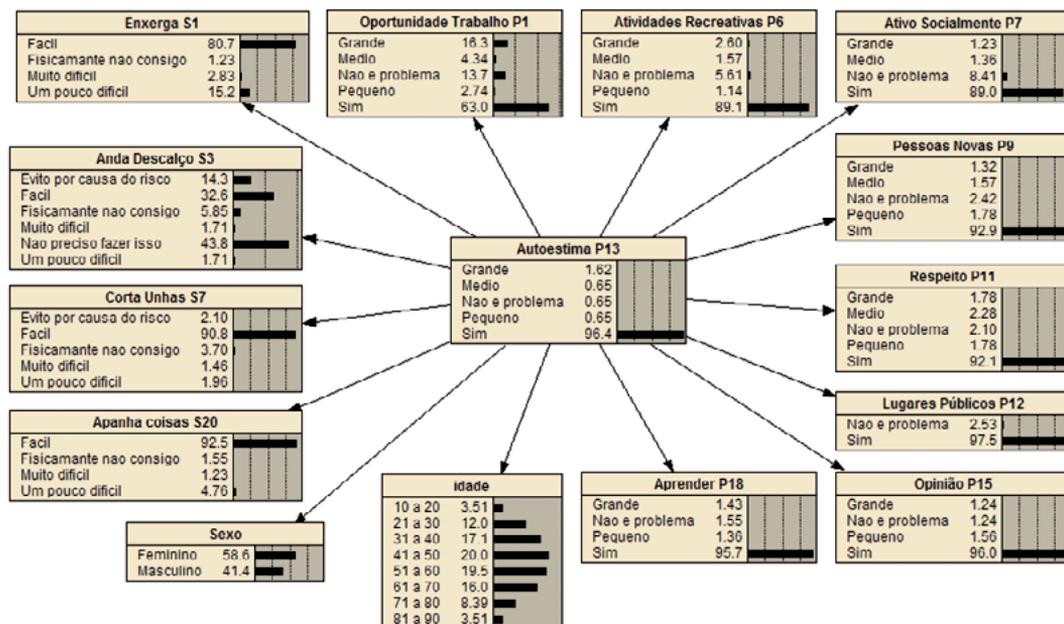
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da elaboração e análise das Redes Bayesianas com os dados de Hanseníase e Diabetes, foi possível associar a variável autoestima às variáveis sexo, pessoas novas e opinião. As correlações nos apresentaram resultados novos e com isso, nossa discussão pôde receber suporte teórico a partir de outros artigos já escritos sobre os assuntos abordados e suporte estatístico, **baseado nas Redes Bayesianas**.

3.1 HANSENÍASE

Para a análise dos dados, foram elaboradas Redes Bayesianas com base nos dados fornecidos sobre Hanseníase, em que as correlações foram feitas a partir das variáveis *autoestima P13*, *sexo*, *pessoas novas P9* e *opinião P15*.

FIGURA 1 – Rede Bayesiana dos dados gerais de Hanseníase



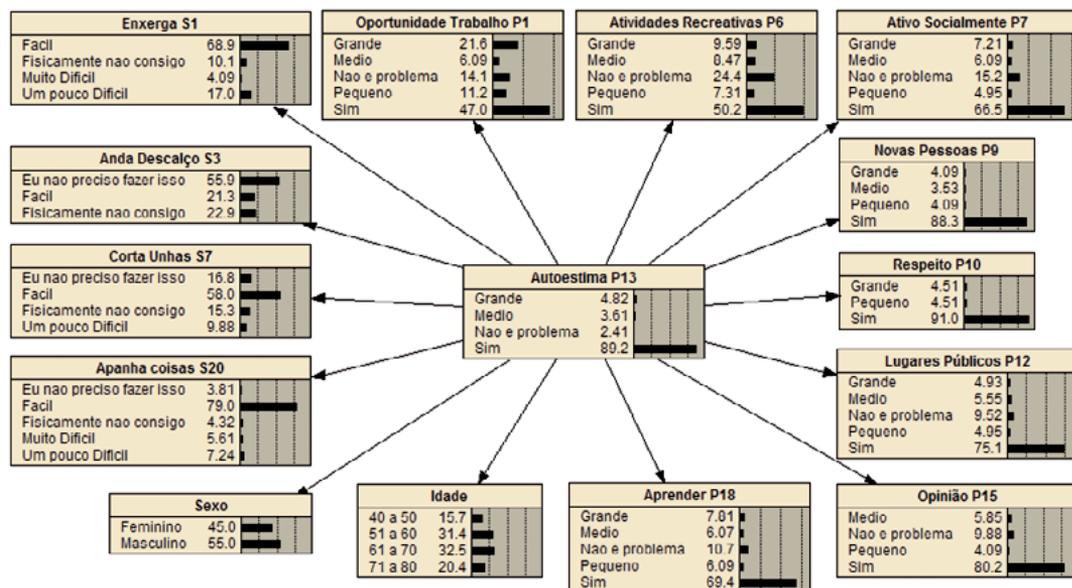
FONTE: Os autores (2014)

A correlação entre as variáveis *sexo*, *pessoas novas P9*, *opinião P15* e *autoestima P13*, nas redes da hanseníase indicaram uma diferença significativa no resultado da autoestima entre mulheres e homens. O resultado dessa correlação mostrou que os indivíduos do sexo feminino que afirmam terem suas opiniões aceitas nas discussões familiares, mas possuem grande dificuldade em encontrar pessoas novas, têm 75,9% de probabilidade de a autoestima ser alta. Já para o mesmo caso, considerando que os indivíduos sejam do sexo masculino, a autoestima fica em 51,7%, sendo que 30,7% dos homens se mostram com grande dificuldade nesse quadro.

3.2 DIABETES

As Redes Bayesianas com os dados de Diabetes foram, assim como a de Hanseníase, construídas com as variáveis *autoestima P13*, *sexo*, *pessoas novas P9* e *opinião P15*, de acordo com a FIG. 2.

FIGURA 2 – Rede Bayesiana dos dados gerais de Diabetes



FONTE: Os autores (2014)

A correlação entre as variáveis *sexo*, *peessoas novas P9*, *opinião P15* e *autoestima P13* nas redes de diabetes indicam que a diferença do conceito de autoestima não é significativa. No caso de os indivíduos serem do sexo feminino, terem suas opiniões aceitas nas discussões familiares, mas possuem grande dificuldade em encontrar pessoas novas, a autoestima chega a 71,7%, sendo os indivíduos do sexo masculino, na mesma ocasião dos dados selecionados, a autoestima fica em uma porcentagem de 71%.

Ao analisar as redes gerais de hanseníase e diabetes *mellitus*, pode-se observar uma diferença de 7,2% entre os dois resultados, em que a primeira representa 96,4% de boa autoestima e a segunda 89,2%. Porém, a maior diferença encontrada não é relacionada aos portadores das respectivas doenças, e sim ao sexo.

Ao selecionar a variável *sexo*, juntamente com as variáveis *opinião P15* e *peessoas novas P9*, observa-se que as mulheres fazem com que haja um aumento da probabilidade de autoestima, enquanto que os homens diminuem essa chance. Embora seja necessário considerar que para ambos os sexos as doenças afetam diretamente o emocional, atingindo assim a autoestima.

A pesquisa de Oliveira e Romaneli (1998) corrobora com os resultados no que diz respeito à hanseníase, em que os casos estudados representam uma diferença significativa, ainda que o estudo mostre de formas diferentes a autoestima dos gêneros. Os autores consideram os fatores sociocultural, fisiológico, anatômico, familiar e financeiro, e apontam as representações de cada contexto para cada gênero. Eles afirmam que

para os homens o desapontamento parte da ameaça da sua virilidade, desencadeando agressividade, medo, desconfiança, rejeição à medicação, acusando as mulheres pelo fracasso, aparentemente assumindo menos a doença do que as mulheres. Já as mulheres mostram-se mais preocupadas com a aparência física, mais culpadas, punitivas, com autoestima alterada, revelando atitudes mais preconceituosas, insatisfeitas, com medo de perderem seu espaço dentro da família por abandono e rejeição, conseqüentemente submetendo-se às exigências do meio em que estão inseridas. Apesar disto, as mulheres continuam a trabalhar, tanto dentro de casa como fora.

CONCLUSÕES

Para uma melhor interferência na funcionalidade da autoestima do paciente, é importante conhecer os diversos fatores que levam a uma decadência em sua recuperação.

Por meio das Redes Bayesianas foi possível identificar que a autoestima está intimamente relacionada às limitações que o paciente encontra nas respectivas doenças. Podemos concluir que quanto maior o nível de dificuldades que ele encontra, menor sua autoestima, originando uma correlação negativa, em que é possível identificar uma correlação existente e o aumento de uma variável implica na diminuição da outra.

O que mais chamou atenção nos resultados foi a diferença das respostas entre homens e mulheres, os homens apresentaram autoestima mais baixa que as mulheres, em todas as situações.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. **Standards of medical care in diabetes**, 2011. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3006050/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- ARAÚJO, M. G. Hanseníase no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 36, n. 3, p. 373-382, 2003.
- ATALLAH, A. N. **Medicina baseada em evidências: o elo entre a boa ciência e a boa prática**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 1997.
- BARBOSA, J. C. **Pós-alta em hanseníase no Ceará**: limitação da atividade funcional, consciência de risco e participação social. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.
- _____. **Pós-alta em Hanseníase no Ceará**: olhares sobre políticas, rede de atenção à saúde, limitação funcional, de atividades e participação social das pessoas atingidas. 2009. 203f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Caderno de atenção básica à diabetes mellitus**, Brasília, n. 16, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diabetes_mellitus.PDF>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- _____. **Manual de prevenção de incapacidades**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_prevencao_incapacidades.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- BUDEL, A. R. et al. **Perfil dos pacientes acometidos pela hanseníase atendidos no Ambulatório de Dermatologia do Hospital Evangélico de Curitiba**. Curitiba: FEPAR, 2011.
- COHEN, J. M. **Hanseníase ocular: uma abordagem histórica**. Manaus: Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- FENLEY, J. C. et al. **Limitação de atividades e participação social em pacientes com diabetes**. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://www.actafisiologica.org.br/detalhe_artigo.asp?id=117>. Acesso em: 03 abr. 2014
- FREIRE, T.; TAVARES D. **Influência da autoestima, da regulação emocional e do gênero no bem-estar subjetivo e psicológico de adolescentes**. Braga: Escola de Psicologia da Universidade do Minho, 2010.
- GIRARDI, D. R. **SADHANS: Sistema de apoio à prevenção – Identificação do desenvolvimento de incapacidades no pós-alta de hanseníase**. 2011. 123f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Saúde) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.
- HELENE, L. M. F. **Identificação de alguns problemas psicossociais em portadores de hanseníase utilizando para a análise os recursos da informática**. São Paulo: USP, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62341998000300003&lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- LASA, A. M. **Medicopedia: dicionário interativo**. Disponível em: <<http://www.portalesmedicos.com/diccionariomedico/index.php/Hipoestesia>>. Acesso em: 18 maio 2014.

LOPES, A. A. Medicina baseada em evidências: a arte de aplicar o conhecimento científico na prática clínica. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 285-288, jul. 2000.

LOUREIRO, B. et al. **Sistema de apoio à decisão**. 2007. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/sistema-de-apoio-a-decisao/6201>>. Acesso em: 01 jun.2014

NARDI, S. M. T. et al. Limitação de atividades e participação social em pacientes com diabetes. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 14-18, 2009.

NOVATO, T. S.; GROSSI, S. A. A.; KIMURA, Miako. Qualidade de vida e autoestima de adolescentes com diabetes mellitus. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 562-567, 2008.

OLIVEIRA, J. E. P. et al. **Diabetes mellitus: clínica, diagnóstico e tratamento multidisciplinar**. São Paulo: Atheneu, 2006.

OLIVEIRA, M. H. P. **Os efeitos da hanseníase em homens e mulheres: um estudo de gênero**. USP: São Paulo, 1998.

_____. **Reações emocionais dos hansenianos portadores de deformidades físicas**. São Paulo: USP, 1990.

PORCIÚNCULA, M. V. P. et al. Análise de fatores associados à ulceração de extremidades em indivíduos diabéticos com neuropatia periférica. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabolismo**, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 1134-1142. out. 2007.

SBICIGO, J. B. Escala de autoestima de Rosenberg (EAR): validade fatorial e consistência interna. **Psico-USF**, Bragança Paulista, SP, v. 15, n. 3, p. 395-403, dez. 2010.

DIABETES E HANSENÍASE: ESTÍGMA E CURA, ANÁLISE POR MEIO DE REDES BAYESIANAS

Maiqui Cristopher Melinski¹
Dennys Robson Girardi²

INTRODUÇÃO

Hanseníase e diabetes são doenças que causam neuropatias e, mesmo diferentes quanto ao seu agente etiológico, apresentam grandes semelhanças na evolução do quadro clínico. Diferentemente da diabetes, a hanseníase está vinculada ao estigma histórico-bíblico que influencia na percepção de si e nas relações com as pessoas atingidas.

Com base nas características das duas doenças, faz-se importante verificar os impactos do estigma para o planejamento de uma política de saúde pública mais humanizada, que considere o ser humano em suas várias esferas, como previsto pelo conceito de saúde idealizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (SCLiar, 2007).

¹ Aluno do 5º ano do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: mmelinski@gmail.com.

² Mestre em Tecnologia em Saúde pela Pontifícia Universidade Católica (PUCPR). Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: dennys.girardi@live.com.

1 OBJETIVOS

O objetivo geral do estudo é analisar os efeitos das doenças no cotidiano das pessoas agravadas, utilizando as escalas de Participação e Salsa para, posteriormente, relacioná-las com o uso da Inteligência Artificial (IA), por meio da técnica de Redes Bayesianas (RB).

2 METODOLOGIA

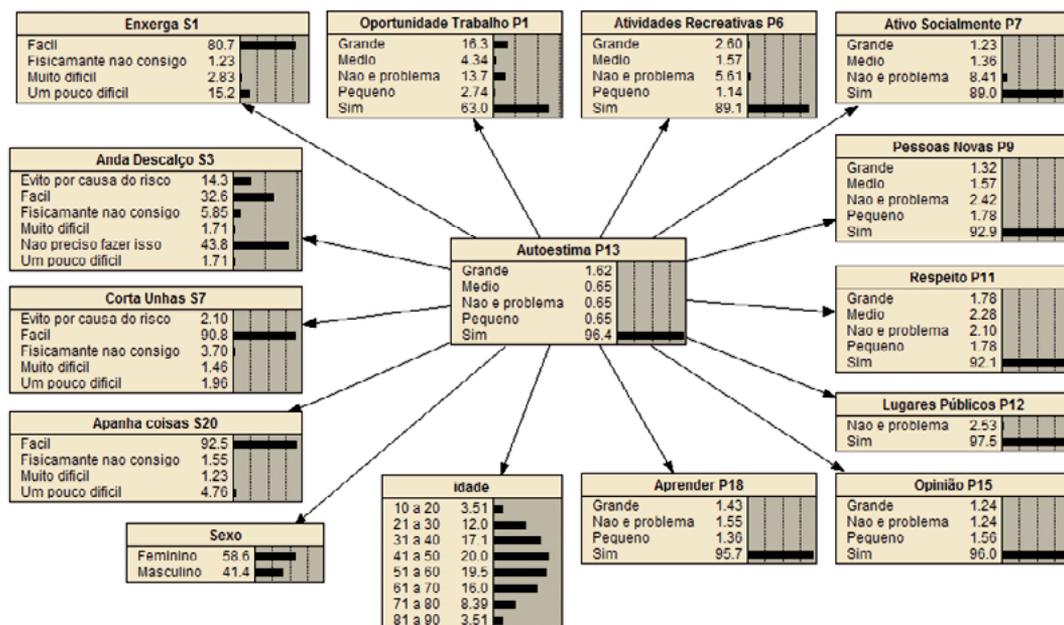
A pesquisa foi realizada em 5 etapas, sendo elas: 1) levantamento bibliográfico; 2) análise das escalas e seleção das variáveis; 3) construção das RB; 4) análise das RB; 5) discussão dos impactos do estigma e do conceito cura de doenças.

Foram utilizados bancos de dados de duas pesquisas já publicadas, fornecidos por seus responsáveis. O banco de hanseníase contou com as respostas de 304 pacientes com cura e alta posterior a 2006, dos quais dois foram desconsiderados por falta de respostas (BARBOSA, 2008). O banco de diabetes contou com 79 pacientes diagnosticados com o tipo 2, com idade de início da doença superior a 30 anos, dos quais um foi desconsiderado, pelo mesmo motivo do anterior (FENLEY et al., 2008).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

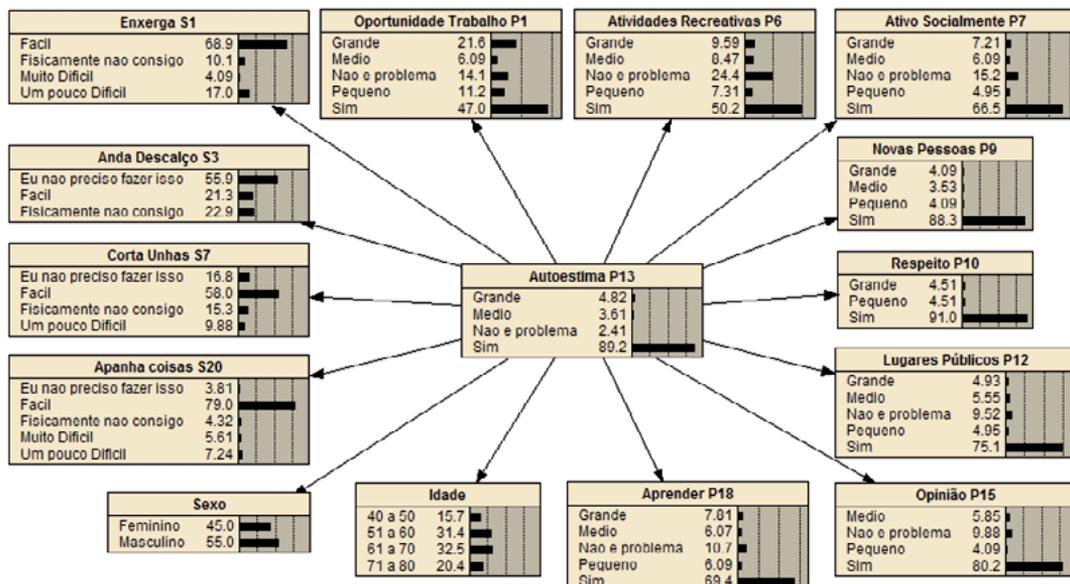
Nas FIGS. 1 e 2 são apresentadas as Redes Bayesianas desenvolvidas durante o estudo, elas identificam as correlações entre as limitações de atividades e a participação social dos pacientes de hanseníase e diabetes.

FIGURA 1 – Rede Bayesiana dos dados gerais de hanseníase



FONTE: Os autores (2014)

FIGURA 2 – Rede Bayesiana dos dados gerais de diabetes



FONTE: Os autores (2014)

A rede geral de hanseníase, levando em conta todas as variáveis, mostra uma probabilidade de 96,4% da autoestima não apresentar-se como problema, enquanto que para diabetes, o percentual cai para 89,2%. Quando consideradas apenas as

variáveis sobre conhecer pessoas novas (*novas pessoas P9*) e ter a opinião aceita pela família (*opinião P15*), identificou-se que pacientes de hanseníase com dificuldades nessas áreas apresentam probabilidade de apenas 3,75% de não apresentar problemas com a autoestima, enquanto que, para o caso de pacientes de diabetes, os resultados sobem para 18,6%.

Quando considerada a variável sexo, as chances de não apresentar problemas com autoestima para um paciente de diabetes do sexo masculino é de 16,31% enquanto que, se for do sexo feminino, a probabilidade sobe para 22,4%. No caso de pacientes de hanseníase, quando do sexo masculino, o paciente apresenta probabilidade de 2,31% de não apresentar problemas com autoestima, enquanto que no sexo feminino o resultado foi de 6,5%.

Após análise dos resultados, identificou-se que, quando relacionada a todas as variáveis, os resultados para problemas com autoestima são maiores para pacientes com diabetes do que para hanseníase. Porém, quando consideradas algumas variáveis isoladas, os resultados alternam-se, como no caso das variáveis *novas pessoas P9*, *opinião P15* e *sexo*.

Os resultados demonstram que limitações físicas podem afetar a percepção de independência, e por consequência, da autoestima, fazendo com que a pessoa se relegue a um posto subjetivo inferior. Por outro lado, a autoestima pode influenciar a visão do paciente sobre si, fazendo com que este se perceba mais limitado fisicamente do que realmente é.

A rede geral indica que a quantidade de pessoas que apresentam alguma limitação física é maior para pacientes com diabetes, mostrando a possibilidade de incapacidades influenciarem na autoestima. Porém não justifica os resultados inversos quando consideradas as outras variáveis, *novas pessoas P9* e *opinião P15*, em que hanseníase passou a apresentar resultados maiores para existência de problemas com autoestima, demonstrando importância do estigma. Embora a diabetes possua suas marcas estigmatizantes, é incontestável que as características históricas da hanseníase a colocam num lugar de destaque.

Além da diferença de resultados para as duas doenças, a diferença percentual entre homens e mulheres também chama atenção. Homens possuem maior probabilidade de apresentar problemas com autoestima, tanto em hanseníase quanto em diabetes, sendo que a probabilidade de não apresentar problemas é de apenas 2,31% e 6,5%, respectivamente. Para mulheres, as chances sobem para 16,31%, no caso da hanseníase e 22,4% para diabetes.

Em ambas as doenças, a adaptação a uma nova vida é importante. O tratamento, que compreende atenção à reinserção social já é amplamente utilizado com ex-usuários de drogas. Devido à necessidade de manter este sem recaídas, busca-se adaptá-lo a uma nova forma de vida (LIMA, 2013).

Tanto em DM como em MH seria importante desenvolver um trabalho semelhante à reinserção social, relacionado à interpretação do estigma, para que haja adaptação a ele e às limitações desenvolvidas, favorecendo a qualidade de vida e conquista de algo mais próximo de uma cura.

CONCLUSÕES

O estudo mostrou que tanto pessoas com MH quanto pessoas com DM apresentam prejuízos que vão além da limitação de atividade e que a percepção da doença impacta na qualidade de vida, distanciando a alta clínica da cura da doença. A valorização dos aspectos médico-biológicos, em detrimento dos sociopsicológicos, privilegia apenas a supressão da doença, cuja vantagem é dimensionar o sucesso do tratamento, enquanto pessoas continuam em sofrimento.

Desta forma surge a necessidade de ampliar a discussão de cura para além da alta médica, nos casos em que os pacientes desenvolveram alguma deformidade e possuem algum estigma, pois mesmo após o tratamento tem a necessidade de adaptar-se a este.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. G. Hanseníase no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. v. 36, n. 3, p. 373-382, maio/jun., 2003.
- BACARELLI, R. Avaliação motora na neuropatia. In: DUERKSEN F.; VIRMOND M. **Cirurgia reparadora e reabilitação em hanseníase**. Rio de Janeiro: Palavra & Ação, 1997. p. 85-93.
- BARBOSA, J. et al. Pós-alta em Hanseníase no Ceará: limitação da atividade funcional, consciência de risco e participação social. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 61, n. especial, p. 727-33, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 76.078, de 04 de agosto de 1975. Altera a denominação de órgão do Ministério da Saúde e da outras áreas providencias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 ago. 1975
- _____. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Inquérito domiciliar sobre comportamentos de risco e morbidade referida de doenças e agravos não transmissíveis: Brasil, 15 capitais e Distrito Federal**, 2002-2003. Rio de Janeiro: INCA, 2004.
- _____. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de prevenção de incapacidades**. 3. ed., rev. e ampl. Brasília, 2008.
- CARVALHO, L. F. et al. Duas abordagens numéricas utilizadas no tratamento da incerteza em um sistema de apoio ao diagnóstico médico. **Revista Médica do Hospital São Vicente de Paula**, Passo Fundo, v. 11, n. 26. p. 50-55, jan./jun. 2000.
- CORRIGAN, P. W.; WATSON A. C.; BARR, L. The self-stigma of mental illness: Implications for self-esteem and self-efficacy. **Journal of Social and Clinical Psychology**, v. 25, n. 8, p. 875-884, 2006.
- DUERKSEN, F.; VIRMOND, M. **Cirurgia reparadora e reabilitação em hanseníase**. Bauru: Centro de Estudos Dr. Reynaldo Quagliato, Instituto Lauro de Souza Lima, 1997.
- FENLEY, J. C. et al. Limitação de atividades e participação social em pacientes com diabetes. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 14-18, 2009.
- FERREIRA, C. L.; SANTOS, M. O. S.; MAIA, E. M. C. Resiliência em idosos atendidos na Rede de Atenção Básica de Saúde em município do nordeste brasileiro. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 328-34, 2012.
- GIRARDI, D. R. **Sadhans**: Sistema de apoio à prevenção-identificação do desenvolvimento de incapacidades no pós-alta de hanseníase. 2011. 125f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia em Saúde) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- JORGE, B. H. et al. Análise clínica e evolução de 70 casos de lesões podais infectadas em pacientes diabéticos. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, São Paulo, v. 43, n. 5, p. 366-372, out. 1999.
- KLIKSBERG, B. Seis Tesis no convencionales sobre participati6n. In: _____; TOMASSINI, L.

(Org.). **Capital social e cultura**: claves estratégicas para el desarrollo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

LINK, B. G.; PHELAN, J. C. Conceptualizing Stigma. **Annual review of sociology**, v. 27, p. 363-385, 2011.

LIVINGSTON, J. D.; BOYD, J. E. Correlates and consequences of internalized stigma for people living with mental illness: A systematic review and meta-analysis. **Social Science & Medicine**, v. 71, n.12, p. 2150-2161, 2010.

MELLAGI, A. G.; MONTEIRO, Y. N. O Imaginário religioso de pacientes de Hanseníase: um estudo comparativo entre ex-internos dos asilos de São Paulo e atuais portadores de Hanseníase. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 16, n. 2, p. 489-504, abr./jun. 2009.

NEUBERG, S. L.; SMITH, D. M.; ASHER, T. Why people stigmatize: toward a biocultural framework. In: HEATHERTON, T. F.; KLECK, M.R.; HULL, J.G. (Ed.) **The social psychology of stigma**. New York: The Guilford Press, 2003. p. 31-61.

PAIVA, G. J. Religião, enfrentamento e cura: perspectivas psicológicas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, n. 1, p 99-104, jan./mar. 2007.

PARTICIPATION SCALE – **Users Manual**. v.5.2. 2008. Disponível em: <http://www.ilep.org.uk/fileadmin/uploads/Documents/Infolep_Documents/Participation_Scale/Participation_Scale_Users_Manual_v._6.0.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2014.

PORCIÚNCULA, M. V. P. et al. Análise de fatores associados à ulceração de extremidades em indivíduos diabéticos com neuropatia periférica. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**. São Paulo v. 51, n. 7, p. 1.134-1.142, out. 2007.

QUEIROZ, M. S. **Representações sobre saúde e doença** - agentes de cura e pacientes no contexto do SUDS. Campinas: Unicamp, 1992.

SALSA COLLABORATIVE STUDY GROUP. The development of a short questionnaire for screening of activity limitation and safety awareness (SALSA) in clients affected by leprosy ou diabetes. **Disability and rehabilitation**, London, v. 29, n. 9, p. 689-700, may 2007.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. **Physis**: revista de saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007.

SILVEIRA, V. M. F. da, et al. Uma amostra de pacientes com diabetes tipo 1 no sul do Brasil. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 45, n. 5, p. 430-440, out. 2001.

SINANWEB. **Hanseníase**: casos confirmados notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan Net. Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

SHY ME. Peripheral neuropathies. In: GOLDMAN, L.; AUSIELLO, D. (Ed.). **Cecil Medicine**. 23th. ed. Philadelphia: Saunders Elsevier; 2007.

STREMEL, N. N. et al. Cidadãos asilados egressos do Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná: funcionalmente como estão? **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 25-38, 2009.

VERHAEGHE, M.; BRACKE, P.; BRUYNOOGHE, K. Stigmatization and self-esteem of persons in recovery from mental illness: the role of peer support. **International Journal of Social Psychiatry**, v. 54, n. 3, p. 206-218, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Disability and rehabilitation – WHO Action Plan 2006 – 2011**. 2012 Disponível em: <http://www.who.int/disabilities/publications/dar_action_plan_2006to2011.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2014.

_____. **Leprosy: global situation**. 2012. Disponível em: <<http://www.who.int/lep/situation/en/>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

WATSON, A. C. et al. Self-stigma in people with mental illness. **Schizophrenia Bulletin**, v. 33, n. 6, p. 1.312-1.318, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Classification of Functioning, disability and health**. (CIF) Geneva. 2001.

MÉTODO DE ANÁLISE DE USABILIDADE APLICADA EM BENS DE CONSUMO

Hermano Augusto de Oliveira Filho¹

Marco Antonio Régnier Pedroso²

INTRODUÇÃO

A todo momento empresas lançam novos produtos, aumentando a oferta e escolha para o consumidor, tornando o mercado cada vez mais competitivo. Isso promove, indiretamente, a preocupação com a qualidade de uso, seja na usabilidade ou no diferencial pela opção mais adequada à necessidade. Com foco nesta qualidade, o *design* suportado pela ergonomia busca soluções direcionadas a resolver tais variações de necessidades, desenvolvendo características nos produtos orientadas aos distintos perfis dos consumidores. Para Ruef (s.d.), o usuário é o principal personagem, pois é ele quem vai utilizar o produto, em situação que lhe é própria. Porém, como identificar estas características não expressas por palavras ou depoimentos dos consumidores? Uma metodologia de observação com foco na interação do usuário com o produto poderá colaborar na definição do que é importante e percebido pelo consumidor, principalmente no momento de escolha de um produto no mercado. Este trabalho tem como objetivo geral identificar e descrever esta metodologia, como ferramenta para o desenvolvimento de produtos de consumo.

¹ Aluno do 3º ano do curso de Desenho Industrial da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014). *E-mail*: hermanoaugusto@live.com.

² Mestre em Engenharia de Produção – Ergonomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador do Curso de Desenho Industrial e Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: marco.pedroso@fae.edu.

1 OBJETIVOS

Tem-se como objetivo geral desenvolver e validar uma metodologia que sirva como alicerce para o desenvolvimento de projetos de produto com foco na usabilidade, ou seja, a qualidade de uso. Para o êxito desta pesquisa, alguns objetivos específicos deverão ser atingidos: avaliar em laboratório a interface do produto exemplo (telefone) mediante observação de uso com base em metodologias análogas de usabilidade digital; observar as possíveis falhas de uso decorrentes do pouco conhecimento prévio sobre o produto; avaliar as diferenças comportamentais que afetam a interpretação da linguagem do produto; observar, como resultado final, a contribuição da técnica de usabilidade para o desenvolvimento de projeto de produtos de consumo.

2 METODOLOGIA

A partir de revisão bibliográfica identifica-se metodologias análogas ao proposto nesta pesquisa, as quais foram aplicadas em laboratório de observação de uso, avaliando a interface do usuário com o produto. Testes de diferentes técnicas de observação para adequação e construção do método proposto foram realizados. Para efeito de testes práticos, foi definida uma amostra de usuários, com idades variadas, o que contribuiu para a definição da metodologia construída, respeitando os fatores primários: função, utilização e finalidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fase final da pesquisa caracterizou-se pelo seu fator prático. No laboratório de usabilidade foi possível fazer estudos relacionados estritamente ao comportamento do usuário em relação ao produto. Os estudos se deram da seguinte forma: foram escolhidos dez voluntários com idades que variam de 17 a 32 anos, e foram dispostos três aparelhos telefônicos para a sua utilização. O primeiro aparelho, um telefone de disco, datando a década de 1980, o segundo aparelho foi um celular LG-C300, e o terceiro e último aparelho foi um celular Motorola XT682. O primeiro passo foi avaliar como ocorrem as relações dos usuários com os respectivos produtos, em uma escala cronológica, ou seja, observar de que forma o usuário interpreta produtos diferentes com propósitos similares, neste caso, a comunicação.

Os experimentos foram divididos em dois momentos distintos: no primeiro deles foram sugeridas tarefas, que envolviam explorar as funções do produto, realizando ligações, acessando menus e afins, no segundo momento foi pedido para que os usuários descrevessem suas experiências de maneira breve, concluindo assim a fase de experimentos de laboratório, que serviu como o alicerce final para a conclusão da pesquisa em si e para o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação para bens de consumo, conforme proposto.

Após exploração bibliográfica e experimentos práticos, foi possível descrever e desenvolver uma metodologia de avaliação para bens de consumo, independente de quais forem suas aplicações, acredita-se que a metodologia aqui proposta sirva como modo para facilitar a interpretação do produto e sua utilização. Por meio dos resultados da pesquisa é possível observar que toda a interação com o produto gira em torno de sua análise, interpretando o produto de maneira mais eficaz, permite uma usabilidade mais eficaz também, e a interpretação desse produto é completamente atrelada às experiências vividas pelo usuário, cada um possui as suas. Levando isso em conta, pode-se dizer que dificilmente duas pessoas interpretarão um mesmo produto, de uma mesma forma, e isso pode se mostrar um obstáculo, já que para usufruir plenamente das funções de tal produto é necessário que haja uma interpretação mínima, pois é sabido que cada um possui sua carga de experiências consigo e que a sua relação com o produto é completamente singular, pode-se afirmar que mesmo que os usuários possuam experiências similares e consigam interpretar o produto da mesma forma, a relação física nem sempre se repete.

CONCLUSÕES

A metodologia proposta sugere que a usabilidade se divida em dois momentos específicos: interpretação e interação. No primeiro momento a observação é fundamental já que este é o primeiro sentido a ser estimulado. Por meio da observação se dará início ao acesso às experiências relacionadas ao produto, e similares, a partir disso e da utilização das demais habilidades sensoriais, como tato, olfato, audição etc., a interpretação iniciará. Mas apenas interpretar o produto não é o suficiente, existe a necessidade de saber como executá-lo e se de fato essa se dá de maneira correta, afinal de contas podem existir interpretações erradas sobre o produto, e é aí que entra o momento de interação, a partir da coleta de informações propostas por memórias e experiências, torna-se possível o contato com o produto, pois a interação servirá como parâmetro final para a interpretação. A interpretação do produto é a parte mais importante para

sua execução. A interação servirá como forma de experimentar o produto, já que usabilidade sem interação não existe e que mesmo que as interpretações sejam apenas de experiências passadas podem não ser o suficiente para uma interpretação adequada do produto, a interação serve como forma de agregar mais uma nova experiência para o usuário, passando assim a se tornar um ato cognitivo, o que era desconhecido, passa a ser uma experiência e o seu valor agregado servirá como embasamento para a interpretação do produto.

É válido ressaltar que antes mesmo de haver o contato com o produto é necessário saber da sua finalidade, qual é o seu objetivo e sua necessidade de utilizá-lo, pois pode-se levar em conta que o produto tem que ser utilizado de forma correta, para a sua dada tarefa. A execução precária do produto pode inferir em uma experiência negativa para o usuário, então antes mesmo de procurá-lo, é recomendável que haja, de fato, uma necessidade para ele, já que por meio da necessidade o uso do produto possui um valor agregado maior, sendo assim, a sua interpretação proporcionará uma experiência de usabilidade mais adequada.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, J. I. **Ergonomia e usabilidade em ambiente virtual de aprendizagem**. São Paulo: E. Blücher, 2003.
- BURGSTAHLER, S. **Universal design in education: principles and applications**. DO-IT, University of Washington, 2007. Disponível em: <http://www.niu.edu/pcpd/documents/doit_ud_article.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2014.
- BÜRDEK, B. E. **Design: história, teoria e prática do design de produtos**. 2. ed. São Paulo: E. Blücher, 2006.
- CARDOSO, R. **Uma introdução à história do design**. 2. ed. São Paulo: E. Blücher, 2004.
- CONRAN, T. **Terence Conran on design**. London: Conran Octopus, 1996.
- COUTO, R. Design vs. usabilidade. In: **Creative thinkers**. 2011. Disponível em: <<http://www.creativethinkers.eu/items.aspx?id=26&cat=8>>. Acesso em: 24 jan. 2014.
- CYBIS, W. **Ergonomia e usabilidade: conhecimento, métodos e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2010.
- JAIME JUNIOR, P. Etnomarketing: antropologia, cultura e consumo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo v. 41, n. 4, p. 68-77, out./dez. 2001.
- LÖBACH, B. **Design industrial: bases para a configuração dos produtos industriais**. São Paulo: E. Blücher, 2001.
- NIELSEN, J. **Usabilidade na web: projetando websites com qualidade**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
- RAILEIGH, N. C. **The principles of universal design**. North Caroline: State University, 2007.
- RUEF, B. **Pour l'intégration du point de vue des utilisateurs dans le processus de conception des produits**. Paris: Laboratoire d'Etude de l'Usage des Produits de Consommation. [s.d.]. (mimeo).
- SCHNEIDER, B. **Design: uma introdução**. São Paulo: E. Blücher, 2010.

RESILIÊNCIA PSICOLÓGICA: IMPACTOS DAS EMOÇÕES EM PROFISSIONAIS DA GERAÇÃO Y

Luana Cristina Ribeiro Duvaresh¹
Dori Luiz Tibre Santos²

INTRODUÇÃO

Segundo Dejours (1995), o equilíbrio psíquico e a saúde mental do indivíduo são afetados pelas pressões originadas pela organização do trabalho. Os contextos sociais tentam normalizar a expressão de emoções, tornando-as previsíveis e ajustadas às situações ambientais diversificadas, contudo, o momento histórico atual é caracterizado por frequentes e rápidas transformações econômicas, políticas e culturais, demandando mobilização e adaptação nos indivíduos e nas instituições (HUTTON; GIDDENS, 2004). Diante disso, a relação entre indivíduo e organização se torna dinâmica e exige que o indivíduo corresponda de forma positiva e produtiva a este momento. Para Carmello (2001), a resiliência designa este conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam indivíduos a manifestarem o máximo de inteligência, saúde e competência em ambientes de complexidade, instabilidade e pressão.

Delimitaremos o tema de nossa pesquisa especificamente a jovens da geração Y, pois segundo o estudo de gerações, aspectos vivenciados por esse grupo durante o seu crescimento e desenvolvimento, bem como o contexto socio cultural-político tem influência direta em suas atitudes, valores e expectativas, tanto em aspectos pessoais como profissionais, qual possui impacto direto nos resultados das organizações.

¹ Aluna do 4º ano do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013-2014) da FAE Centro Universitário. *E-mail*: luanaduvaresch@hotmail.com.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: dori.santos@fae.edu.

1 OBJETIVOS

Indaga-se então, se tais características são favoráveis às grandes mudanças que as organizações vêm passando e, ainda, se existe uma gestão direcionada ao desenvolvimento e adaptação desse perfil de trabalhadores, chegando-se às seguintes questões: **O trabalhador da geração Y sabe o que é resiliência? De que forma as características de sua geração são favoráveis diante de situações que exigem resiliência? Como esse percebe e direciona as suas emoções? O objetivo geral** deste estudo é identificar de que forma o profissional da geração Y administra suas emoções e desenvolve mecanismos individuais para atingir a resiliência no ambiente de trabalho.

2 METODOLOGIA

Utilizamos a metodologia de pesquisa qualitativa e exploratória, aliadas à coleta de dados com o objetivo de identificar e alinhar características gerais da geração, entender sua percepção a respeito do processo de resiliência, trazer exemplos de situações vivenciadas e possíveis aprendizados diante delas. Ainda, apresentar a percepção dos indivíduos de suas organizações relacionadas ao processo de resiliência, papel da organização diante deles e possíveis ferramentas existentes que auxiliem esses processos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi respondido por 13 jovens, pertencentes a faixa etária de geração Y, entre 21 e 27 anos, atuantes no mercado de trabalho em diferentes perfis de empresas – consultoria, multinacionais, empresas de pequeno porte, autônomo e estagiários. Utilizamos a ferramenta do Google Form para coleta de dados, sendo os dados apurados no mês de maio de 2014. Em relação ao perfil do grupo, houve incidência predominante de mulheres (84,6%), sendo a maioria do grupo atuante no mercado de trabalho há mais de 03 anos (69%), com estabilidade média em relação ao tempo na atual empresa, entre seis meses e 02 anos (61%).

Observamos que houveram divergências em relação à características dos avaliados em relação à literatura a respeito do estudo de gerações. Enquanto em estudos, a geração Y tem como características principais ser esperançoso e decidido, observamos que somente 7,5% do grupo se autoavalia da mesma forma. A maioria do grupo, 61,5 %, consideram-se prático e dedicado, seguidos de otimista e focado (23%),

quais são consideradas características de outras gerações. A postura diante de autoridade determinada como de cortesia na geração Y não teve aderência a nenhum dos perfis entrevistados, tendo a maioria dos profissionais apresentado uma postura de respeito diante de autoridades, característica relacionada também a outra geração. Por último, a respeito da liderança idealizada pela geração Y, a característica mais idealizada foi a de competência (46,2%), seguida de coletivismo (30,8%) e hierarquia (23,1%), mais um dado divergente, já que a liderança idealizada pela geração Y é a de coletivismo.

Ao questionarmos a característica de resiliência, a maioria do grupo se considera resiliente (84,6%), enquanto 15,4% do grupo não tem certeza se é um indivíduo resiliente ou não. A respeito do conceito de resiliência de forma geral, os termos mais citados nas questões abertas foram equilíbrio e adaptação. O equilíbrio foi trazido como uma forma de não deixar com que situações adversas prejudiquem seu estado mental ou seu controle emocional e tal preocupação se mostra convergente ao perfil da geração Y em buscar uma vida equilibrada e preocupação especial com qualidade de vida.

Em relação aos sentimentos despertados diante da situação que lhe exigiu resiliência em sua vida profissional, foram citados em mais da metade dos casos ênfase em sentimentos negativos, com maior relato das sensações de medo, raiva e insegurança, e de forma geral, as reações se referem ao fato de não saberem o que fazer naquele momento. Já em relação aos sentimentos positivos, estes foram citados por aproximadamente 62% dos entrevistados, como um sentimento vivenciado em um segundo momento, após o sentimento negativo inicial em 100% dos casos. Diante das situações de resiliência vivenciadas, apenas 23% dos entrevistados não tiveram apoio de uma pessoa para ajudar e motivar a saída da experiência, contudo 100% das pessoas que tiveram apoio de uma pessoa na situação consideram que essa ajuda foi essencial.

Quando trazemos o assunto de resiliência com ênfase no ambiente de trabalho, o conceito de resiliência repete as mesmas características citadas na vida pessoal, predominando um sentido mais amplo de adaptação, superação e flexibilidade, sendo correlacionados à cultura da empresa, relacionamento com chefias ou colegas de trabalho. Ainda, a resiliência no ambiente de trabalho se mostra de uma forma mais positiva do que na vida pessoal, pois é considerado intrínseco a esse ambiente, e propulsor de foco e objetivos profissionais. Um dado relevante em nossa pesquisa é que 100% dos entrevistados acreditam que os aprendizados obtidos em situações de resiliência podem favorecer diante de uma nova situação.

Na avaliação de seu ambiente de trabalho em relação ao processo de resiliência, apenas 23% dos profissionais relatam que sua empresa fornece ferramentas que lhe proporcionam o desenvolvimento de resiliência no ambiente organizacional. Ao

explorarmos as ferramentas utilizadas por estas empresas os entrevistados trouxeram a existência de um **ambiente saudável, união de profissionais diante de situações adversas, treinamentos relacionados ao tema e apoio da liderança.**

CONCLUSÕES

Os jovens avaliados nesta pesquisa percebem a resiliência como uma característica de personalidade, que pode ser aprendida em uma situação e aplicada a situações futuras, e não como algo situacional. Há uma visão do tema voltada para adaptação, lembrando o conceito de física, mas também associado a aspectos psicológicos, flexibilidade e desenvoltura para lidar com situações adversas que exijam desgaste mental e emocional. Ao correlacionarmos o estudo de gerações, considerando as características citadas pela literatura a respeito de geração Y, observamos a divergência entre a visão dos entrevistados a respeito de si, relação com hierarquia e liderança ideal, de forma significativa. Com isso, questiona-se a validade e determinismo de tal estudo, que embate com a visão da complexidade do ser humano, qual independente de nascer em um contexto sociocultural-econômico específico de uma época, ainda conta com particularidades de sua própria personalidade e outros aspectos desenvolvidos em seu mundo particular, núcleo familiar e social de forma individual e ímpar. Contudo, ao avaliarmos o perfil de respostas abertas em nossa pesquisa, podemos observar algumas características relacionadas ao conceito de geração Y, como preocupação com qualidade de vida, visão de ambiente profissional, preocupações com sua carreira e desenvolvimento, bem como a própria insegurança oriunda de sua forma de criação e papel de seus pais. Portanto, pode-se correlacionar os temas em aspectos gerais, mas é necessário cautela ao rotular características específicas diante do contexto da teoria.

Fica claro, neste grupo estudado, que o fato do profissional vencer em situações anteriores, bem como motivadores internos a respeito de sua carreira e desenvolvimento podem ser propulsores diante de uma nova situação, principalmente por lhe trazerem maior segurança em suas ações e possíveis resultados. Pudemos perceber que existe uma percepção dos sentimentos vinda desses jovens, mesmo que em sua maioria negativos, e que tornam esse processo de resiliência mais consciente, o que pode influenciar de forma positiva futuras situações que exijam essa adaptação. Um fator que comprova essa ideia foram as situações citadas de aprendizado e encorajamento do grupo, e sua crença de que são aprendizados positivos para novas experiências.

REFERÊNCIAS

- ANGST, R. Psicologia e resiliência: uma revisão de literatura. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 27, n. 58, p. 253-260, jul./set. 2009. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd1=3252>. Acesso em: 17 fev. 2014.
- BARLACH, L.; FRANÇA, A. C. L; MALVEZZI, S. O conceito de resiliência aplicado ao trabalho nas organizações. **Revista Interamericana de Psicologia**, São Paulo, 42, v. 1, p. 101-112, jan./abr. 2008.
- BEYER, J.; NIÑO, D. Culture as source, expression and reinforce of emotions in organizations. In: PAYNE, R.; COOPER, C. L. **Emotions at work: theory, research and applications for management**. Chichester: J. Wiley, 2001. p. 173-198.
- CARMELLO, E. **Resiliência: A transformação como ferramenta para construir empresas de valor**. São Paulo: Gente, 2011.
- CONNER, D. R. **Gerenciando na velocidade da mudança**. Rio de Janeiro: Infobook, 1995.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação, prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo, Atlas, 1993.
- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva 2006.
- FREITAS, M. E. **Vida psíquica e organização**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- GARCIA, P; STEIN, G.; RAMÓN, J. Quem é a geração Y. **HSM Management**, São Paulo, v. 12, n. 70, p. 1-7, set./out. 2008.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1995.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.
- HUTTON, W.; GIDDENS, A. (Ed.). **No limite da racionalidade: convivendo com o capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- JOB, F. P. P. **Os sentidos do trabalho e a importância da resiliência nas organizações**. São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- KNORST, C. E. K. **Resiliência: instrumentos de avaliação no contexto brasileiro**. 2012. 33f. Monografia (Especialização em Avaliação Psicológica) – Instituto de psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/40112>>. Acesso em: 15 dez. 2013.
- MACIEL, N. B. **Valores que influenciam a retenção de profissionais da geração Y nas organizações**. 2010. 69f. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.

NARDI, H. C.; TITTONI, J.; BERNARDES, J. S. Subjetividade e trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 240-246.

NIQUERITO, A. V. **Avaliação da sintomatologia do estresse: níveis de resiliência e qualidade de vida dos trabalhadores da área da enfermagem da rede publicam de saúde do município de Bauru/SP**. Bauru, SP, 2009.

POCKET LEARNING. **Geração Y**. Laboratório de Pesquisas SSJ, 2010. Disponível em: <<http://www.labssj.com.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

RIBEIRO, A. C. A et al. Resiliência no trabalho contemporâneo: promoção e/ou desgaste da Saúde Mental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 4, 2011.

ROBB, D. Building resilient organizations. **OD Practitioner**, v. 32, n. 3, p. 27-32, 2000.

ROSE, A. Defining and mensuring economic resilience to disasters. **Disaster Prevention and Management**, Pennsylvania, The Pennsylvania State University, University Park, v. 13, n. 4, p. 307-314, 2004.

SANTOS, F. T. Resiliência estratégica para um desenvolvimento regional sustentável. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, Terra Chã, Portugal, n. 20, p. 29-40, 2010.

SLAP, G. B. Conceitos atuais, aplicações práticas e resiliência no novo milênio. **Adolescência Latino Americana**, v. 2 n. 3, p. 173-176, 2001.

SOMERS, S. Measuring resilience potential: adaptative strategy for organizational crisis planning. **Journal of Contingencies and Crisis Management**, v. 17, n. 1, p. 12-23, 2009.

TRIVIÑOS, A N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1994.

WALLER, M. A. Resilience in ecosystemic context: evolution of the concept. **American journal of orthopsychiatry**, Washington, v. 71, n. 3, 290-297, 2001.

YUNES, M. Â. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, número especial, p. 75-84, 2003.

ZANELLI, J. C; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RESILIÊNCIA PSICOLÓGICA: IMPACTO DA GESTÃO ORGANIZACIONAL EM PROFISSIONAIS DA GERAÇÃO Y

Aline Graziely Lemos¹
Dori Luiz Tibre Santos²

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre comportamento organizacional avançaram muito nas últimas décadas e ampliaram o espaço ocupado pelo tópico das emoções e dos afetos, embora persista o foco nos aspectos cognitivos da conduta humana no trabalho (BEYER; NIÑO, 2001; BORGES-ANDRADE; MEIRA, 2003). Neste enfoque estão envolvidas questões relacionadas ao poder nas relações hierárquicas, ao sistema capitalista e a determinantes sociais como o crescente desemprego e necessidade de sobrevivência.

Desta forma, fica clara a necessidade de sabermos de que forma a gestão organizacional pode colaborar com os seus empregados para que tenham condições de desenvolverem resiliência psicológica no contexto organizacional.

Percebemos hoje o vasto conhecimento conquistado a respeito de estilos de liderança, práticas de gestão organizacional e até mesmo motivação.

Delimitaremos o tema de nossa pesquisa especificamente a jovens da geração Y, pois segundo o estudo de gerações, aspectos vivenciados por esse grupo durante o seu crescimento e desenvolvimento, bem o contexto sociocultural-político em que tem influência direta em suas atitudes, valores e expectativas profissionais, qual possui impacto direto nos resultados das organizações.

¹ Aluna do 4º ano do curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013/2014) da FAE Centro Universitário. *E-mail*: alinymeyer@hotmail.com.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: dori.santos@fae.edu.

Com isso, chega-se a seguinte questão norteadora: **que tipo de ferramentas os gestores de uma organização X pode utilizar para dar condições para os profissionais da geração Y desenvolver a resiliência psicológica?** O **objetivo geral** deste estudo é Identificar como os gestores podem contribuir para que os profissionais da geração Y desenvolvam a resiliência organizacional.

A PESQUISA

A metodologia proposta é de caráter exploratório e qualitativo, considerando que a base de conhecimento da relação entre resiliência e as bases psicológicas em quem tem resiliência não permite, ainda, estabelecer relações de cunho mais específico.

A pesquisa foi realizada em Curitiba/PR numa empresa multinacional do ramo da educação. Um questionário de dez perguntas foi aplicado junto a quatorze gestores de diferentes áreas da empresa, os quais possuíam equipe que incluía profissionais da geração Y.

Pode-se verificar que existe uma crescente participação da geração Y no mercado de trabalho, o que traz uma necessidade dos gestores conhecerem seu perfil para trabalharem sobre ele afim de que possam colaborar positivamente nos resultados da organização.

Mais de 71% dos gestores acreditam que seus profissionais da geração Y não entendem a importância da resiliência psicológica dentro do ambiente de trabalho. Ou seja, existe uma necessidade latente de informar a esses colaboradores a importância da resiliência e como ela pode promover o crescimento profissional deles. As competências mais importantes consideradas foram liderança (28%), boa comunicação (18%) e gerir conflitos (13%).

Metade dos gestores acredita que uma má comunicação poderá fazer com que o trabalhador interprete a mensagem de forma incorreta. Quase 30% dos gestores acreditam que a melhor forma de conduzir uma comunicação é por meio de uma escuta eficaz.

Mais de 43% dos gestores acreditam que podem colaborar com a promoção de motivação dos trabalhadores por meio da oportunidade de diálogo. Os fatores motivacionais considerados mais importantes pelos gestores são a coerência entre o discurso e ação (32%) e relacionamento próximo com a liderança (25%).

O estilo de liderança com o qual os gestores mais se identificaram é o democrático (86%), em que os gestores preocupam-se com a participação do grupo na tomada de decisão dentro da organização. As características de liderança com as quais os gestores mais se identificaram é ser prático e dedicado (46%) e otimista e focado (46%).

E ainda, a metade dos gestores buscam desenvolver sua equipe por meio do investimento nas habilidades e conhecimento dos colaboradores.

CONCLUSÕES

Por meio da ótica administrativa vemos que a resiliência se apresenta de forma latente nas organizações, pois se torna possível desenvolvê-la por meio da superação das adversidades e da aprendizagem proporcionada pelos enfrentamentos necessários às adversidades em prol do equilíbrio da empresa.

Com relação aos fatores de gestão, vemos que ao aplicar um estilo de liderança adequado, possibilitando uma relação mais próxima pela confiança estabelecida com o colaborador, cria-se um ambiente mais propício para que os profissionais desenvolvam a resiliência, elevando seu desempenho e amadurecimento. Sendo assim, os gestores podem colaborar para que eles desenvolvam-na por meio de uma boa comunicação, alinhando objetivos com expectativas do profissional, e motivando-o por meio do exemplo e coerência. Ou seja, é imprescindível que os gestores estejam abertos para um relacionamento próximo com os profissionais da geração Y, para que estejam alinhados e motivados a superarem as adversidades quando surgirem.

A quebra de paradigmas é ferramenta importante quando os gestores se deparam com colaboradores da geração Y que trazem consigo características distintas das gerações anteriores, como o gosto pelo desafio e apatia a atividades em longo prazo. Assim irão aprender a administrar as diferenças e aproveitar as melhores características da geração Y para elevarem o desempenho de suas tarefas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. F. de. **Psicologia aplicada à administração: Uma Abordagem Multidisciplinar**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ARMOUR, S. **Geração Y: Você é dessa Geração**. Trad. Mayara Saidembarg. Disponível em: <http://www.kairosnet.com.br/jobjump/ger_y.html>. Acesso em: 15 set. 2009.

BEYER, J; NIÑO, D. Culture as source, expression and reinforce of emotions in organizations. In: PAYNE, R; COOPER, C. L. **Emotions at work: theory, research and applications for management**. Chichester: John, Wiley & Sons, 2001. p 173-198.

BOOG, G. G. **O choque das gerações Baby Boomers, X e Y: como sair desta?** Disponível em: <<http://carreiras.empregos.com.br/comunidades/rh/colunistas>> Acesso em: 04 nov. 2011.

BORGES-ANDRADE, J. E; MEIRA, M. **As pesquisas sobre comportamento organizacional no Brasil**. Em Universidade Federal da Paraíba (Org.), Anais do III Congresso Norte-Nordeste de Psicologia. João Pessoa: ANPEPP, 2003

CHANDLER, S; RICHARDSON, S. **100 maneiras de motivar as pessoas**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CRISÓSTOMO, I. **A motivação como ferramenta de crescimento**. Disponível em: <www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-motivacao-como-ferramenta-de-crescimento/22535/>. Acesso em: 24 out. 2010.

COIMBRA, R. G. C.; SCHIKMANN, R. **A geração net; XXV**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 15, 2001; Campinas. Campinas: ANPAD, 2001. CDROM.

CONNER, D. R. **Gerenciando na velocidade da mudança**. Rio de Janeiro: Infobook, 1995.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação, prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo, Atlas, 1993.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1992.

DICIONÁRIO Enciclopédico Ilustrado: Veja Larousse. São Paulo: Abril, 2006.

FREITAS, M. E. **Vida psíquica e organização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GAUDÊNCIO, P. **Superdicas para se tornar um verdadeiro líder**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1995.

- HERSEY, P.; BLANCHARD, K. **Psicologia para administradores**: a teoria e as técnicas da liderança situacional. 4. Ed. Trad. por equipe CPB Edwino A. Royer. São Paulo: E.P.U., 1986.
- HUNTER J. C. **O monge e o executivo**: uma história sobre a essência da liderança. Trad. de Maria da Conceição Fornos de Magalhães. Rio de Janeiro: Sextante; 2004.
- KAYE, B.; EVANS, S. J. **Eu amo meu trabalho**: como fazer isso de verdade. 1. ed. São Paulo: Campus, 2004.
- LOMBARDIA, P.G.; STEIN, G.; PIN, J. R. **Políticas para dirigir a los nuevos profesionales** – motivaciones y valores de la generacion Y. Documento de investigación. DI-753. Mayo, 2008.
- MACEDO, V. **Geração Y**: você faz parte dela. Disponível em: <<http://empregocerto.uol.com.br/info/dicas/2008/12/30/ult7031u16.html#rmcl>>. Acesso em: 25 nov. 2009.
- MASLOW A. H. **Maslow no gerenciamento**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2000.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MAXWELL, J. C. **O livro de ouro da liderança**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.
- SANTOS, F. T. Resiliência estratégica para um desenvolvimento regional sustentável. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**. n. 20, 2010.
- SOMERS, S. Measuring resilience potential: A adaptative strategy for organizational crisis planning. **Journal of Contingencies and Crisis Management**. v. 17, n. 1, p. 12-23, 2009.
- OLIVEIRA, S. **Geração Y**: era das conexões, tempo de relacionamentos. São Paulo: Clube de Autores, 2009.
- _____. **Geração Y**: o nascimento de uma nova versão de líderes. São Paulo: Integrare editora, 2010. Cap. 2, p. 41-46.
- ROBB, D. Building resilient organizations. **OD Practitioner**. v. 32, n. 3, p. 27-32, 2000.
- ROBBINS, S. P. **Administração**: mudanças e perspectivas. Trad. Cid Kinipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2000.
- ROSE, A. Defining and mensuring economic resilience to disasters. **Disaster Prevention and Management**, v. 13, n. 4, p. 307-314, 2004.
- SERRANO, D. Po. **Geração Y**. 2010. Disponível em: <http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos3/Geracao_Y.htm>. Acesso em: 04 nov. 2011.
- SILVA, W. R. da.; RODRIGUES, C. M. C. **Motivação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.
- TAPSCOTT, D. **Geração Y vai dominar força de trabalho**. ITWEB. 2008. Disponível em: <<http://www.itweb.com.br/noticias/index.asp?cod=48473>>. Acesso em: 30 out. 2008.

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

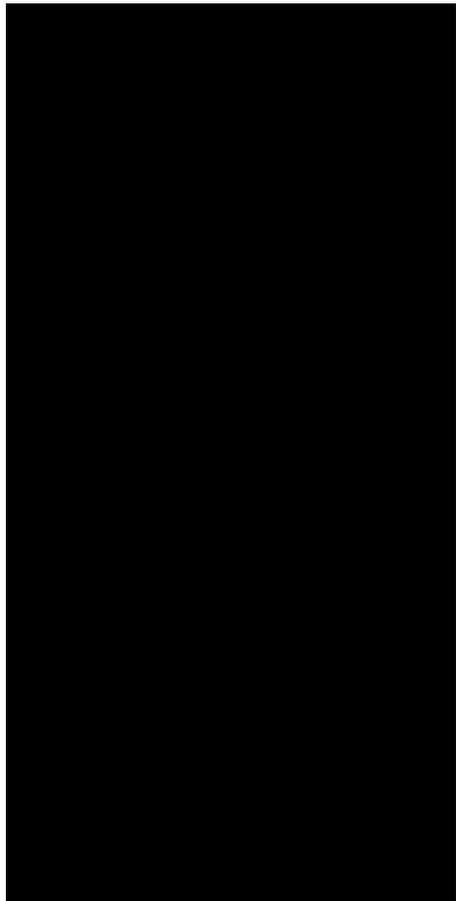
VRIES, M. F. R. K. **Liderança na empresa: como o comportamento dos líderes afeta a cultura interna**. Trad. Reynaldo Cavalheiro Marcondes, Anna Christina deMatos Marcondes. São Paulo: Atlas, 1997.

VROOM, V. H. **Work and motivation**. San Francisco: Jossey-Bass, 1964.

YUNES, M. Â. M. **Psicologia positiva e resiliência**: o foco no indivíduo e na família. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 8, p. 75-84, 2003.

WALLER, M. A. Resilience in ecosystemic context: evolution of the concept. **American Journal of Orthopsychiatry**, 71, 290-297, (2001).

FAE



FAE
CENTRO UNIVERSITÁRIO